



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 07 | julho 2018



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia

GPEARI

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: julho de 2018

Elaborado com informação disponível até ao dia 30 de julho.

Editores:

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia

Rua da Prata, 8

0249-077 Lisboa

Telefone: +351 217 921 372

Fax: +351 217 921 398

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Av. Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º

0200 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823397

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.gov.pt>

ISSN: 1747-9072



(Esta publicação respeita as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)

Índice

Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	11
2. Conjuntura Nacional	15
3. Comércio Internacional	27
Artigos	33
Em Análise	35
Determinantes do Crescimento da Receita Fiscal	35
Comércio internacional de mercadorias de Portugal com a Rússia - 2014 a 2017 e janeiro-abril de 2017 e 2018 -	49
Iniciativas e Medidas Legislativas	59
Lista de Acrónimos	65

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * No conjunto dos meses de abril e maio de 2018, a produção industrial mundial desacelerou para 3,8% em termos homólogos (4,0% no primeiro trimestre) devido ao abrandamento do crescimento das economias avançadas; já que este indicador reforçou o seu crescimento para os países emergentes e em desenvolvimento. Igualmente, o comércio mundial de mercadorias também desacelerou associado sobretudo ao menor crescimento das importações mundiais. Quanto às trocas comerciais dos países emergentes e em desenvolvimento, especialmente da Ásia, estas as-sentaram numa aceleração das importações e num abrandamento significativo das exportações.
- * No segundo trimestre de 2018, o PIB dos EUA acelerou para 2,8% em termos homólogos reais (2,6% no 1.º trimestre); enquanto o da China abrandou para 6,7% (6,8% nos três trimestres pre-cedentes) o qual foi acompanhado por um crescimento menos robusto das exportações.
- * No 2.º trimestre de 2018, o indicador de sentimento económico desceu quer para a União Euro-peia (UE), quer para a área do euro (AE), resultando da diminuição da generalidade dos indica-dores de confiança. E, ainda, de acordo com o indicador previsional do Banco de Itália, de junho de 2018, o PIB trimestral em cadeia da área do euro diminuiu pelo 4.º mês consecutivo (+0,4%, no 1.º trimestre) antecipando uma atividade mais económica mais moderada demonstrada pelo comportamento da produção industrial, vendas a retalho e exportações de bens. Em maio de 2018, a taxa de desemprego estabilizou tanto para a UE como para a AE, situada em 7% e em 8,4%, respetivamente. Em junho de 2018, a taxa de inflação homóloga da área do euro subiu pa-rra 2% (1,9% em maio) devido à aceleração expressiva dos preços de energia, de 6,1% em maio, para 8,0%.
- * Em julho de 2018 e, até ao dia 27, o preço *spot* do petróleo Brent tornou a recuar, para se situar, em média, em 75 USD/bbl (64 €/bbl), em consequência do aumento de produção decidido na re-união da OPEP com outros parceiros, em finais do mês de junho.
- * As taxas de juro de curto prazo apresentaram uma tendência sensivelmente ascendente tanto para os EUA como para a área do euro em julho de 2018, embora mais acentuada para o primei-ro caso. Com efeito, até ao dia 27, a taxa Euribor a 3 meses foi de -0,32% e a dos EUA ascen-deu a 2,34%.
- * Em julho de 2018, o euro continuou a depreciar-se face ao dólar, tendo atingido 1,16 no dia 27 (-0,3% face ao final do mês de junho) resultando da perspetiva de um crescimento mais modera-do da economia da área do euro, ampliado pelos efeitos do aumento do protecionismo e, tam-bém de políticas monetárias divergentes entre a área do euro e os EUA.
- * Finalmente, no período mais recente, os índices bolsistas internacionais registaram um forte di-namismo, influenciados pela apresentação de resultados positivos da maioria das empresas co-tadas e pelos acordos comerciais alcançados, em finais do mês de julho, entre os presidentes da Comissão Europeia e dos EUA, traduzindo algum desanuviamento das tensões comerciais glo-bais.

Conjuntura Nacional

- * De acordo com os dados publicados pelo INE para o mês de junho, observou-se uma ligeira me-lhoria no indicador de clima económico quando comparado com o mês anterior, dando continui-dade à evolução positiva registada ao longo deste ano.
- * O Indicador de Volume de Negócios no Comércio a Retalho aumentou 3,8% no trimestre termi-nado em maio de 2018; um valor inferior ao registado no primeiro trimestre do ano.

- * Depois de ter deteriorado ligeiramente no primeiro trimestre do ano, o indicador de confiança dos consumidores melhorou no segundo trimestre.
- * O indicador de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) do INE, este apresentou uma variação trimestral homóloga de 4,4% (-1,5 p.p. que no final do 1º trimestre de 2018).
- * A taxa de desemprego tornou a diminuir no mês de maio, situando-se agora em 7,3%, mais 0,1 p.p. que em abril. De acordo com o IEFP, o número de desempregados no final de junho diminuiu 20,5% em termos homólogos, havendo 333 mil pessoas inscritas nos centros de emprego.
- * Em junho, a variação homóloga do IPC foi de +1,5%; uma aceleração face ao mês anterior. Também o IPPI acelerou em igual período, crescendo 4% (+0,8 p.p. do que em maio).
- * Para o trimestre terminado em maio, os dados relativos ao comércio internacional de bens, em termos médios homólogos nominais, apontam para um aumento das exportações de 5,2% e um aumento das importações em 4,1% (2,8% e 6,5% no 1.º trimestre de 2018).
- * O saldo da execução orçamental das Administrações Públicas¹ registou em junho uma melhoria de 406 milhões de euros face ao período homólogo², tendo-se fixado em -2.616 milhões de euros. No mesmo período, o saldo primário atingiu os 2.568 milhões de euros, correspondendo um aumento de 494 milhões de euros relativamente ao período homólogo. A evolução do saldo ficou a dever-se a um crescimento mais acentuado da receita efetiva (2,5%) do que da despesa efetiva (1,3%).
- * O Estado e Segurança Social foram os subsectores que contribuíram positivamente para a melhoria do saldo global das Administrações Públicas.
- * A dívida do sector das Administrações Públicas (critério de Maastricht) atingiu em maio o valor de 250.313 milhões de euros, representando uma variação de apenas 262 milhões de euros (0,1%) face ao mês anterior, explicada, essencialmente, pela redução da consolidação entre subsectores das Administrações Públicas.
- * Em junho, a dívida direta do Estado, denominada em euros, atingiu o valor de 243.665 milhões de euros, representando uma redução de 2.680 milhões de euros (menos 1,1%) relativamente ao mês anterior.
- * Durante o mês de julho foram realizados quatro leilões de colocação de dívida pública, com as taxas de juro a refletirem a inversão da tendência descendente que tinha sido observada até abril de 2018.

Comércio Internacional

- * Os resultados preliminares das estatísticas do comércio internacional recentemente divulgados³ apontam para um crescimento homólogo das exportações de mercadorias de 6,2% nos primeiros cinco meses de 2018. Neste mesmo período, as importações aumentaram 6,3%, o que levou a um agravamento do défice da balança comercial (fob-cif) de 7%, no valor de 378 milhões de euros. A taxa de cobertura das importações pelas exportações foi de 80,8%, menos 0,1 p.p. que em igual período de 2017.
- * Nos primeiros cinco meses de 2018, o crescimento homólogo das exportações de mercadorias (6,4%), excluindo os produtos energéticos, foi superior ao crescimento das exportações totais. As importações registaram um crescimento (6,9%) superior ao das exportações, o que levou a um agravamento do saldo negativo da respetiva balança comercial em 9,9%.

¹ Exceto se for referido o contrário, os valores indicados foram apurados numa base de caixa.

² Exceto se for referido o contrário, as variações em percentagem referem-se sempre ao período homólogo do ano anterior.

³ Resultados mensais preliminares de janeiro a maio de 2018.

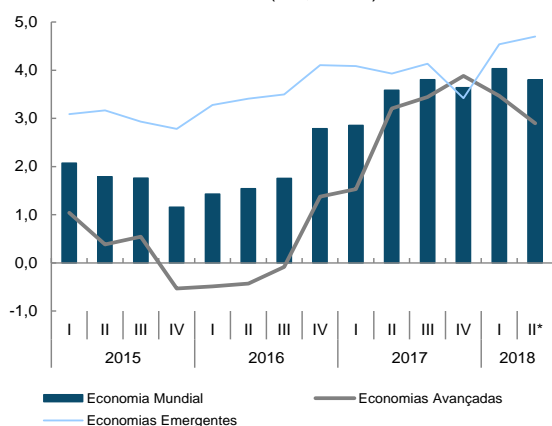
- * No último ano a terminar em maio de 2018, as exportações de mercadorias cresceram 7,1% em termos homólogos, com a generalidade dos grupos produtos a contribuírem positivamente para este comportamento. Destaca-se o contributo do “Material de transp terrestre e suas partes” (3,2 p.p.), dos “Minérios e metais” (1,1 p.p.) e dos “Produtos acabados diversos” (0,9 p.p.). Nos primeiros cinco meses de 2018, deve igualmente destacar-se o contributo positivo do “Material de transp terrestre e suas partes” (4,1 p.p.), seguido do contributo dos “Minérios e metais” (0,8 p.p.) e dos “Produtos acabados diversos” (0,7 p.p.).
- * De janeiro a maio de 2018, as exportações para o mercado comunitário cresceram 9,4 %, em termos homólogos, e contribuíram em 7 p.p. para o crescimento das exportações totais de mercadorias. As exportações para os países da UE-15 registaram uma taxa de variação homóloga positiva de 8,3 % e as exportações para os países do Alargamento 28,7 %, sendo os respetivos contributos para o crescimento do total das exportações de 5,9 p.p. e 1,1 p.p.. As exportações para Espanha, o principal mercado de destino das exportações portuguesas de mercadorias (25,4% do total de janeiro a maio de 2018), registaram o maior contributo Intra UE-15 (1,4 p.p.) para o crescimento das exportações, seguidas das exportações para a França e a Alemanha (ambas com 1,2 p.p.).
- * Nos primeiros cinco meses de 2018, as exportações para os Países Terceiros registaram uma taxa de variação homóloga negativa de 3,1%, passando a representar 23,4 % do total das exportações nacionais (-2,2 p.p. face ao período homólogo). Destaca-se o comportamento positivo das exportações para a Brasil (21,7%), Canadá (20,5%) e Argélia (9,8%).
- * De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados para o mês de maio de 2018, as Exportações de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 6,7% nos primeiros cinco meses de 2018. A componente de Serviços registou um melhor desempenho relativamente à dos Bens (7,7% e 6,3%, respetivamente), no entanto a componente de Bens foi a que mais contribuiu para o crescimento do total das exportações (4,3 p.p.).

1. Enquadramento Internacional

Atividade Económica Mundial

No conjunto dos meses de abril e maio de 2018, a produção industrial mundial desacelerou para 3,8% em termos homólogos (4,0% no 1.º trimestre) devido ao abrandamento do crescimento das economias avançadas; já que os países emergentes e em desenvolvimento reforçaram o seu crescimento.

Figura 1.1. Produção Industrial
(VH, em %)



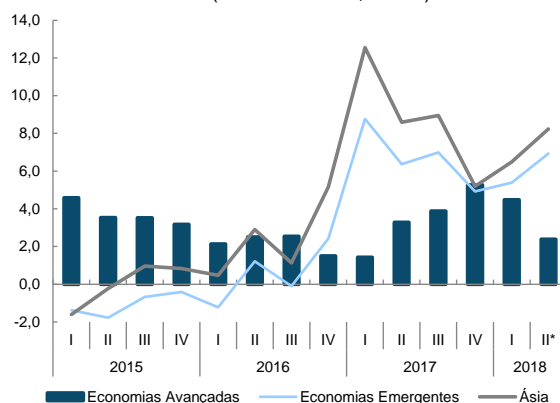
Fonte: CPB. * Média de abril e maio.

Igualmente, o comércio mundial de mercadorias também desacelerou associado sobretudo ao menor crescimento das importações mundiais.

De facto, no conjunto dos meses de abril e maio de 2018 e, em termos homólogos reais:

- o comércio mundial desacelerou para 3,7% (4,3% no 1.º trimestre);
- as importações e exportações mundiais abrandaram para 4,2% e 3,3%, respetivamente (4,8% e 3,7%, respetivamente, no primeiro trimestre).

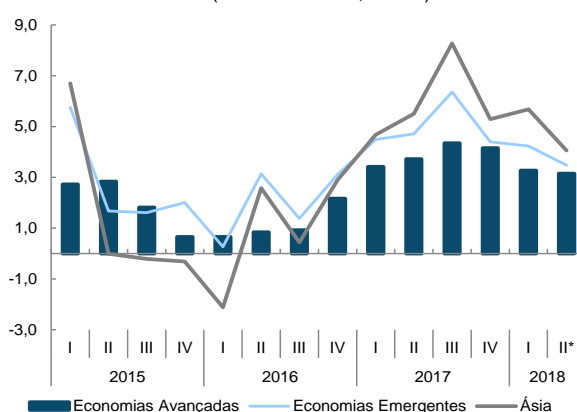
Figura 1.2. Importações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB. * Média de abril e maio.

Os dados disponíveis para o 2.º trimestre de 2018 indicam uma evolução distinta das trocas comerciais entre as economias avançadas e os países emergentes. Assim, enquanto as economias avançadas registaram uma quebra das importações e uma relativa estabilização das exportações; nos países emergentes, especialmente asiáticos, verificou-se uma aceleração das importações e um crescimento menos forte das exportações.

Figura 1.3. Exportações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB. * Média de abril e maio.

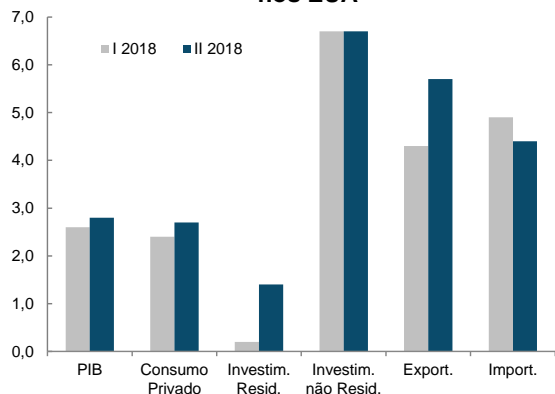
Quadro 1.1. Indicadores de Atividade Económica Mundial

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2017				2018	2018			
				1T	2T	3T	4T	1T	fev	mar	abr	mai
Índice de Produção Industrial Mundial	VH	CPB	3,5	2,9	3,6	3,8	3,6	4,0	4,1	3,9	4,1	3,5
Economias Avançadas	VH	CPB	3,0	1,5	3,2	3,4	3,9	3,5	3,4	3,7	2,9	2,9
Economias Emergentes	VH	CPB	3,9	4,1	3,9	4,1	3,4	4,5	4,7	4,0	5,2	4,1
Comércio Mundial de Mercadorias	VH	CPB	4,6	4,1	4,3	5,2	4,7	4,3	5,2	2,0	4,5	3,0
Importações Mundiais	VH	CPB	4,7	4,3	4,5	5,1	5,1	4,8	5,8	3,1	4,9	3,5
Economias Avançadas	VH	CPB	3,5	1,4	3,3	3,9	5,3	4,5	5,0	3,4	3,5	1,3
Economias Emergentes	VH	CPB	6,7	8,8	6,4	7,0	4,9	5,4	7,1	2,6	7,1	6,8
Exportações Mundiais	VH	CPB	4,4	3,9	4,2	5,2	4,3	3,7	4,6	0,8	4,1	2,5
Economias Avançadas	VH	CPB	3,9	3,4	3,7	4,3	4,2	3,3	2,8	2,6	4,8	1,5
Economias Emergentes	VH	CPB	5,0	4,5	4,7	6,4	4,4	4,2	7,1	-1,4	3,3	3,7

Atividade Económica Extra-UE

No 2.º trimestre de 2018, o PIB dos EUA acelerou; enquanto o da China abrandou. Também, neste período, a atividade económica da União Europeia apresentou um crescimento mais moderado e a produção industrial reforçou-se no Japão. No conjunto dos meses de abril e maio de 2018, a taxa de inflação homóloga da OCDE aumentou para 2,5%, em média (2,2% no 1.º trimestre).

Figura 1.4. PIB e componentes da Despesa em volume nos EUA



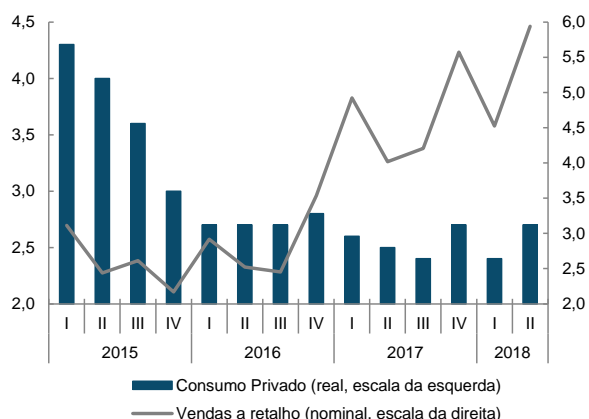
Fonte: Bureau of Economic Analysis

No 2.º trimestre de 2018, o PIB dos EUA acelerou para 2,8% em termos homólogos reais (2,6% no 1.º trimestre) resultando sobretudo da melhoria do contributo das exportações líquidas associado a uma aceleração das vendas no exterior (5,7%) em simultâneo a um abrandamento das importações. Também, a procura interna registou um forte crescimento devido sobretudo ao consumo privado.

No mesmo período:

- a taxa de desemprego desceu para 3,9% (4,1% anteriormente) e;
- a taxa de inflação homóloga subiu para 2,6% (2,3% no 1.º trimestre de 2018).

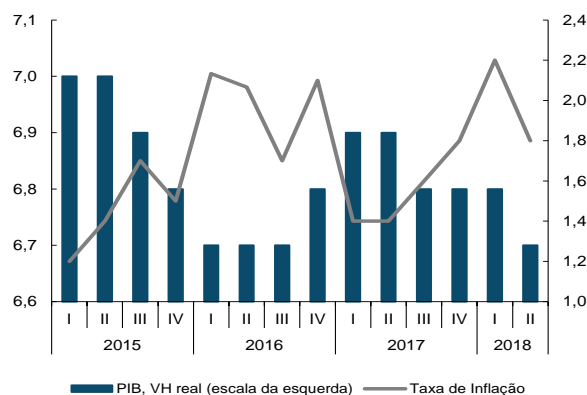
Figura 1.5. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)



Fonte: Bureau of Economic Analysis.

No 2.º trimestre de 2018, o PIB da China desacelerou para 6,7% em termos homólogos reais, após ter registado um aumento de 6,8% nos 3 trimestres precedentes. O abrandamento económico refletiu as medidas tomadas pelas autoridades chinesas para reduzir o elevado endividamento do país, as quais provocaram uma desaceleração do crédito e dos investimentos em infraestruturas. Igualmente, as exportações de mercadorias também registaram um crescimento menos robusto, tendo aumentado para 12% em termos homólogos nominais (17% no 1.º trimestre).

Figura 1.6. PIB e Taxa de Inflação da China



Fonte: Instituto de Estatística da China.

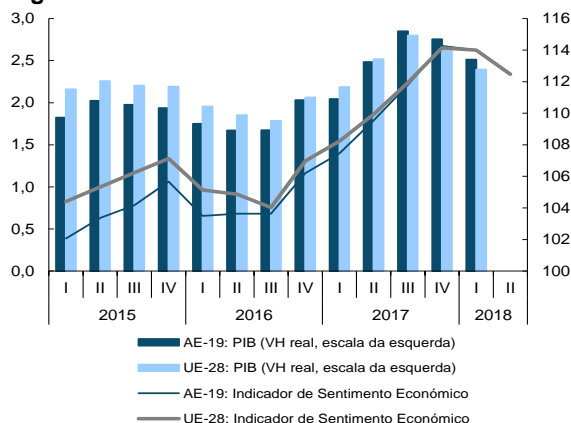
Quadro 1.2. Indicadores de Atividade Económica Extra-EU

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2017			2018		2018			
				2T	3T	4T	1T	2T	mar	abr	mai	jun
EUA – PIB real	VH	BEA	2,2	2,1	2,3	2,5	2,6	2,8	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	1,6	1,9	1,3	3,0	3,4	3,6	3,6	3,7	3,2	3,8
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	57,5	55,8	58,7	58,7	59,7	58,7	59,3	57,3	58,7	60,2
Índice ISM dos Serviços	%	"	60,2	61,3	58,2	60,1	61,1	61,4	60,6	59,1	61,3	63,9
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	96,8	96,4	95,1	98,4	98,9	98,3	101,4	98,8	98,0	98,2
Taxa de Desemprego	%	BLS	4,4	4,3	4,3	4,1	4,1	3,9	4,1	3,9	3,8	4,0
China – PIB real	VH	NBSC	6,9	6,9	6,8	6,8	6,8	6,7	-	-	-	-
Exportações	VH	OMC	7,9	8,1	6,4	9,5	17,2	12,2	-2,9	12,6	12,6	11,3
Japão – PIB real	VH	COGJ	1,7	1,6	2,0	2,0	1,1	:	-	-	-	-

Atividade Económica da UE

No 2.º trimestre de 2018, o indicador de sentimento económico desceu tanto para a União Europeia (UE) como para a área do euro (AE) devido à diminuição da generalidade dos indicadores de confiança. E, ainda, de acordo com o indicador previsional do Banco de Itália, de junho de 2018, o PIB trimestral em cadeia da área do euro diminuiu pelo 4.º mês consecutivo (+0,4%, no 1.º trimestre).

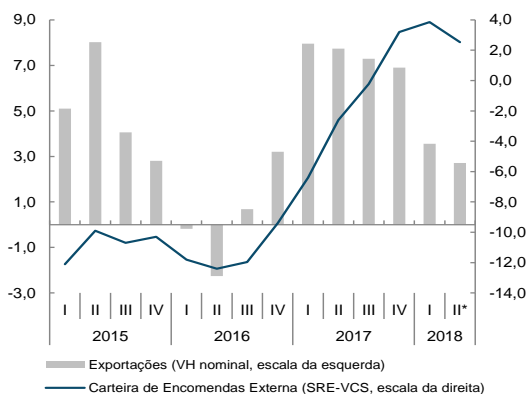
Figura 1.7. PIB e Indicador de Sentimento Económico



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Os indicadores quantitativos para a área do euro, no conjunto dos meses de abril e maio de 2018, indicam um abrandamento da atividade económica (produção industrial; vendas a retalho e exportações de bens).

Figura 1.8. Exportações e Encomendas externas da Área do Euro

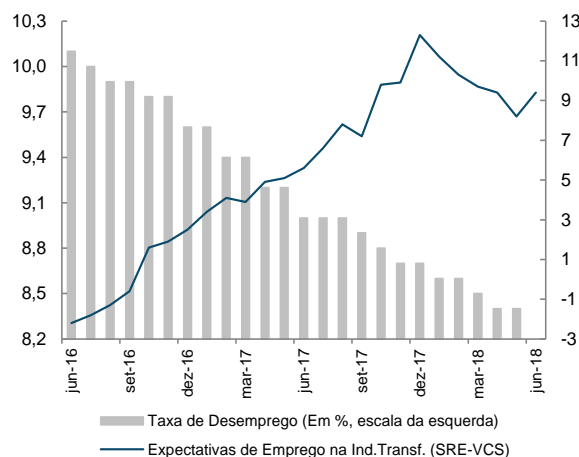


Fontes: Comissão Europeia; Eurostat. * P/Exportações, média de abril e maio.

Em maio de 2018, a taxa de desemprego estabilizou quer para a UE, quer para a AE, tendo-se mantido em 7% e em 8,4%, respetivamente.

Em junho de 2018, as expectativas dos empresários da área do euro quanto à criação de emprego melhoraram para os setores da indústria transformadora e do comércio a retalho; enquanto pioraram para os serviços e a construção.

Figura 1.9. Mercado de Trabalho da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em junho de 2018, a taxa de inflação homóloga da área do euro subiu para 2,0% (1,9% em maio) devido à aceleração expressiva dos preços de energia (de 6,1% em maio, para 8,0%) e também dos preços de bens alimentares não transformados. Assim, a taxa de inflação subjacente diminuiu para 1,2% em termos homólogos (1,3% no mês precedente).

Em termos de variação dos últimos 12 meses, a taxa de inflação global da área do euro acelerou para 1,5% em junho de 2018 (1,4% entre fevereiro e maio) igualando o valor registado no final do ano de 2017 e no início de 2018.

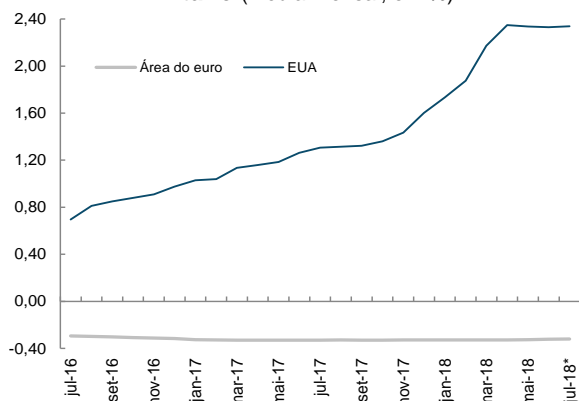
Quadro 1.3. Indicadores de Atividade Económica da UE

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2017			2018		2018			
				2T	3T	4T	1T	2T	mar	abr	mai	jun
União Europeia (UE-28) – PIB real	VH	Eurostat	2,4	2,5	2,8	2,6	2,4	:	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	111,1	109,9	111,9	114,1	114,0	112,5	112,7	112,4	112,8	112,2
Área do Euro (AE-19) – PIB real	VH	Eurostat	2,4	2,5	2,8	2,8	2,5	:	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	110,8	109,5	111,8	114,3	114,0	112,5	112,8	112,7	112,5	112,3
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	2,9	2,6	4,0	4,0	3,3	:	3,1	1,8	2,3	:
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	2,3	2,6	2,6	2,0	1,6	:	1,5	1,7	1,2	:
Taxa de Desemprego	%	"	9,1	9,1	9,0	8,7	8,6	:	8,5	8,4	8,4	:
IHPC	VH	"	1,5	1,5	1,4	1,4	1,2	1,7	1,3	1,3	1,9	2,0

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

Em julho de 2018, as taxas de juro de curto prazo apresentaram uma tendência sensivelmente ascendente tanto para os EUA como para a área do euro, embora mais acentuada para o primeiro caso. Com efeito, até ao dia 27, a taxa Euribor a 3 meses foi de -0,32% e a dos EUA ascendeu a 2,34%.

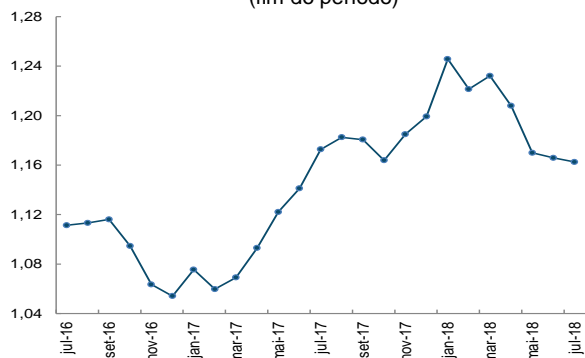
Figura 1.10. Taxa de Juro a 3 meses do mercado monetário (Média mensal, em %)



Fonte: BCE; IGCP. * Média até ao dia 27.

Em junho de 2018, as taxas de juro de longo prazo desceram para os EUA; enquanto continuou a aumentar para a área do euro. Para os países da periferia da área do euro, assistiu-se a uma redução do diferencial face à taxa de rentabilidade do título de dívida soberana da Alemanha, especialmente significativa para Portugal e Espanha, esta última em consequência da maior estabilização da situação política deste país.

Figura 1.11. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)



Fonte: Banco de Portugal. Para julho, o valor é do dia 27.

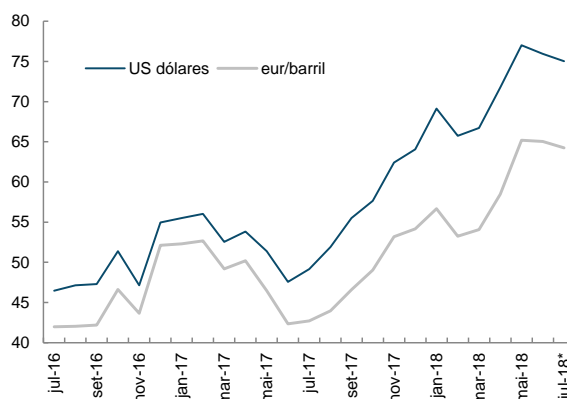
Em julho de 2018, o euro continuou a depreciar-se face ao dólar, tendo atingido 1,16 no dia 27 (-0,3% face ao final do mês de junho).

Esta evolução resultou da perspetiva de um crescimento mais moderado da economia da área do euro ampliado pelos efeitos do aumento do protecionismo e de políticas monetárias divergentes entre a área do euro e os EUA.

Em junho de 2018, o índice de preços relativo ao preço do petróleo importado subiu para 57,8 (por memória atingiu o valor 100 durante a crise petrolífera de 1979).

Em julho de 2018 e, até ao dia 27, o preço do petróleo Brent tornou a recuar, para se situar, em média, em 75 USD/bbl (64€/bbl), em consequência do aumento de produção decidido na reunião da OPEP com outros parceiros, em finais do mês de junho.

Figura 1.12. Preço médio Spot do Petróleo Brent (Em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média até ao dia 27.

Entretanto, a 22 de junho de 2018, foi decidido na reunião da OPEP com outros parceiros, o aumento de 1 milhão de barris diários de petróleo, a fim de atenuar alguma escassez na oferta provocada pela instabilidade política na Venezuela e a possível aplicação de sanções económicas dos EUA ao Irão.

Quadro 1.4. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2017			2018		2018			
				2T	3T	4T	1T	2T	mar	abr	mai	jun
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	-0,33	-0,33	-0,33	-0,33	-0,33	-0,32	-0,33	-0,33	-0,32	-0,32
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	2,33	2,26	2,24	2,37	2,76	2,92	2,84	2,87	2,98	2,91
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	1,17	1,17	1,12	0,99	1,16	1,22	1,17	1,13	1,24	1,29
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,199	1,141	1,181	1,199	1,232	1,166	1,232	1,208	1,170	1,166
Dow Jones*	VC	Yahoo	25,1	3,3	4,9	10,3	-2,5	0,7	-3,7	0,2	1,0	-0,6
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	6,5	-1,7	4,4	-2,5	-4,1	1,0	-2,3	5,2	-3,7	-0,3
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	54,79	50,92	52,19	61,38	67,19	74,90	66,72	71,76	77,01	75,93
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	21,6	8,44	11,11	19,97	22,85	47,09	27,0	33,3	49,8	59,7
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	19,2	11,4	5,6	9,8	6,4	35,7	10,0	16,5	40,3	53,5
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	42,1	40,6	38,6	45,8	49,2	54,7	47,5	49,7	56,4	57,8

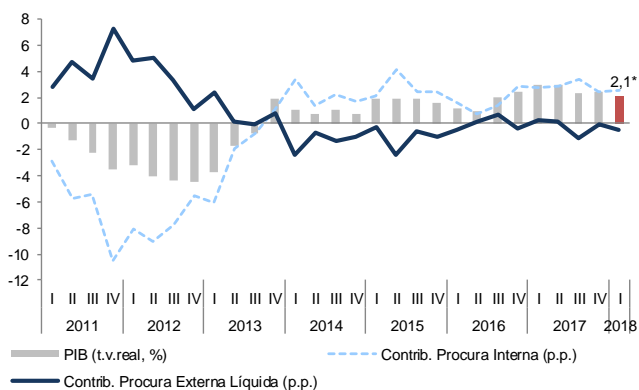
* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramas de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal.

2. Conjuntura Nacional

Atividade Económica e Oferta

De acordo com os dados publicados pelo INE para o mês de junho, observou-se uma ligeira melhoria no indicador de clima económico quando comparado com o mês anterior, dando continuidade à evolução positiva registada ao longo deste ano.

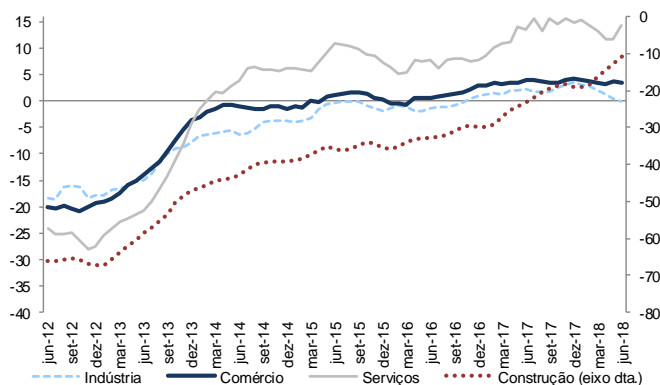
Figura 2.1. Indicador de Clima Económico



Fonte: INE.

No 2.º trimestre do ano, registou-se uma melhoria nos indicadores de confiança relativos ao setor da construção e serviços, contrastando com a estabilização no comércio e retalho e com a deterioração na indústria.

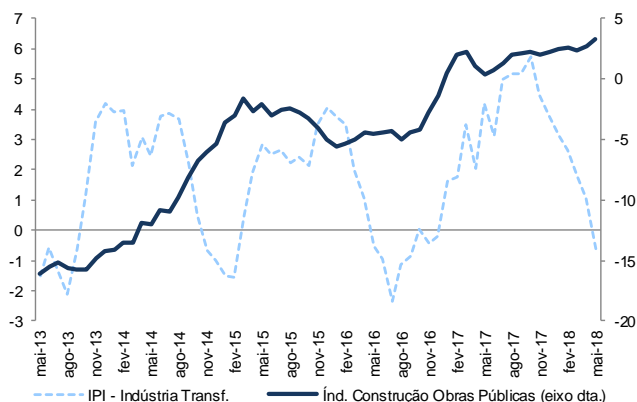
Figura 2.2. Indicadores de Confiança (SRE, MM3)



Fonte: INE

No trimestre terminado em maio de 2018, o indicador de atividade económica do INE registou uma taxa de crescimento homólogo de 2,6%, que compara com 2,7% no trimestre terminado em abril.

Figura 2.3. Índices de Produção (VH, MM3)



Fonte: INE

De acordo com os dados quantitativos relativos ao mês de maio, mostram que, em termos médios homólogos:

- na indústria transformadora, o Índice de Produção registou uma quebra de 2,2% (crescimento de 2,7% no mês precedente);
- o Índice de Produção na Construção e Obras Públicas apresentou um crescimento de 3,7% (que compara com 3,3% em abril);
- o Índice de Volume de Negócios nos Serviços cresceu 8,3% face ao período homólogo (mais 2,7 p.p. face que em abril);
- o Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho registou um crescimento de 5,2%, superior em 4,2 p.p. ao mês precedente.

Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

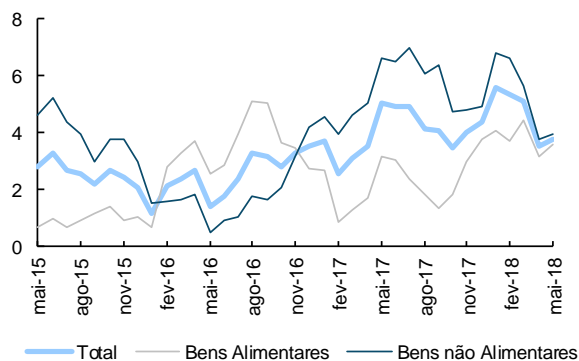
Indicador	Unidade	Fonte	2017	2017			2018		2018				
				2T	3T	4T	1T	2T	fev	mar	abr	mai	jun
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	2,7	3,0	2,4	2,4	2,1	:	:	:	:	:	:
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	"	2,0	2,2	2,2	1,9	2,1	2,4	1,9	2,1	2,1	2,3	2,4
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	"	2,3	2,7	1,8	3,5	2,1	0,0	1,6	1,7	0,1	-0,5	0,5
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	3,7	4,1	3,4	4,2	3,5	3,5	3,5	3,2	3,0	4,6	2,9
Indicador de Confiança dos Serviços	"	"	13,8	13,7	15,6	14,8	13,2	14,4	13,2	11,2	10,5	13,7	18,9
Indicador de Confiança da Construção	"	"	-22,2	-23,0	-19,2	-19,0	-16,5	-10,7	-16,8	-14,5	-12,3	-10,8	-9,0
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	3,9	3,1	5,2	3,8	1,9	:	2,9	-1,2	2,7	-2,2	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	6,3	5,3	8,7	1,9	-2,1	:	4,8	6,5	13,3	:	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	6,7	8,1	7,2	5,7	5,5	:	5,3	4,5	5,7	8,3	:

* Primeira Estimativa.

Consumo Privado

No trimestre terminado em maio, o Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho cresceu 3,8% em termos homólogos, um valor inferior ao verificado no primeiro trimestre do ano (5,1%). Esta evolução resulta de uma desaceleração da componente não alimentar (-1,7 p.p. para 3,9%) e da componente alimentar (de 4,4% para 3,6%).

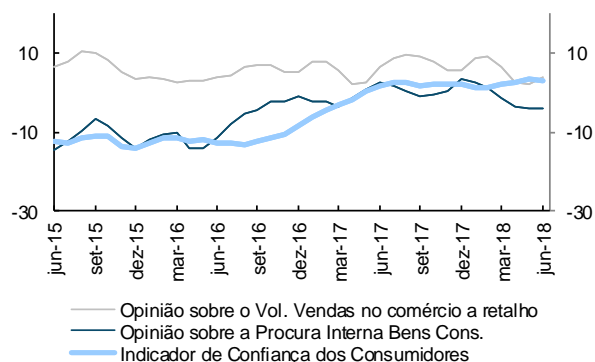
Figura 2.4. Volume de Negócios do Comércio a Retalho
(MM3, VH, %)



Fonte: INE.

No segundo trimestre do ano, e face ao trimestre precedente, assistiu-se a uma melhoria do indicador de confiança dos consumidores e uma estabilização do indicador relativo à oportunidade de aquisição de bens duradouros. Por seu turno, os indicadores qualitativos dos empresários relativos à opinião do volume de vendas no comércio a retalho e procura interna de bens de consumo deterioraram-se em igual período.

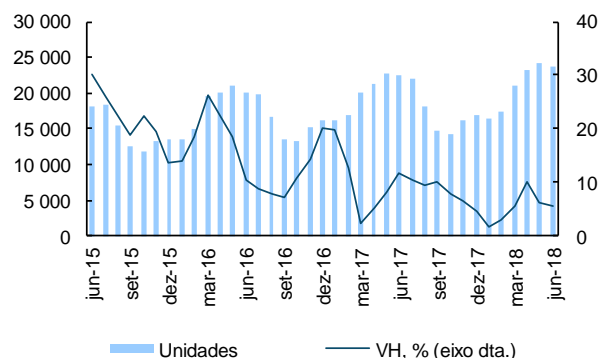
Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores
(SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

No segundo trimestre do ano foram vendidos 71 168 veículos ligeiros de passageiros, um aumento de 7 974 unidades face aos primeiros três meses e um crescimento de 5,7% face a igual período de 2017.

Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros
(MM3)



Fonte: ACAP.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2017			2018		2018				
				2T	3T	4T	1T	2T	fev	mar	abr	mai	jun
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	2,7	2,0	2,6	2,0	2,1	:	-	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE-VE	"	0,5	1,7	1,5	2,3	2,0	2,8	1,6	2,8	3,0	4,1	1,3
Confiança Comércio Retalho: Vendas últimos 3 meses	SRE-VE	"	6,5	6,4	8,9	5,4	6,5	3,9	5,5	-0,5	2,7	4,5	4,5
Índice de Vol. De Negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	4,1	4,9	4,1	4,4	5,1	:	4,4	5,1	1,0	5,2	:
Bens Alimentares	VH	"	2,3	3,0	1,3	3,8	4,4	:	3,6	6,3	-0,4	4,9	:
Bens não alimentares	VH	"	5,6	6,5	6,4	4,9	5,6	:	5,1	4,1	2,2	5,5	:
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	7,1	11,8	10,1	4,5	5,6	5,7	10,1	7,1	13,8	-0,3	5,3
Importação de Bens de Consumo***	VH	INE	6,6	8,1	4,3	6,1	2,6	:	5,9	-6,0	10,5	1,9	:

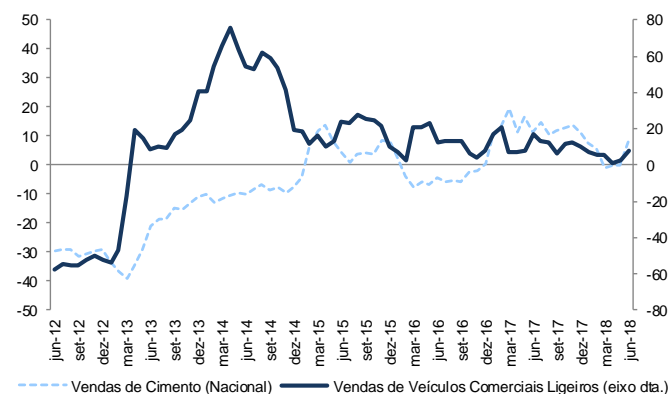
* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; de acordo com a nova base 2015=100; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300 Kg; *** Exclui material de transporte.

Investimento

Os dados disponíveis para o investimento no 2.º trimestre de 2018, mostram que, em termos médios homólogos:

- as vendas de veículos comerciais ligeiros aumentaram 7,8% (+2,4 p.p. face ao 1.º trimestre) acompanhadas pela variação de 3,2% na venda de veículos comerciais pesados, superior em 5,6 p.p. quando comparado com o 1.º trimestre de 2018;
- as vendas de cimento registaram uma variação de 8,0% (-1,1% no trimestre anterior).

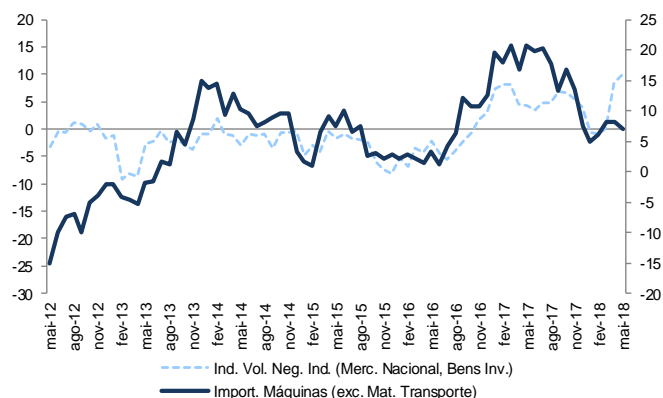
Figura 2.7. Vendas de Cimento e de Veículos Comerciais Ligeiros (VH, MM3)



Fonte: ACAP, Secil, Cimpor.

No que concerne ao indicador de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) do INE, este apresentou, no trimestre terminado em maio, uma variação homóloga de 4,4% (-1,5 p.p. que no final do 1.º trimestre de 2018). Em igual período, o Indicador de Máquinas e Equipamentos registou um crescimento homólogo de 8,1%, o que representa uma diminuição de 1,6 p.p. face ao registado no 1.º trimestre.

Figura 2.8. Bens de Equipamento (VH, MM3)

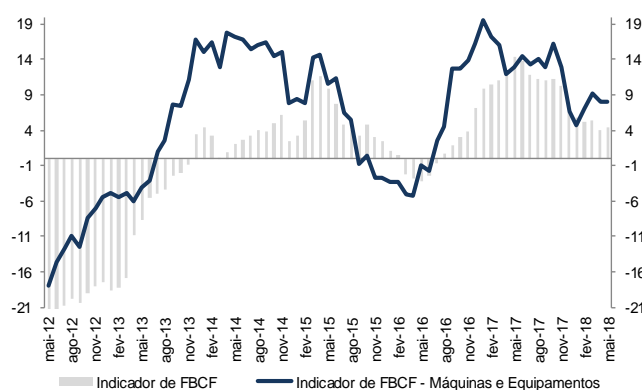


Fonte: INE.

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao mês de maio, mostram que, em termos médios homólogos:

- o Índice de Volume de Negócios da Indústria de Bens de Investimento para o mercado nacional registou uma variação de 7,3% (16,4% em abril);
- as importações de máquinas e outros bens de capital exceto material de transporte cresceram 7,6% (16,8 % no mês anterior).

Figura 2.9. Indicador de FBCF e Componentes (VH, MM3)



Fonte: INE.

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

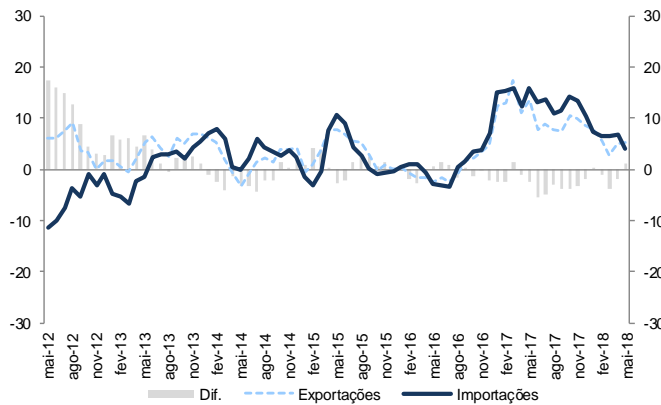
Indicador	Unidade	Fonte	2017	2017			2018		2018				
				2T	3T	4T	1T	2T	fev	mar	abr	mai	jun
FBC – CN Trimestrais	VH Real	INE	8,5	10,1	10,3	6,4	6,7	:	:	:	:	:	:
da qual, FBCF	VH Real	"	9,2	11,4	10,0	5,9	5,1	:	:	:	:	:	:
Indicador de FBCF	VH/mm3	"	1,6	13,9	11,1	6,5	5,9	:	5,5	5,9	4,3	4,4	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	-1,1	11,5	11,7	11,0	-1,1	8,0	9,0	-16,0	11,6	6,4	6,7
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	2,9	17,3	6,3	10,2	5,5	7,8	12,4	-2,2	-3,8	13,5	12,8
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	"	4,9	5,3	39,6	6,2	-2,4	3,2	-9,1	-26,6	11,0	-12,0	9,6
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-8,5	11,4	9,7	2,8	4,9	4,4	0,3	2,6	-5,2	9,6	8,7
Licenças de Construção de fogos	VH	"	14,6	12,2	22,7	17,5	30,8	:	55,9	41,1	70,4	9,8	:
Importações de Bens de Capital**	VH	"	0,6	18,0	12,3	6,8	8,0	:	11,3	-0,9	16,8	7,6	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	"	-1,1	3,4	6,8	4,0	0,0	:	2,9	6,8	16,4	7,3	:

*no Comércio por Grosso; **excepto Material de Transporte; *** para o Mercado Nacional.

Contas Externas

Para o trimestre terminado em maio, os dados relativos ao comércio internacional de bens, em termos médios homólogos nominais, apontam para um aumento das exportações de 5,2% e um aumento das importações em 4,1% (2,8% e 6,5% no 1.º trimestre de 2018).

Figura 2.10. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)



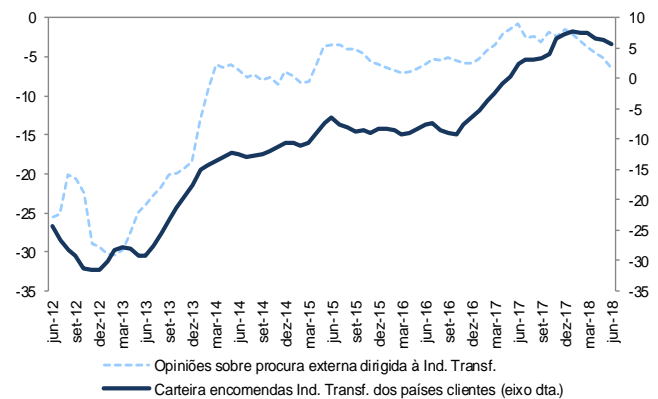
Fonte: INE.

Também para o trimestre terminado em maio, e em termos médios homólogos nominais:

- a componente extracomunitária das exportações decresceu 4,9% (melhoria de 2,7 p.p. face ao 1.º trimestre de 2018). Já as exportações para o mercado intracomunitário aumentaram 8,7%, que compara com o crescimento de 6,3% registado no 1º trimestre;
- no que concerne às importações de bens, o mercado intracomunitário aumentou 6,3%, enquanto o mercado extracomunitário registou uma queda de 2,7% em termos homólogos (7,1% e 4,7% no 1.º trimestre deste ano, respetivamente);
- em termos acumulados, a taxa de cobertura do comércio internacional de bens situa-se atualmente em 80,8% (80,9% em igual período de 2017).

No 2.º trimestre de 2018, as opiniões sobre a procura externa na indústria foram mais negativas que no trimestre anterior e a carteira de encomendas da indústria transformadora apresentou um decréscimo face ao mesmo período.

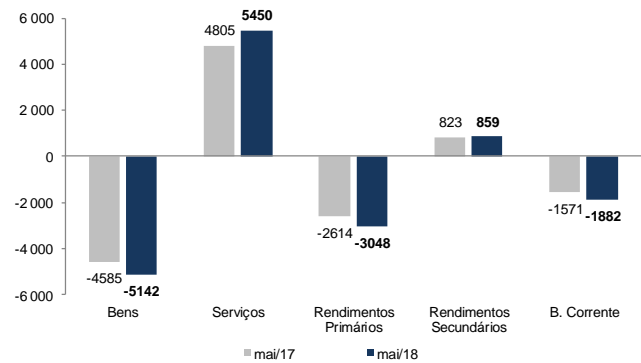
Figura 2.11. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

Até maio de 2018, o saldo acumulado da balança corrente foi de -1882 milhões de euros, o que representa uma deterioração de 311 milhões de euros em termos homólogos. Este resultado traduz, essencialmente, um saldo mais negativo da balança de bens e de rendimentos primários.

Figura 2.12. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



Fonte: BdP.

No mesmo período, a balança corrente e de capital apresentou uma necessidade de financiamento de 1311 milhões de euros (um aumento de 359 milhões de euros face ao mesmo período de 2017).

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2017				2018	2018				
				1T	2T	3T	4T	1T	jan	fev	mar	abr	mai
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	4,4	10,1	8,1	6,2	7,3	4,7	:	:	:	:	:
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	4,2	9,0	7,3	8,4	7,1	5,4	:	:	:	:	:
Saldo de Bens e Serviços*	% PIB	"	1,1	0,9	0,8	0,9	1,0	0,9	:	:	:	:	:
Capacidade de financiamento da economia*	% PIB	"	1,0	1,0	0,9	1,0	1,2	1,2	:	:	:	:	:
Saídas de Bens	VH nom	"	0,8	17,3	7,7	7,6	8,5	2,8	9,9	5,8	-5,6	17,7	6,2
Entradas de Bens	VH nom	"	1,5	15,9	13,0	11,5	10,3	6,5	11,8	8,3	0,4	12,9	0,3

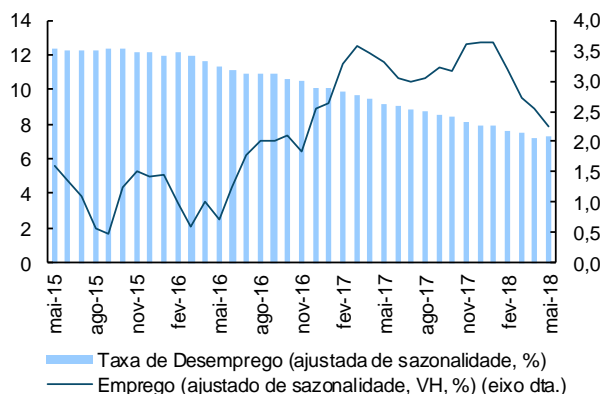
* Dados trimestrais referem-se ao ano terminado no respetivo trimestre.

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2017				2018	2017	2018	Dif.
				1T	2T	3T	4T	1T	jan-mai	jan-mai	
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	BdP	2 978	-67	-769	2412	1123	-78	-952	-1311	-359
Saldo Balança de Bens	"	"	-9 645	-2447	-3063	-3151	-3446	-3075	-4585	-5142	-557
Saldo Balança de Serviços	"	"	13 461	2222	3873	5581	3943	2563	4805	5450	645
Saldo Balança de Rendimentos Primários	"	"	-4 356	-816	-2344	-1136	-562	-379	-2614	-3048	-434
Saldo Balança de Rendimentos Secundários	"	"	1641	571	431	625	600	483	823	859	36

Mercado de Trabalho

As estimativas do INE apontam para que a taxa de desemprego, no trimestre centrado em maio, se tenha fixado nos 7,3%, uma décima acima da estimativa definitiva para abril, e 1,9 p.p. abaixo do registado um ano antes. Esta evolução resulta de um crescimento do emprego de 2,3% e uma redução de 20,8% do desemprego.

Figura 2.13. Emprego e Taxa de Desemprego Mensal

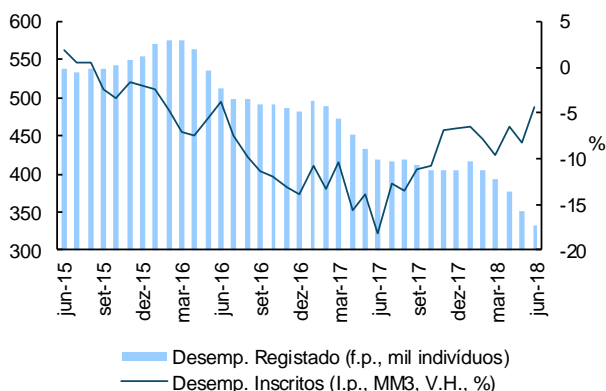


Fonte: INE.

No final do primeiro trimestre do ano, estavam inscritas 332 mil pessoas nos centros de empregos, menos 20,5% do que no final de mesmo trimestre de 2017, e o valor mais baixo desde agosto de 2002.

Em igual trimestre, a quantidade de pessoas inscritas ao longo do período ascendeu às 117 mil, menos 4,4% do que no segundo trimestre de 2017.

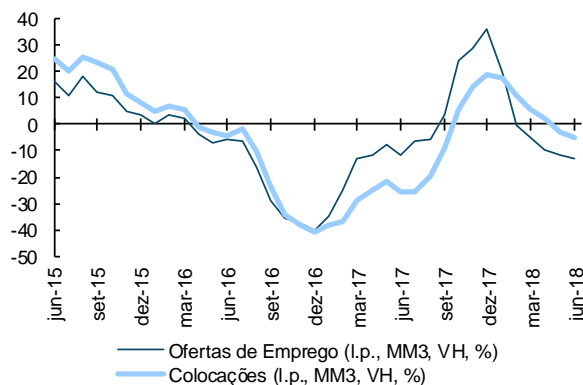
Figura 2.14. Desemprego



Fonte: IEFP.

O número de ofertas de emprego diminuiu 13,2% em termos homólogos, enquanto o número de colocações desceu 4,9% em relação ao segundo trimestre de 2017. Assim, o rácio entre ofertas e colocações fixou-se nos 64,9%, mais 5,6 p.p. do que um ano antes.

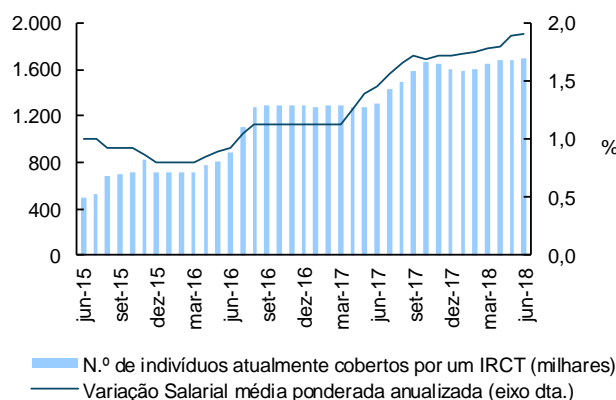
Figura 2.15. Ofertas de Emprego e Colocações
(MM3, VH)



Fonte: IEFP.

Estima-se que, no final de junho, cerca de 1,7 milhões de trabalhadores se encontrassem abrangidos por Instrumentos de Regulação Coletiva de Trabalho, um aumento de 30,9% face ao período homólogo. Já o aumento das remunerações médias implícitas fixou-se nos 1,9%, igual ao mês anterior.

Figura 2.16. Contratação Coletiva



Fonte: MTSSS, estimativas GPEARI.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

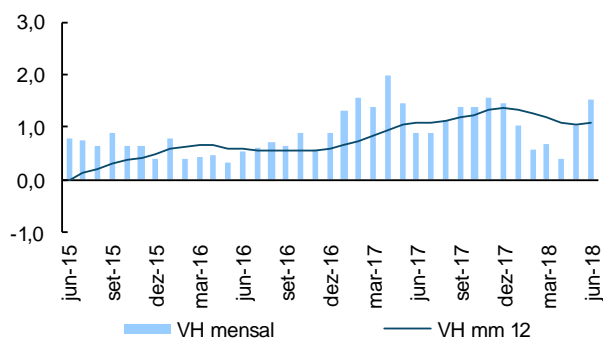
Indicador	Unidade	Fonte	2017	2017			2018		2018				
				2T	3T	4T	1T	2T	fev	mar	abr	mai	jun
Taxa de Desemprego*	%	INE	8,9	8,8	8,5	8,1	7,9	:	7,6	7,5	7,2	7,3	:
Emprego Total*	VH	"	3,3	3,4	3,0	3,5	3,2	:	3,2	2,7	2,5	2,3	:
Desemprego Registrado (f.p.)	VH	IEFP	-16,3	-18,3	-16,3	-16,3	-16,6	-20,5	-17,0	-16,6	-16,6	-19,0	-20,5
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	-11,5	-18,1	-11,2	-6,8	-9,7	-4,4	-6,2	-16,1	5,9	-11,6	-6,2
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	-1,5	-12,0	3,7	36,0	-4,8	-13,2	-22,7	-5,4	0,1	-24,7	-9,4
Contratação Coletiva	VH	MTSSS	1,7	1,5	1,7	1,7	1,8	1,9	1,7	1,8	1,8	1,9	1,9
Índice do Custo do Trabalho** - Portugal	VH	INE	2,1	2,9	-1,1	3,8	-1,5	:	-	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho** - AE	VH	Eurostat	1,7	1,9	1,8	1,6	2,3	:	-	-	-	-	-

*Valores Trimestrais do Inquérito Trimestral ao Emprego. Valores mensais das Estimativas Mensais (ajustadas de sazonalidade). **Total, excluindo Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividades; f.p. - no fim do período; l.p. ao longo do período.

Preços

A variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor (IPC), em junho de 2018, foi de 1,5%, valor 0,5 p.p. acima do registado em maio. Em termos médios homólogos dos últimos 12 meses, o IPC aumentou 1,1%, valor ligeiramente superior ao do mês anterior (1%).

Figura 2.17. Taxa de Variação do IPC
(VH, %)

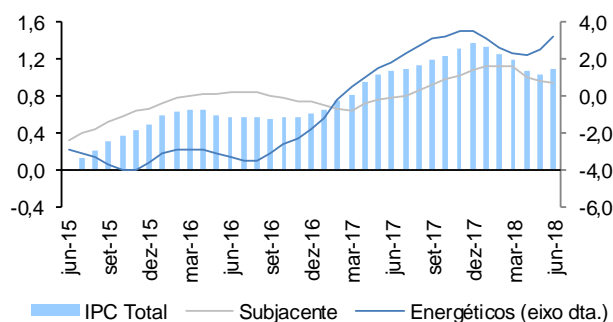


Fonte: INE.

O preço dos bens cresceu 1,3%, mais 0,7 p.p. do que em maio. Já o preço dos serviços acelerou mais ligeiramente (0,2 p.p.), crescendo 1,9%.

O IPC subjacente, que exclui produtos energéticos e alimentares não transformados, aumentou 1%; uma subida de 0,4 p.p. face ao mês anterior e 0,5 p.p. inferior ao IPC total. Esta evolução reflete, entre outros, o forte crescimento do preço dos produtos energéticos durante o período (7,5%).

Figura 2.18. Taxa de Variação do IPC (Subjacente e Energéticos)
(MM12, VH, %)



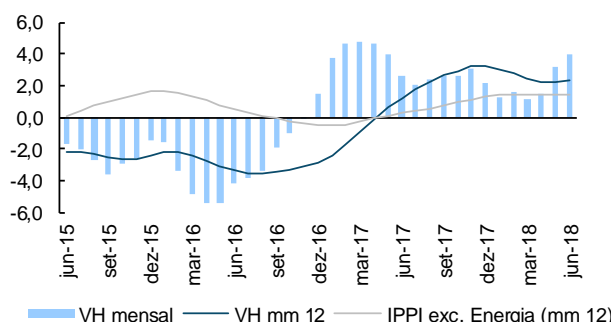
Fonte: INE.

Relativamente às classes do IPC, a que registou a maior queda foi a classe do Vestuário (diminuição de 2,7%), enquanto a classe dos Transportes foi a que registou a maior subida (2,5%), seguida da Restauração e Hotelaria (3,8%).

Em junho, o Índice Harmonizado de Preços no Consumidor registou, em Portugal, uma variação homóloga de 2%, crescimento idêntico ao da zona euro.

O Índice de Preços na Produção Industrial (IPPI) apresentou, em junho de 2018, uma variação homóloga de 4%, o que traduz uma aceleração de 0,8 p.p. face a maio.

Figura 2.19. Taxa de Variação do IPPI
(VH, %)



Fonte: INE.

Ao nível das secções industriais, para as quais existem dados disponíveis, a secção da Energia registou o aumento mais significativo (12,4%), sem o qual o crescimento do IPPI ter-se-ia fixado nos 1,8%.

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

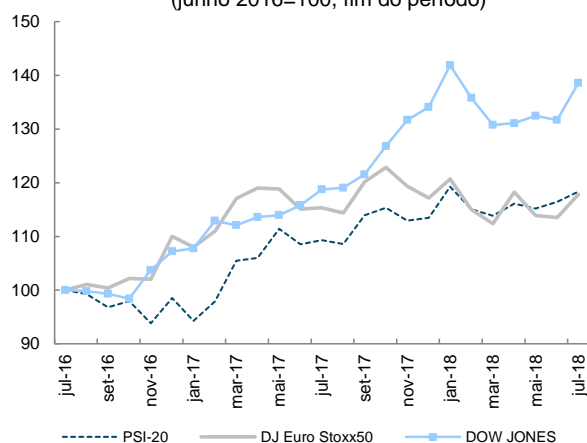
Indicador	Unidade	Fonte	2017	2017			2018					
				out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	0,3	-0,3	0,0	-1,0	-0,7	1,9	0,7	0,4	0,1
Índice de Preços no Consumidor	VH	INE	1,4	1,4	1,5	1,5	1,0	0,6	0,7	0,4	1,0	1,5
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	:	1,2	1,3	1,4	1,3	1,3	1,2	1,1	1,0	1,1
IPC - Bens	VH	"	0,9	0,6	1,3	1,0	0,3	0,0	-0,2	0,3	0,6	1,3
IPC - Serviços	"	"	2,1	2,5	1,9	2,1	2,1	1,4	2,1	0,6	1,7	1,9
IPC Subjacente*	"	"	1,1	1,3	1,1	1,2	0,9	0,6	0,8	0,2	0,6	1,0
Índice de Preços na Produção industrial	VH	"	3,3	2,6	3,0	2,2	1,2	1,6	1,2	1,5	3,2	4,0
IHPC	"	"	1,6	1,9	1,8	1,6	1,1	0,7	0,8	0,3	1,4	2,0
Diferencial IHPC PT vs. AE	p.p.	Eurostat	0,1	0,5	0,3	0,2	-0,2	-0,4	-0,5	-1,0	-0,5	0,0

* IPC subjacente exclui os bens alimentares não transformados e energéticos.

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Em julho de 2018, os índices bolsistas internacionais registaram um forte dinamismo, influenciados pela apresentação de resultados positivos da maioria das empresas cotadas e pelos acordos comerciais alcançados, no final do mês, entre os presidentes da Comissão Europeia e dos EUA, traduzindo algum desanuviamento das tensões comerciais globais. Assim, a 27 de julho de 2018, os índices Dow Jones e Euro Stoxx50 apreciaram-se 5,3% e 3,8%, respetivamente, face ao final do mês de junho.

Figura 2.20. Índices Bolsistas
(junho 2016=100, fim do período)



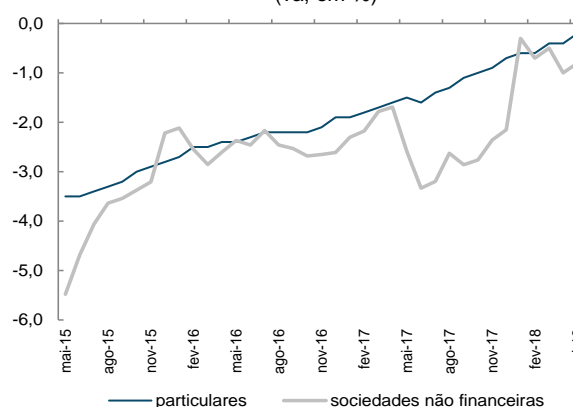
Fontes: CMVM; Finance Yahoo. Para julho, o valor é do dia 27.

À semelhança dos índices bolsistas internacionais, o índice PSI-20 também se valorizou em julho de 2018, tendo, no dia 27, ganho cerca de 4% face ao final de 2017.

Em maio de 2018, a variação anual dos empréstimos ao setor privado não financeiro foi de -0,4% em termos anuais (-0,6% no mês precedente) em resultado da melhoria tanto do crédito atribuído às empresas não financeiras como dos particulares.

Os empréstimos destinados aos particulares registaram uma variação anual de -0,2% em maio de 2018 (-0,4% em abril) devido à melhoria do crédito à habitação e ao crescimento mais robusto do consumo; enquanto o relativo a outros fins deteriorou-se.

Figura 2.21. Empréstimos ao Setor Privado
(va, em %)

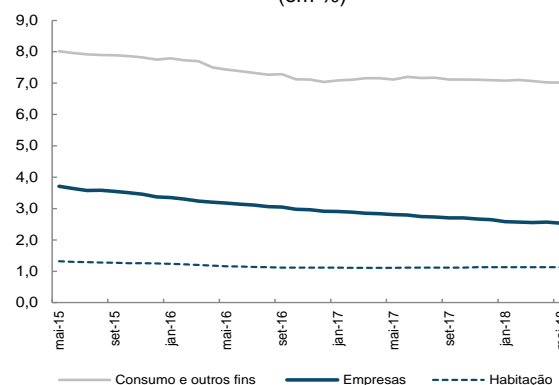


Fonte: Banco de Portugal.

Em maio de 2018, as taxas de juro das operações do crédito diminuíram para as empresas. Para os particulares, assistiu-se a um decréscimo das taxas para o crédito ao consumo e outros fins; já que a taxa dos empréstimos à habitação manteve-se inalterada em 1,13%, nível registado desde novembro de 2017.

Finalmente, segundo o Inquérito do Banco de Portugal aos bancos, estes não antecipam alterações nos critérios de concessão de crédito a empresas para o 3.º trimestre de 2018, mas antecipam critérios ligeiramente mais restritivos no caso dos particulares, como consequência da implementação, no início de julho, de novas medidas macro prudenciais do BP.

Figura 2.22. Taxas de Juro de Empréstimos
(em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2017			2018					
				out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	1,9	2,1	1,9	1,9	1,9	2,0	1,6	1,7	1,9	1,8
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	149	170	154	149	130	132	110	110	156	145
PSI20*	VC	CMVM	15,2	1,2	-2,1	0,5	5,1	-3,6	-1,0	2,0	-0,8	1,1
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	-1,7	-1,9	-1,8	-1,7	-1,7	-1,6	-1,5	-1,4	-1,3	:
- para consumo	va**	"	8,9	8,5	8,2	8,9	9,7	9,4	9,4	9,1	9,8	:
Empréstimos a empresas	va**	"	-2,1	-2,8	-2,4	-2,1	-0,3	-0,7	-0,5	-1,0	-0,8	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação*	%	"	1,13	1,12	1,13	1,13	1,13	1,13	1,13	1,13	1,13	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas*	%	"	2,65	2,70	2,67	2,65	2,58	2,57	2,55	2,57	2,54	:

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transações mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

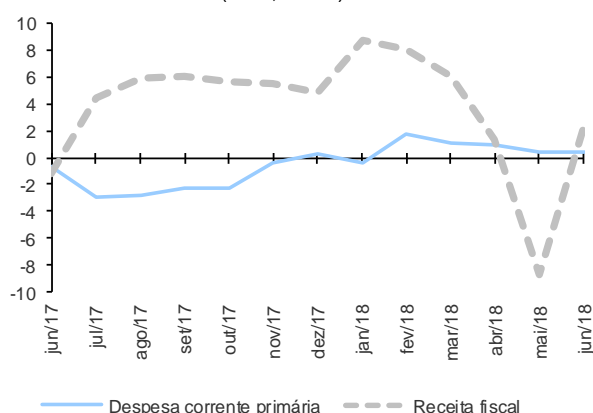
Finanças Públicas

O saldo da execução orçamental das Administrações Públicas¹ registou em junho uma melhoria de 406 milhões de euros face ao período homólogo², tendo-se fixado em -2.616 milhões de euros. No mesmo período, o saldo primário atingiu os 2.568 milhões de euros, correspondendo um aumento de 494 milhões de euros relativamente ao período homólogo. A evolução do saldo ficou a dever-se a um crescimento mais acentuado da receita efetiva (2,5%) do que da despesa efetiva (1,3%). O Estado e Segurança Social foram os subsectores que contribuíram positivamente para a melhoria do saldo global das Administrações Públicas.

Estado

A execução orçamental do subsector Estado registou em junho um saldo global negativo de 4.637 milhões de euros, representando uma melhoria de 352 milhões de euros face ao mês homólogo de 2017. No mesmo período, o saldo primário foi também negativo e da ordem dos 43 milhões de euros. Este resultado significa uma melhoria do saldo primário de 386 milhões de euros face ao período homólogo.

Figura 2.23. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)



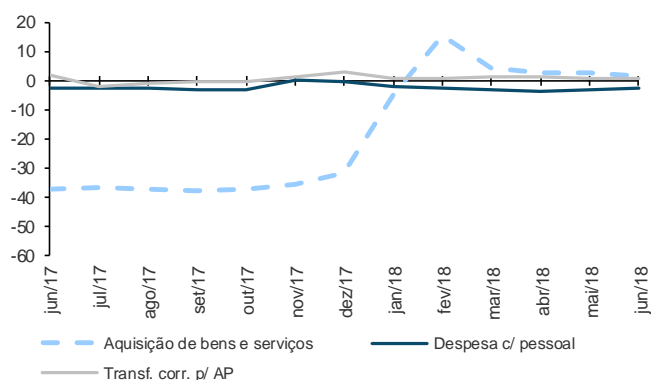
Fonte: DGO.

Para esta evolução terá contribuído o crescimento de 2,6% da receita efetiva do Estado, apoiada num crescimento de 2,8% da receita corrente, a qual, por sua vez, reflete um crescimento de 4,4% da receita com origem nos impostos indiretos e uma redução de 0,6% da receita proveniente dos impostos diretos.

Por sua vez, a despesa efetiva registou um crescimento de apenas 0,7%, refletindo a variação das transferências correntes para os outros subsectores das administrações públicas e U.E., parcialmente compensada pela redução das Despesas com o Pessoal (2,8%) que continuam a refletir a eliminação do pagamento em duodécimos do subsídio de Natal. A despesa com os Juros da Dívida Pública registou um aumento de 0,8%.

Em termos acumulados, o grau de execução da receita e da despesa efetiva situam-se ligeiramente acima do registado no período homólogo (0,2 p.p. e 0,3p.p., respetivamente)

Figura 2.24. Despesa do Estado – principais componentes
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.8. Execução Orçamental do Estado

	2017		2018		2018			
	jan a jun		jan a jun		mar	abr	mai	jun
	10 ⁶ euros		grau de execução (%)		VHA (%)			
Receita Efetiva	20 147	20 680	43,9	44,1	4,2	3,9	-7,4	2,6
Receita corrente	20 091	20 650	43,9	44,1	4,5	4,1	-7,2	2,8
Impostos diretos	6 930	6 886	37,9	37,7	2,6	-7,5	-31,6	-0,6
Impostos indiretos	11 302	11 795	48,6	47,5	8,0	6,7	5,1	4,4
Despesa Efetiva	25 135	25 317	48,0	48,3	0,1	2,9	1,5	0,7
Despesa corrente primária	19 932	20 006	43,9	44,1	2,6	6,7	1,5	0,4
Despesa corrente	24 491	24 600	48,8	49,0	0,5	2,8	1,4	0,4
Despesa com pessoal	4 770	4 634	53,6	50,6	-3,1	-3,6	-3,4	-2,8
Aquisição bens e serviços	376	382	18,0	24,6	4,4	2,4	2,6	1,5
Subsídios	11	30	10,8	24,5	140,0	91,7	123,1	167,8
Juros	4 560	4 594	60,4	63,2	-3,2	11,7	6,7	0,8
Transferências corr. p/ AP	13 307	13 386	47,7	47,8	1,0	1,2	0,6	0,6
Saldo Global	-4 988	-4 637	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	-429	-42	-	-	-	-	-	-

Fonte: DGO.

¹ Exceto se for referido o contrário, os valores indicados foram apurados numa base de caixa.

² Exceto se for referido o contrário, as variações em percentagem referem-se sempre ao período homólogo do ano anterior.

Serviços e Fundos Autónomos, (SFA) incluindo as Empresas Públicas Reclassificadas (EPR)

Os SFA (incluindo o SNS e as EPR) registaram em junho um saldo global negativo da ordem dos 85 milhões de euros, representando um agravamento de cerca de 86 milhões de euros relativamente ao período homólogo.

Esta evolução do saldo global resulta de um crescimento da despesa efetiva (+3,4%) superior ao crescimento da receita efetiva (+2,8%). O crescimento da receita efetiva é consequência dum crescimento de 2,4% das Transferências Correntes das AP e de 15% das Taxas, Multas e Outras Penalidades. A evolução da despesa efetiva reflete um aumento de 13,2% da despesa com a Aquisição de Bens e Serviços (parcialmente explicada pelo pagamento de dívida de anos anteriores do SNS), de 1,2% da despesa com Transferências Correntes e, ainda, de 12% dos Juros e Outros Encargos. As Despesas com o Pessoal registaram, como já vem sendo habitual, uma redução de 1,3% face ao mesmo mês do ano anterior.

No mesmo período, as EPR contribuíram para o saldo global dos SFA com um saldo global negativo de 1.042 milhões de euros. Este saldo corresponde a um agravamento de 293 milhões de euros em termos homólogos.

Este agravamento do saldo resulta de um crescimento da despesa efetiva de 9,4%, apesar da redução de 1% registado nas Despesas com o Pessoal, mas que inclui um crescimento de 31,1% das despesas com a Aquisição de Bens e Serviços. A receita efetiva aumentou 4,2%, em resultado do aumento das Transferências das AP.

Serviço Nacional de Saúde (SNS)

O saldo global da execução do SNS (ótica de compromissos) melhorou face ao mês anterior, mas registou um agravamento de 29 milhões de euros relativamente ao mês homólogo. Em junho, o saldo foi de -59 milhões de euros.

Um crescimento da receita efetiva (+3,5%) inferior ao registado na despesa efetiva (+4,1%) explica o agravamento do saldo em termos homólogos. Do lado da receita, destaca-se o crescimento das Outras Receitas Correntes (3,6%) e da Receita Fiscal (11,9%).

Quanto à despesa efetiva, é de referir o aumento de 4,4% da despesa com a Aquisição de Bens e Serviços e de 3% das Despesas com o Pessoal. As despesas de capital registaram um aumento elevado (55,8%), mas deve ter-se presente o seu peso relativo na estrutura da despesa.

Caixa Geral de Aposentações (CGA)

Em junho, o saldo global da execução do orçamento da CGA foi de cerca de 78 milhões de euros, valor que representa uma deterioração face ao mês homólogo (-11 milhões de euros).

Esta deterioração está associada a uma redução de 2,1% da receita efetiva, superior à redução de 1,9% registada na despesa efetiva. A receita com origem em Quotas e Contribuições e as outras Receitas Correntes registaram uma redução de 3,6% e 19,3%, respetivamente, em termos homólogos. As Transferências do OE cresceram 0,5%. Na despesa efetiva, por sua vez, destaca-se, essencialmente, a redução de 2,1% da despesa com Pensões.

Quadro 2.9. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos				dos quais: Empresas Públicas Reclassificadas			
	2017		2018		2017		2018	
	jan a jun				jan a jun			
	10 ⁶ euros		Grau de execução (%)	VHA (%)	10 ⁶ euros		Grau de execução (%)	VHA (%)
Receita Efetiva	13 980	14 370	44,2	2,8	4 287	4 467	45,1	4,2
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	1855	1788	46,0	-3,6	-	-	-	-
Transferências correntes das Adm. Públicas	8 267	8 469	46,7	2,4	503	438	45,0	-12,9
Despesa Efetiva	13 979	14 455	44,7	3,4	5 036	5 509	49,3	9,4
Despesa com pessoal	3 402	3 357	47,0	-1,3	1 910	1 891	48,1	-1,0
Aquisição de bens e serviços	3 419	3 870	49,2	13,2	1 398	1 832	54,4	31,1
Transferências correntes	4 964	5 023	43,2	1,2	40	45	57,5	12,0
Saldo Global	1	- 85	-	-	- 749	-1042	-	-

Fonte: DGO.

Quadro 2.10. Execução Financeira do SNS e Orçamental da CGA

	Serviço Nacional de Saúde				Caixa Geral de Aposentações				
	2017		2018		2017		2018		
	jan a jun				jan a jun				
	10 ⁶ euros		VHA (%)	Grau de execução (%)	10 ⁶ euros		VHA (%)	Grau de execução (%)	
Receita Efetiva	4 465	4 622	3,5	49,1	Receita Efetiva	4 442	4 350	-2,1	43,9
Receita fiscal	56	63	11,9	57,2	Contribuições p/ a CGA	1 851	1 785	-3,6	46,0
Outra receita corrente	4 393	4 550	3,6	49,5	Quotas e contribuições	1 802	1 737	-3,6	46,0
Receita de capital	15	8	-45,1	7,5	Transferências correntes do OE	2 194	2 206	0,5	42,2
Despesa Efetiva	4 494	4 680	4,1	48,4	Complicação do OE	2 079	2 080	0,0	42,3
Despesa com pessoal	1 798	1 853	3,0	46,7	Compensação por pagamento de pensões	115	126	9,0	45,1
Aquisição de bens e serviços	2 619	2 734	4,4	50,2	Despesa Efetiva	4 353	4 271	-1,9	42,9
Despesa de capital	24	37	58,1	23,3	Pensões	4 268	4 177	-2,1	42,9
Saldo Global	- 30	- 59	-	-	Saldo Global	89	78	:	:

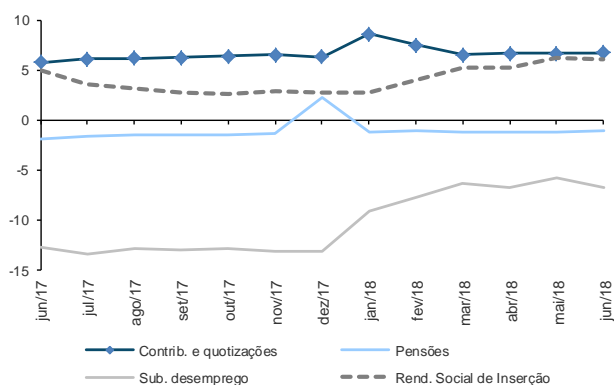
Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

Segurança Social

Manteve-se em junho a tendência já verificada nos meses anteriores de acumulação no subsector da Segurança Social de saldos de execução orçamental positivos apoiados, na sua generalidade, na redução das despesas com as principais prestações sociais e no aumento das receitas proporcionadas pelo crescimento do emprego. Neste mês o saldo de execução orçamental atingiu os 1.846 milhões de euros, representando uma melhoria de cerca de 358 milhões de euros face ao mês anterior e de 198 milhões de euros em termos homólogos.

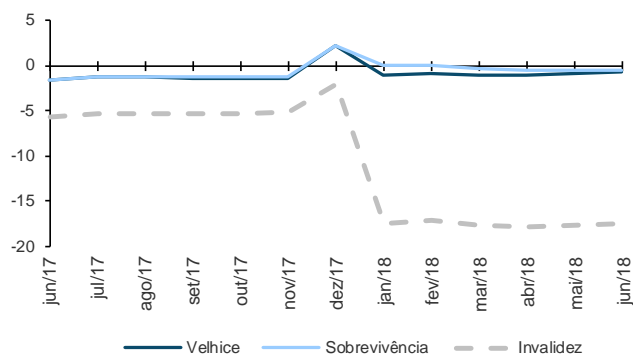
Em junho, a receita efetiva registou um aumento de 3,1%, com a receita com origem em Contribuições e Quotizações a crescer cerca de 6,8%, enquanto do lado da despesa efetiva, que cresceu 1,8%, continuou a registar-se uma redução da despesa na generalidade das prestações: Subsídio de Desemprego e Apoio ao Emprego (-6,7%) e Pensões (-1%).

Figura 2.25. Execução Orçamental da Seg. Social
(VHA, em %)



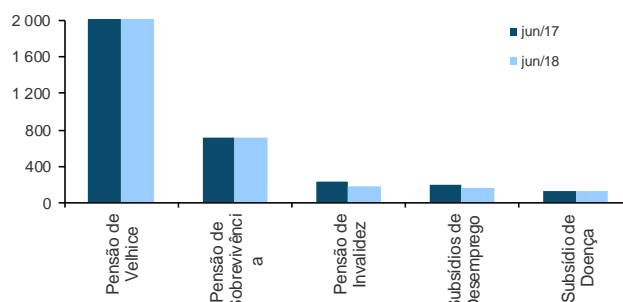
Fonte: DGO.

Figura 2.26. Despesa em Pensões da Seg. Social
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Figura 2.27. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos
(milhares, em final do mês)



Fonte: MTSS.

Quadro 2.11. Execução Orçamental da Segurança Social

	Segurança Social			
	2017	2018		
	jan a jun			
	10 ⁶ euros	VHA		Grau de execução (%)
Receita Efetiva	12 825	13 225	3,1	47,1
Contribuições e quotizações	7 431	7 934	6,8	48,1
Transferências correntes da Administração Central *	4 436	4 182	-5,7	49,0
Despesa Efetiva	11 177	11 379	1,8	41,9
Pensões	7 079	7 010	-1,0	42,0
Pensões de velhice do reg. subst. bancário	236	234	-0,7	49,7
Subsídio de desemprego e apoio ao emprego	694	648	-6,7	47,9
Prestações e ação social	1 893	1 922	1,5	47,5
Saldo Global	1 648	1 846	-	-

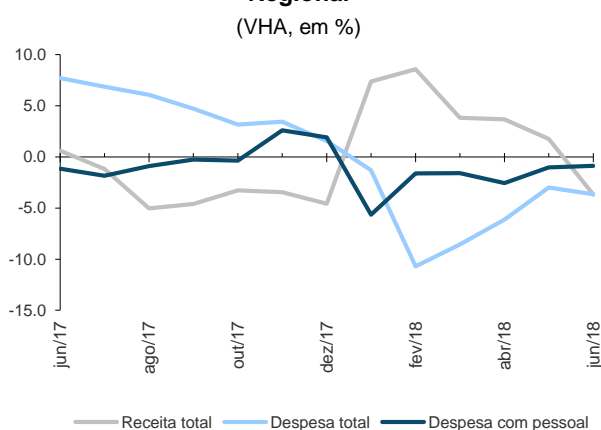
Fonte: DGO.

Administração Regional

A execução orçamental do subsector da Administração Regional registou em junho um saldo global negativo de 119,2 milhões de euros, representando uma melhoria do saldo, em termos homólogos, de cerca de 4,4 milhões de euros. Este resultado é explicado por comportamentos díspares entre as duas Regiões, dado que a Administração Regional da Madeira agravou o défice (em 57,3 milhões de euros) e a Administração Regional dos Açores melhorou (em 52,9 milhões de euros).

Neste período a receita efetiva registou uma redução idêntica à verificada pela despesa efetiva de -3,7%. Do lado da receita, salienta-se a redução da Receita Fiscal (-3%) e das Transferências da U.E. (-34,4%). Do lado da despesa, destaca-se o decréscimo da despesa com Juros e outros encargos (-22,6%), com o Investimento (-34,3%) e com a Aquisição de Bens e Serviços (-7,4%).

Figura 2.28. Execução Orçamental da Administração Regional



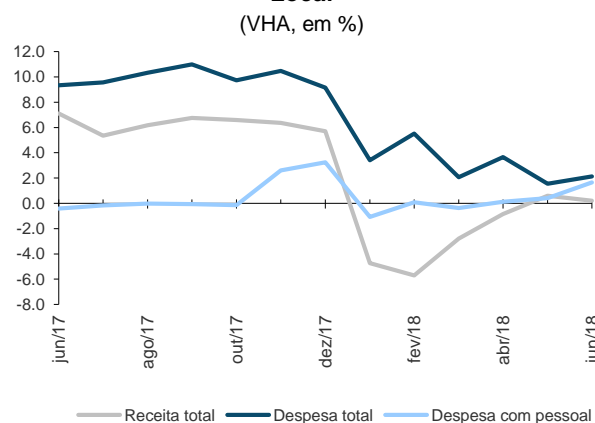
Fonte: DGO.

Administração Local

No subsector da Administração Local, o saldo global da execução orçamental atingiu, em junho, 378,6 milhões de euros, correspondendo a um agravamento homólogo de 62,3 milhões de euros.

Este agravamento do saldo ficou a dever-se a um aumento da despesa efetiva de 2,1%, dado que a receita efetiva apenas cresceu 0,2%. O crescimento da despesa justifica-se pelo aumento das Outras Despesas Correntes (14,7%), do Investimento (5,1%) e da Despesa com Pessoal (1,6%), ainda que compensada pela redução da despesa com a Aquisição de Bens e Serviços (-1,7%) e das Transferências de Capital (13,5%)

Figura 2.29. Execução Orçamental da Administração Local



Fonte: DGO.

Quadro 2.12. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Regional			Administração Local		
	2017	2018	VHA (%)	2017	2018	VHA (%)
	jan a jun			jan a jun		
	10 ⁶ euros		10 ⁶ euros			
Receita Efetiva	1 156	1 114	-3,7	3 691	3 699	0,2
Impostos	646	627	-3,0	1 393	1 436	3,1
Transferências correntes	243	246	1,2	1 289	1 312	1,8
Despesa Efetiva	1 280	1 233	-3,7	3 250	3 320	2,1
Pessoal	515	511	-0,9	1 159	1 178	1,6
Aquisição de bens e serviços	320	296	-7,4	1 007	989	-1,7
Transferências correntes	91	105	14,7	303	314	3,6
Investimento	75	49	-34,3	526	553	5,1
Saldo global	- 124	- 119	-	441	379	-

Fonte: DGO.

Dívida Pública

Dívida Pública das Administrações Públicas (ótica de Maastricht)

A dívida do sector das Administrações Públicas (critério de Maastricht) atingiu em maio o valor de 250.313 milhões de euros, representando uma variação de apenas 262 milhões de euros (0,1%) face ao mês anterior. Esta variação do valor da dívida pública ficou a dever-se, essencialmente, à diminuição da consolidação entre subsectores das Administrações Públicas, já que o subsector da Administração Central e o subsector da Administração Regional e Local, registaram acréscimos residuais na sua dívida pública.

Os depósitos detidos pela Administração Central reduziram-se em 1.962 milhões de euros relativamente ao mês anterior (-9,4%), levando o stock da dívida pública líquida para 231.402 milhões de euros (mais 2.224 milhões de euros).

Quadro 2.13. Dívida das Administrações Públicas
(milhões de euros)

	2017 dez	2018 abr	2018 mai
Administrações Públicas	242 620	250 051	250 313
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	247 799	256 818	256 820
Administração Regional e Local	10 348	10 222	10 233
Segurança Social	1	1	1
Consolidação entre subsectores	15 528	16 990	16 741
<i>por memória:</i>			
Depósitos da Administração Central	14 735	20 873	18 911

Fonte: Banco de Portugal.

Dívida não Financeira das Administrações Públicas

Quadro 2.14. Dívida não Financeira das AP
(milhões de euros)

	2017 Dez	2018 mai	2018 jun
Administrações Públicas	1 670	2 151	2 182
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	373	676	731
Administração Regional	294	280	280
Administração Local	1 002	1 195	1 171
Segurança Social	0	0	0

Fonte: DGO.

Em junho, a dívida não financeira do sector das Administrações Públicas situava-se em 2.182 milhões de euros. Este valor representa um aumento de 31 milhões de euros face ao mês anterior e encontra-se 512 milhões de euros acima do valor registado no final de 2017.

O subsector da Administração Central foi o principal responsável pelo aumento da dívida não financeira relativamente ao mês anterior (mais 55 milhões de euros), enquanto o subsector da Administração Local registou uma redução de 24 milhões de euros.

A estrutura da dívida não sofreu alterações assinaláveis mantendo-se o subsector da Administração Local como o responsável por mais de metade do total da dívida não financeira (cerca de 54%).

Os pagamentos em atraso no sector das Administrações Públicas aumentaram 58 milhões de euros face ao mês anterior, embora se situem 45 milhões de euros abaixo do registado no final de 2017 (-4,1%).

Os Hospitais EPE são os principais responsáveis por este aumento dos pagamentos em atraso (mais 68 milhões de euros relativamente ao mês anterior), embora o valor global dos pagamentos em atraso seja inferior em 64 milhões de euros relativamente ao final do ano anterior. Os subsectores da Administração Regional e da Administração Local registaram uma redução do valor dos seus pagamentos em atraso relativamente ao mês anterior.

Mantem-se sem alteração significativa a estrutura dos pagamentos em atraso, continuando os hospitais EPE a deter o maior peso relativo (cerca de 75%).

Quadro 2.15. Pagamentos em Atraso
(milhões de euros)

	2017 dez	2018 mai	2018 jun
Administrações Públicas	1 073	971	1 029
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central (excl. saúde)	16	24	24
SNS	7	9	3
Hospitais EPE	837	705	773
Empresas Públicas Reclassificadas	12	12	12
Administração Regional	98	106	104
Administração Local	104	115	112
Segurança Social	0	0	0
Outras Entidades	1	0	0
Empresas públicas não reclassificadas	1	0	0
Adm. Públicas e outras entidades	1 074	971	1 029

Fonte: DGO.

Dívida Direta do Estado

Em junho, a dívida direta do Estado, denominada em euros, atingiu o valor de 243.665 milhões de euros, representando uma redução de 2.680 milhões de euros (menos 1,1%) relativamente ao mês anterior.

Esta redução da dívida ficou a dever-se ao facto da OT 4,45%Jun2018 ter chegado à maturidade. No mesmo período, a dívida não transacionável cresceu cerca de 4,7%.

Quadro 2.16. Movimento da Dívida Direta do Estado
(milhões de euros)

	31-05-2018	2018 jun			30-06-2018
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo
Transacionável	154 198	2 387	6 642	- 88	149 854
da qual: Bilhetes do Tesouro	13 616	1 285	0	0	14 901
da qual: Obrigações Tesouro	127 367	1 102	6 642	- 102	121 725
Não Transacionável	35 841	3 225	1 545	0	37 522
da qual: Cert.Aforro e do Tesouro	27 532	234	85	0	27 682
da qual: CEDIC e CEDIM	4 251	2 766	1 290	0	5 726
Prog. de Ajustamento Económico	56 306	0	0	- 17	56 289
Total	246 345	5 612	8 187	-105	243 665

Fonte: IGCP.

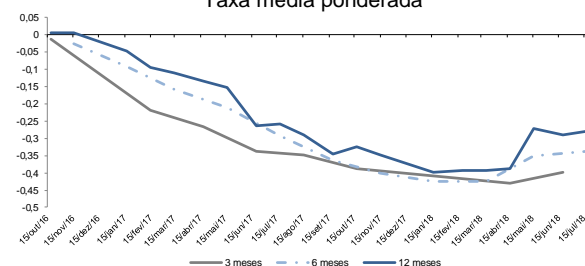
Emissões e Amortizações de Dívida

Durante o mês de julho foram realizados quatro leilões de colocação de dívida pública, com as taxas de juro a refletirem a inversão da tendência descendente que tinha sido observada até abril de 2018. As características das operações foram as seguintes:

- Colocação no dia 18 de julho de 423 milhões de euros (inclui fase não competitiva) do BT 18Jan2019 a uma taxa média ponderada de -0,399% (-0,351% na colocação de maio para o mesmo prazo);
- Emissão, na mesma data, de 1.519 milhões de euros (inclui fase não competitiva) do BT 19Jul2019 a uma taxa média ponderada de -0,280% (-0,290% na colocação de junho para o mesmo prazo).
- No dia 11 de julho foram emitidos 650 milhões de euros da OT 2,125%Out2028 (não houve fase não competitiva) a uma taxa de 1,727% (1,919% na colocação de junho da mesma OT);
- Na mesma data foram igualmente colocados 300 milhões de euros da OT2,25%Abr2034 (não houve fase não competitiva), a uma taxa de 2,257%.

Em julho foram colocados mil milhões de euros da OTRV Jul2025 com um cupão semestral à taxa de juro Euribor 6 meses acrescida de 1%.

Figura 2.30. Emissões de BT
Taxa média ponderada



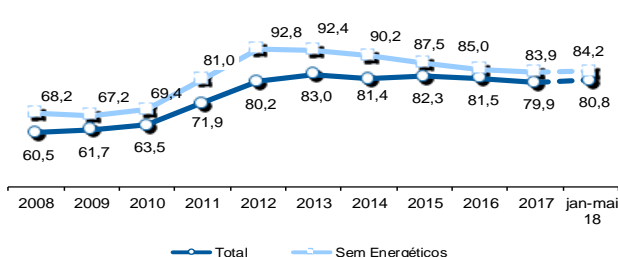
Fonte: IGCP.

3. Comércio Internacional [1]

Evolução global [2]

De acordo com os resultados preliminares recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, nos primeiros cinco meses de 2018, as exportações de mercadorias cresceram 6,2%, em termos homólogos, com as importações a crescerem 6,3% [3]. Nesse período, o défice da balança comercial de mercadorias (fob/cif) agravou-se 7%. Excluindo os produtos energéticos, as exportações cresceram 6,4%, em termos homólogos, e as importações 6,9% (Quadro 3.1).

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Importações pelas Exportações de Mercadorias (%)



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial (valores acumulados)

Intra + Extra-UE (milhões de Euros)	janeiro a maio			VH	
	2017	2018	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	22.937	24.357	6,2	5,2	7,1
Importações (cif)	28.361	30.159	6,3	4,1	8,3
Saldo (fob-cif)	-5.424	-5.802	7,0	0,1	13,5
Cobertura (fob/cif)	80,9	80,8	-	-	-
Sem energéticos:					
Exportações (fob)	21.204	22.563	6,4	4,5	7,2
Importações (cif)	25.063	26.805	6,9	5,0	8,3
Saldo (fob-cif)	-3.859	-4.242	9,9	7,4	14,7
Cobertura (fob/cif)	84,6	84,2	-	-	-
Extra-UE (milhões de Euros)	janeiro a maio			VH	
	2017	2018	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	5.882	5.701	-3,1	-4,9	2,9
Importações (cif)	6.923	6.995	1,0	-2,7	7,9
Saldo (fob-cif)	-1.041	-1.294	24,3	10,7	52,4
Cobertura (fob/cif)	85,0	81,5	-	-	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:
Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros cinco meses de 2018, as exportações representaram 80,8% das importações, o que se traduziu num decréscimo de 0,1 p.p. na taxa de cobertura das importações pelas exportações, no período homólogo. Excluindo os produtos energéticos, as exportações passaram a representar 84,2% das importações (-0,4 p.p. que em igual período do ano transato).

Quadro 3.2. Balança Comercial: mês de maio

	Valores em milhões de Euros		
	2017	2018	TVH
Intra+Extra UE			
Exportações (fob)	22 937	24 357	6,2
Importações (cif)	28 361	30 159	6,3
Saldo (fob-cif)	- 5 424	- 5 802	7,0
Cobertura (fob/cif)	80,9	80,8	-
Intra UE			
Exportações (fob)	17 055	18 656	9,4
Importações (cif)	21 438	23 164	8,1
Saldo (fob-cif)	- 4 383	- 4 508	2,9
Cobertura (fob/cif)	79,6	80,5	-
Extra UE			
Exportações (fob)	5 882	5 701	-3,1
Importações (cif)	6 923	6 995	1,0
Saldo (fob-cif)	- 1 041	- 1 294	24,3
Cobertura (fob/cif)	85,0	81,5	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros cinco meses de 2018, o défice da balança comercial de mercadorias Intra UE agravou-se 2,9% em termos homólogos, com as exportações de mercadorias a crescerem 9,4% e as importações 8,1%. O défice da balança comercial de mercadorias Extra UE agravou-se 24,3% (Quadro 3.2).

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	IMPORTAÇÕES (Cif)			EXPORTAÇÕES (Fob)		
	2017	2018	TVH	2017	2018	TVH
jan	5 348	5 977	11,8	4 344	4 775	9,9
fev	5 177	5 608	8,3	4 356	4 608	5,8
mar	6 142	6 166	0,4	5 241	4 948	-5,6
abr	5 415	6 113	12,9	4 122	4 851	17,7
mai	6 279	6 296	0,3	4 873	5 174	6,2
jun	5 792			4 751		
jul	5 743			4 662		
ago	5 271			3 944		
set	5 873			4 651		
out	6 351			4 865		
nov	6 094			5 213		
dez	5 479			4 074		
1º Trim	16 667	17 751	6,5	13 941	14 331	2,8
2º Trim	17 486			13 747		
3º Trim	16 887			13 257		
4º Trim	17 923			14 152		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em www.gee.min-economia.pt ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, nº7/2018").

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o mês de maio de 2018 correspondem a uma versão preliminar. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 350 mil euros para as importações da UE e 250 mil para as exportações para a UE, em 2018). Por outro lado, a atual metodologia considera, para além do confronto regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com a IES.

[3] Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Exportações de Mercadorias

Nos primeiros cinco meses de 2018, as exportações de mercadorias cresceram 6,2%, em termos homólogos. Excluindo os produtos energéticos, registou-se um crescimento de 6,4%.

Entre janeiro e maio de 2018, destaca-se o contributo positivo do “Material de transp terrestre e suas partes” (4,1 p.p.), seguido do contributo dos “Minérios e metais” (0,8 p.p.) e dos “Produtos acabados diversos” (0,7 p.p.). As “Máquinas e aparelhos e suas partes” são o grupo de produtos que maior peso tem nas exportações de mercadorias (14,4%). Segue-se o “Material de transp terrestre e suas partes” (14,2%).

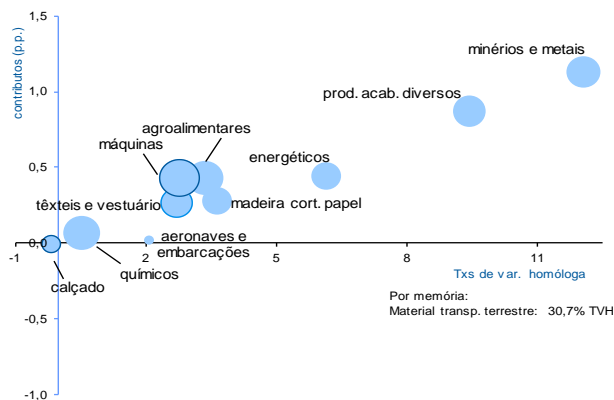
A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das exportações no último ano a terminar em maio de 2018.

Nesse período, a maioria dos grupos de produtos contribuiu positivamente para o crescimento das exportações de mercadorias (7,1%). Mais uma vez, o “Material de transp terrestre e suas partes” foi o que mais contribuiu para este comportamento (3,2 p.p.). De destacar ainda o contributo positivo dos “Minérios e metais” e dos “Produtos acabados diversos” (1,1 p.p. e 0,9 p.p. respetivamente).

De referir, ainda, os contributos dos “Energéticos”, “Agroalimentares” e “Máquinas e aparelhos e suas partes”, para o crescimento das exportações de mercadorias, todos com 0,4 p.p. (Quadro 3.4).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Exportações por Grupos de Produtos (p.p.)

Últimos 12 meses a terminar em maio de 2018 (Total: 7,1%)



Fonte: Quadro 3.4. Exportações de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota:

A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das exportações no período em análise.

Quadro 3.4. Exportações * de Mercadorias por Grupos de Produtos

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos			
			Anual		jan-mai		últimos 12 meses ^[1]		jan-mai	
	jan-mai		2012	2017	2017	2018	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
	2017	2018								
Total das Exportações	22 937	24 357	100,0	100,0	100,0	100,0	7,1	7,1	6,2	6,2
Agro-alimentares	2 757	2 844	11,5	12,5	12,0	11,7	3,4	0,4	3,2	0,4
Energéticos	1 733	1 794	8,3	7,2	7,6	7,4	6,2	0,4	3,5	0,3
Químicos	2 992	2 901	12,5	12,6	13,0	11,9	0,5	0,1	-3,0	-0,4
Madeira, cortiça e papel	1 747	1 800	8,1	7,5	7,6	7,4	3,6	0,3	3,0	0,2
Têxteis, vestuário e seus acessórios	2 226	2 276	9,2	9,6	9,7	9,3	2,7	0,3	2,3	0,2
Calçado, peles e couros	900	894	4,0	4,2	3,9	3,7	-0,2	0,0	-0,8	0,0
Minérios e metais	2 219	2 400	11,7	9,7	9,7	9,9	12,1	1,1	8,2	0,8
Máquinas e aparelhos e suas partes	3 557	3 513	15,3	15,3	15,5	14,4	2,8	0,4	-1,2	-0,2
Material de transp. terrestre e suas partes	2 512	3 459	11,1	11,1	10,9	14,2	30,7	3,2	37,7	4,1
Aeronaves, embarcações e suas partes	143	169	0,5	0,8	0,6	0,7	2,1	0,0	18,1	0,1
Produtos acabados diversos	2 151	2 306	7,7	9,4	9,4	9,5	9,4	0,9	7,2	0,7
Por memória:										
Total sem energéticos	21 204	22 563	91,7	92,8	92,4	92,6	7,2	6,7	6,4	5,9

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

[1] Últimos 12 meses a terminar em maio de 2018.

[2] $(\text{jun } 17\text{-mai } 18) / (\text{jun } 16\text{-mai } 17) \times 100 - 100$.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: $(\text{TVH}) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$.

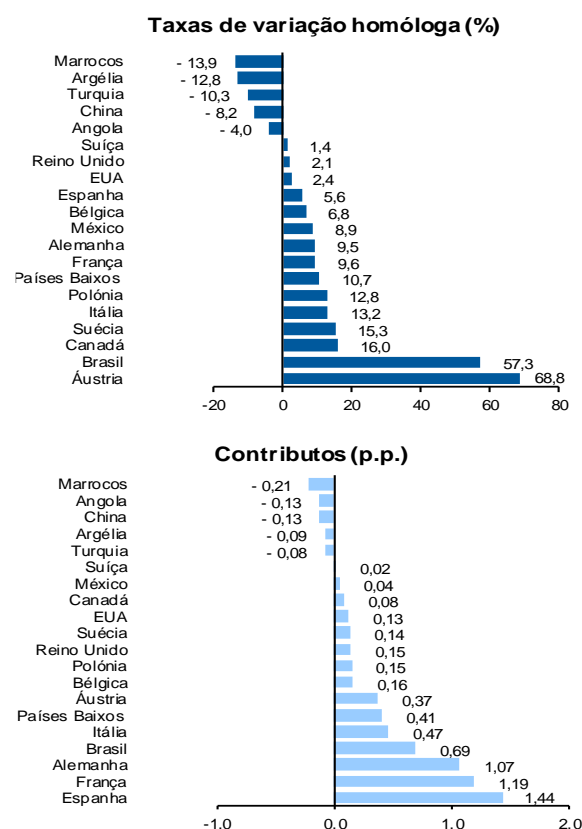
Nos primeiros cinco meses de 2018, as exportações para a UE cresceram 9,4%, em termos homólogos e as exportações com destino aos países da UE-15 8,3%, com as exportações com destino aos Países do Alargamento a crescerem 28,7% e as exportações para países terceiros a decaírem 3,1% (Quadro 3.5).

As exportações de mercadorias para Espanha foram as que o mais contribuíram para o crescimento Intra UE-15 das exportações (1,4 p.p.), seguidas das exportações para a França e Alemanha (ambas com 1,2 p.p.).

No último ano a terminar em maio de 2018, as exportações para os países Intra UE cresceram 8,6%, em termos homólogos e as exportações para os países da UE-15 8,1%. As exportações para Espanha e França foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações (1,4 p.p. e 1,2 p.p., respetivamente). Entre os países terceiros, destaca-se o crescimento das exportações para a Brasil (57,3%), Canadá (16%) e México (8,9%). No mesmo período, destaca-se o decréscimo das exportações com destino a Marrocos (-13,9%), Argélia (-12,8%) e Turquia (-10,3%), ainda que com um impacto pouco expressivo na variação homóloga das exportações totais (Figura 3.3).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Exportações para uma Seleção de Mercados e Contributos

Últimos 12 meses a terminar em maio de 2018



Fonte: Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com destino a uma Seleção de Mercados.

Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Intra + Extra-UE (Fob)

Destino	jan-mai		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
			anual		jan-mai		12 meses		jan-mai	
	2017	2018	2017	2017	2017	2018	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
TOTAL	22 937	24 357	100,0	100,0	100,0	100,0	7,1	7,1	6,2	6,2
Intra UE	17 055	18 656	71,1	74,1	74,4	76,6	8,6	6,3	9,4	7,0
dos quais:										
UE-15	16 172	17 519	67,8	70,1	70,5	71,9	8,1	5,7	8,3	5,9
Espanha	5 863	6 182	22,5	25,2	25,6	25,4	5,6	1,4	5,4	1,4
França	2 896	3 182	11,8	12,5	12,6	13,1	9,6	1,2	9,9	1,2
Alemanha	2 595	2 876	12,4	11,4	11,3	11,8	9,5	1,1	10,8	1,2
Reino Unido	1 528	1 552	5,3	6,6	6,7	6,4	2,1	0,1	1,6	0,1
Itália	832	985	3,7	3,5	3,6	4,0	13,2	0,5	18,4	0,7
Países Baixos	908	932	4,1	4,0	4,0	3,8	10,7	0,4	2,6	0,1
Bélgica	562	619	3,1	2,3	2,5	2,5	6,8	0,2	10,1	0,2
Suécia	202	243	1,0	0,9	0,9	1,0	15,3	0,1	20,6	0,2
Áustria	122	241	0,6	0,7	0,5	1,0	68,8	0,4	97,5	0,5
Alargamento	883	1 136	3,2	3,9	3,8	4,7	16,8	0,7	28,7	1,1
Polónia	272	328	0,9	1,1	1,2	1,3	12,8	0,1	20,5	0,2
Extra UE	5 882	5 701	28,9	25,9	25,6	23,4	2,9	0,8	-3,1	-0,8
dos quais:										
EUA	1 220	1 211	4,1	5,2	5,3	5,0	2,4	0,1	-0,8	0,0
Angola	728	605	6,6	3,2	3,2	2,5	-4,0	-0,1	-16,9	-0,5
Brasil	287	349	1,5	1,7	1,3	1,4	57,3	0,7	21,7	0,3
China	354	259	1,7	1,5	1,5	1,1	-8,2	-0,1	-26,8	-0,4
Marrocos	356	318	1,0	1,3	1,6	1,3	-13,9	-0,2	-10,8	-0,2
Suíça	250	241	0,9	1,1	1,1	1,0	1,4	0,0	-3,7	0,0
Turquia	165	163	0,8	0,7	0,7	0,7	-10,3	-0,1	-9,9	0,0
Canadá	123	148	0,4	0,5	0,5	0,6	16,0	0,1	20,5	0,1
Argélia	108	119	0,9	0,5	0,5	0,5	-12,8	-0,1	9,8	0,0
México	111	112	0,4	0,5	0,5	0,5	8,9	0,0	0,5	0,0
Por memória:										
OPEP ^[4]	1 065	889	9,2	4,7	4,6	3,7	-9,5	-0,5	-16,5	-0,8
PALOP	974	840	8,0	4,3	4,2	3,4	-4,0	-0,2	-13,7	-0,6
EFTA	335	319	1,1	1,4	1,5	1,3	-1,1	0,0	-4,7	-0,1

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2017.

[1] Últimos 12 meses a terminar em maio de 2018.

[2] $(\text{jun } 17\text{-mai } 18) / (\text{jun } 16\text{-mai } 17) \times 100 - 100$.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: $(\text{TVH}) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$.

[4] Inclui Angola.

Importações de Mercadorias

De janeiro a maio de 2018, as importações de mercadorias cresceram 6,3%, em termos homólogos (Quadro 3.6).

Destaca-se o contributo das importações de “Máquinas e aparelhos e suas partes (2 p.p.)”, “Material de transp terrestre e suas partes” (1,6 p.p.) e “Químicos” (1,2 p.p.) para o crescimento das importações nos primeiros cinco meses de 2018.

O comportamento das importações de “Aeronaves, embarcações e suas partes”, com um contributo negativo de 0,5 p.p. contrariou este aumento das importações.

A UE-28 mantém-se como principal mercado de origem das importações portuguesas (76,8%).

Nos primeiros cinco meses de 2018, as importações de mercadorias provenientes do mercado comunitário cresceram 8,1%, em termos homólogos, com as provenientes dos países da UE-15 a crescerem 8%, em termos homólogos e as dos países do Alargamento 8,4%.

As importações de mercadorias provenientes de países terceiros cresceram 1%, em termos homólogos. A China destaca-se como sendo o principal mercado extracomunitário de origem das importações de mercadorias (2,9% do total). Seguem-se a Rússia e EUA (ambos com 1,6%) e o Brasil (1,5%).

Quadro 3.6. Importações de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
	jan-mai		Anual		jan-mai		12 meses ^[1]		jan-mai	
	2017	2018	2012	2017	2017	2018	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
TOTAL DAS IMPORTAÇÕES	28 361	30 159	100,0	100,0	100,0	100,0	8,3	8,3	6,3	6,3
Grupos de Produtos										
Agro-alimentares	4 282	4 327	15,5	15,3	15,1	14,3	4,2	0,7	1,1	0,2
Energéticos	3 298	3 354	20,8	11,6	11,6	11,1	8,4	1,0	1,7	0,2
Químicos	4 668	5 016	16,4	16,1	16,5	16,6	8,0	1,3	7,4	1,2
Madeira, cortiça e papel	893	969	3,1	3,2	3,1	3,2	7,9	0,3	8,5	0,3
Têxteis, Vestuário e seus acessórios	1703	1757	5,6	6,1	6,0	5,8	4,1	0,3	3,2	0,2
Calçado, peles e couros	681	693	2,1	2,4	2,4	2,3	2,9	0,1	1,8	0,0
Minérios e metais	2 457	2 708	8,2	8,6	8,7	9,0	15,4	1,3	10,2	0,9
Máquinas e aparelhos e suas partes	4 650	5 214	14,8	17,2	16,4	17,3	11,5	2,0	12,1	2,0
Material de transp. terrestre e suas partes	3 639	4 080	7,8	12,3	12,8	13,5	12,1	1,5	12,1	1,6
Aeronaves, embarcações e suas partes	427	276	0,6	1,2	1,5	0,9	-21,6	-0,3	-35,3	-0,5
Produtos acabados diversos	1662	1764	5,1	6,0	5,9	5,8	7,0	0,4	6,1	0,4
Total sem energéticos	25 063	26 805	79,2	88,4	88,4	88,9	8,3	7,4	6,9	6,1
Mercados de origem										
Intra UE	21 438	23 164	71,5	76,2	75,6	76,8	8,5	6,5	8,1	6,1
dos quais:										
UE-15	20 386	22 024	68,8	72,6	71,9	73,0	8,3	6,1	8,0	5,8
Espanha	8 871	9 566	31,8	32,0	31,3	31,7	7,7	2,5	7,8	2,5
Alemanha	3 893	4 182	11,3	13,7	13,7	13,9	10,5	1,4	7,4	1,0
França	2 135	2 420	6,6	7,4	7,5	8,0	9,7	0,7	13,3	1,0
Itália	1545	1650	5,2	5,5	5,4	5,5	8,5	0,5	6,8	0,4
Países Baixos	1469	1574	4,8	5,4	5,2	5,2	13,3	0,7	7,2	0,4
Bélgica	773	853	2,5	2,8	2,7	2,8	9,0	0,3	10,3	0,3
Reino Unido	785	769	3,0	2,7	2,8	2,6	-0,6	0,0	-2,0	-0,1
Polónia	367	376	0,7	1,2	1,3	1,2	7,7	0,1	2,6	0,0
Suécia	299	316	1,0	0,9	1,1	1,0	-2,9	0,0	5,7	0,1
Alargamento	1 051	1 140	2,7	3,6	3,7	3,8	11,0	0,4	8,4	0,3
Extra UE	6 923	6 995	28,5	23,8	24,4	23,2	7,9	1,8	1,0	0,3
dos quais:										
China	805	886	2,5	3,0	2,8	2,9	12,9	0,4	10,1	0,3
Rússia	732	493	0,8	2,3	2,6	1,6	-18,4	-0,5	-32,6	-0,8
Brasil	456	466	2,4	1,8	1,6	1,5	20,5	0,3	2,0	0,0
EUA	470	474	1,7	1,4	1,7	1,6	0,1	0,0	0,8	0,0
Azerbaijão	263	261	0,9	1,0	0,9	0,9	40,9	0,3	-0,7	0,0
Turquia	308	347	0,6	1,0	1,1	1,2	13,5	0,1	2,5	0,1
Índia	265	294	0,6	0,9	0,9	1,0	11,5	0,1	10,8	0,1
Arábia Saudita	288	238	1,6	0,9	1,0	0,8	-11,6	-0,1	-17,4	-0,2
Cazaquistão	185	264	1,3	0,7	0,7	0,9	67,2	0,4	42,4	0,3
Coreia do Sul	172	195	0,3	0,6	0,6	0,6	20,8	0,1	13,4	0,1
Guiné Equatorial	104	161	0,8	0,6	0,4	0,5	139,2	0,4	54,3	0,2
Colômbia	157	106	0,5	0,5	0,6	0,4	-8,3	0,0	-32,2	-0,2
Singapura	179	22	0,0	0,5	0,6	0,1	-6,2	0,0	-88,0	-0,6
OPEP^[4]	801	1057	9,5	2,7	2,8	3,5	-1,0	0,0	31,9	0,9
EFTA	158	178	0,9	0,5	0,6	0,6	2,6	0,0	12,8	0,1
PALOP	123	378	3,2	0,5	0,4	1,3	-16,8	-0,2	207,4	0,9

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Importações: somatório das importações de mercadorias provenientes da UE com as importações de Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2017.

[1] Últimos 12 meses a terminar em maio de 2018.

[2] $(\text{jun } 17\text{-mai } 18) / (\text{jun } 16\text{-mai } 17) \times 100 - 100$.

[3] Contributo para a taxa de crescimento das importações - análise shift-share: $(\text{TVH}) \times (\text{peso no período do homólogo anterior}) \div 100$.

[4] Inclui Angola.

Comércio Internacional de Bens e Serviços

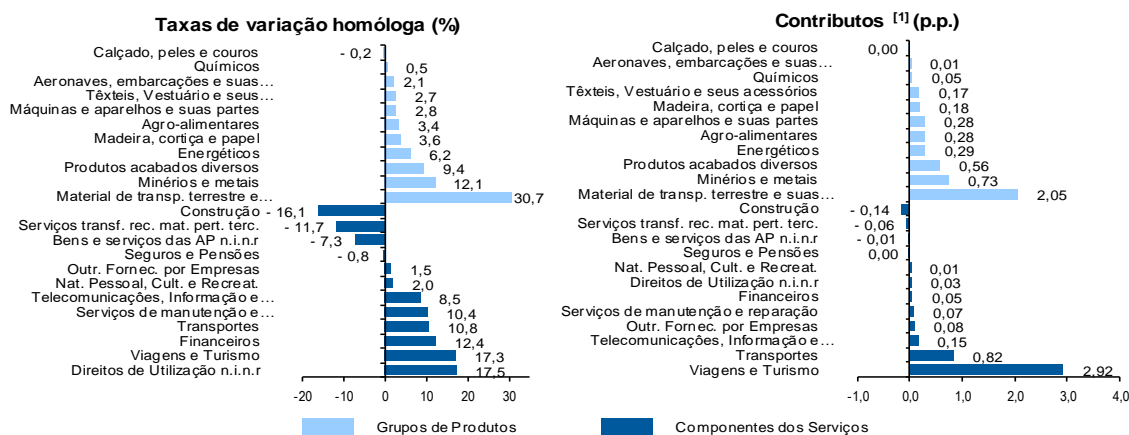
De acordo com os dados divulgados para a Balança de Pagamentos para o mês de maio de 2018, nos primeiros cinco meses de 2018, as “Exportações” (crédito) de Bens e Serviços cresceram 6,7%, em termos homólogos, tendo a componente dos Bens contribuído positivamente (4,3 p.p.) para o crescimento das “exportações” totais.

Nos primeiros cinco meses de 2018, a componente dos Serviços representou 32,6% do total das “Exportações” e contribuiu positivamente (2,5 p.p.) para o seu crescimento. Do lado das “Importações” (débito) o peso desta componente foi de 17,4% no total e o seu comportamento reforçou o crescimento das “Importações” totais (6,5%) em 0,6 p.p., (Quadro 3.7).

No painel esquerdo da Figura 3.4 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços no último ano a terminar em maio de 2018, com base em dados do INE para as “Exportações” de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as “Exportações” de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das “Exportações” de Bens e Serviços.

No período em análise, destacou-se o contributo positivo do “Material de transp terrestre e suas partes” (2,05 p.p.) e dos “Minérios e metais” (0,73 p.p.). Na componente dos serviços, continuam a destacar-se os contributos das rubricas de Viagens e Turismo (2,92 p.p.) e Transportes (0,82 p.p.).

Figura 3.4. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes
Último ano a terminar em maio de 2018



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as Exportações de Bens e Serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de Bens. A distribuição do contributo das Exportações de Bens (dados da Balança de Pagamentos, Banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional de Mercadorias do INE para as Exportações de Bens (somatório das Exportações de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros).

[1] Contributos - análise shift-share: TVH x Peso no período homólogo anterior ÷ 100. O somatório corresponde à TVH das Exportações de Bens e Serviços nos últimos 12 meses, de acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal (8,5%).

Quadro 3.7. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

	Valores em milhões de Euros										
	jan-mai		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos				
	2017	2018	Anual		jan-mai		média anual 12-17	12 meses [1]		jan-mai	
		2012	2017	2017	2018		VH [2]	contrib. p.p. [3]	VH	contrib. p.p. [3]	
CRÉDITO (Exportações)											
Bens e Serviços	33 315	35 562	100,0	100,0	100,0	100,0	5,5	8,5	8,5	6,7	6,7
Bens	22 552	23 969	68,8	64,1	67,7	67,4	4,0	7,1	4,6	6,3	4,3
Serviços	10 763	11 593	31,2	35,9	32,3	32,6	8,6	11,2	3,9	7,7	2,5
Serv. transf. rec. mat. pert. terc.	179	110	0,6	0,5	0,5	0,3	3,3	-117	-0,1	-38,5	-0,2
Serv. de manutenção e reparação	235	236	0,6	0,7	0,7	0,7	8,1	10,4	0,1	0,4	0,0
Transportes	2 578	2 797	8,0	7,8	7,7	7,9	4,9	10,8	0,8	8,5	0,7
Viagens e Turismo	4 799	5 469	13,4	18,0	14,4	15,4	12,0	17,3	2,9	13,9	2,0
Construção	267	221	0,9	0,8	0,8	0,6	2,7	-16,1	-0,1	-17,4	-0,1
Seguros e Pensões	61	61	0,2	0,2	0,2	0,2	4,6	-0,8	0,0	1,0	0,0
Financiários	32	141	0,7	0,4	0,4	0,4	-4,4	12,4	0,0	6,9	0,0
Direitos de Utilização n.i.n.r	63	67	0,1	0,2	0,2	0,2	27,8	17,5	0,0	6,5	0,0
Telecom., Informação e Informática	564	643	1,5	1,7	1,7	1,8	8,8	8,5	0,1	14,0	0,2
Outr. Fornec. por Empresas	1700	1705	4,6	5,3	5,1	4,8	8,3	1,5	0,1	0,3	0,0
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	116	90	0,4	0,3	0,3	0,3	0,6	2,0	0,0	-219	-0,1
Bens e serviços das AP n.i.n.r	70	54	0,3	0,2	0,2	0,2	-8,0	-7,3	0,0	-22,1	0,0
DÉBITO (Importações Fob)											
Bens e Serviços	33 094	35 254	100,0	100,0	100,0	100,0	4,7	8,4	8,4	6,5	6,5
Bens	27 137	29 111	83,5	81,9	82,0	82,6	4,3	9,0	7,3	7,3	6,0
Serviços	5 958	6 143	16,5	18,1	18,0	17,4	6,8	6,1	1,1	3,1	0,6
Serv. transf. rec. mat. pert. terc.	9	3	0,0	0,0	0,0	0,0	-12,0	-59,3	0,0	-66,3	0,0
Serv. de manutenção e reparação	197	162	0,4	0,5	0,6	0,5	14,3	-0,3	0,0	-17,5	-0,1
Transportes	1426	1492	4,7	4,5	4,3	4,2	3,7	10,7	0,5	4,7	0,2
Viagens e Turismo	1730	1848	4,6	5,3	5,2	5,2	7,8	8,7	0,5	6,9	0,4
Construção	44	51	0,2	0,1	0,1	0,1	2,5	12,9	0,0	16,2	0,0
Seguros e Pensões	167	163	0,4	0,5	0,5	0,5	6,6	2,9	0,0	0,5	0,0
Financiários	183	202	0,9	0,6	0,6	0,6	-5,9	1,9	0,0	10,3	0,1
Direitos de Utilização n.i.n.r	317	310	0,6	0,9	1,0	0,9	14,3	-2,4	0,0	-2,4	0,0
Telecom., Informação e Informática	399	404	1,2	1,1	1,2	1,1	4,6	-4,3	-0,1	1,3	0,0
Outr. Fornec. por Empresas	1349	1359	2,7	4,1	4,1	3,9	14,1	6,4	0,3	0,7	0,0
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	91	97	0,7	0,3	0,3	0,3	-12,9	-7,2	0,0	5,6	0,0
Bens e serviços das AP n.i.n.r	46	48	0,1	0,2	0,1	0,1	11,3	9,0	0,0	5,0	0,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal.

Notas:

Valores Fob para a Importação de bens.

[1] 12 meses até maio de 2018.

[2] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100. Medem a proporção de crescimento das Exportações/Importações atribuível a cada categoria especificada.

Artigos

Em Análise

Determinantes do Crescimento da Receita Fiscal

Frederico Silva Leal e José Azevedo Pereira^{6 7}

Resumo

De forma a fornecer novos instrumentos para a elaboração de previsões orçamentais, é objetivo do presente artigo analisar de que forma a receita fiscal em Portugal varia de acordo com os seus determinantes macroeconómicos e outros fatores específicos, aferindo o sinal, magnitude e significância estatística dos seus coeficientes. Para tal, recorrendo à metodologia OLS, foram desenvolvidos três modelos explicativos do comportamento do IVA, IRS e IRC no período 1995-2017.

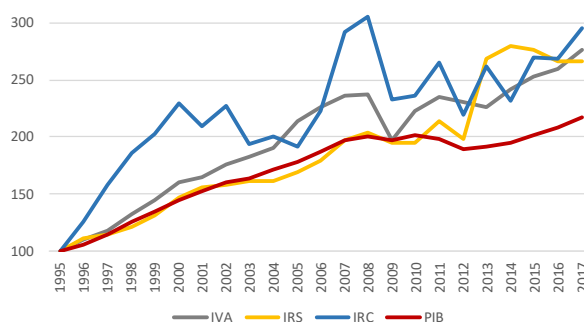
Segundo foi possível aferir, o ritmo de crescimento da receita de IVA depende essencialmente do comportamento do consumo privado, o IRS da evolução da massa salarial e a receita de IRC do VAB contemporâneo. Embora com uma reduzida magnitude, a receita dos três impostos apresenta uma relação positiva com o valor das taxas em vigor.

1.Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar a evolução da receita fiscal dos três principais impostos em Portugal (IVA, IRS e IRC), nomeadamente os seus determinantes macroeconómicos. Desta forma, procurar-se-á fornecer um apoio adicional às previsões orçamentais realizadas pelo GPEARI, no decorrer das suas atividades.

Estes três impostos, IVA, IRS e IRC representam cerca de 75% do total de impostos arrecadados, e dessa forma uma maior previsibilidade da evolução destes impostos representam um instrumento fundamental para a prossecução e exequibilidade das políticas públicas.

Gráfico 1 – Evolução da receita da receita fiscal face ao PIB
(Base 1995=100)



Fonte: Direção Geral do Orçamento (DGO) e Instituto Nacional de Estatística (INE).

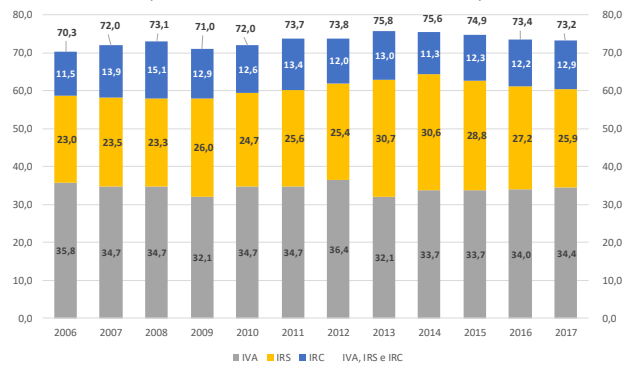
Após uma breve descrição dos impostos em análise, das suas taxas, e da apresentação de alguns contributos presentes na literatura, recorrer-se-á a dados anuais de receita fiscal, de determinantes macroeconómicos, taxas e outros fatores específicos, para modelizar o comportamento de cada imposto no horizonte 1995-2017.

⁶ As opiniões expressas no artigo são da responsabilidade dos autores podendo não coincidir com as da instituição. Todos os erros e omissões são da responsabilidade dos autores.

⁷ Especial agradecimento a Tiago Martins pela sua colaboração no decorrer do projeto.

Gráfico 2 – Peso do IVA, IRS e IRC no total de impostos

(contabilidade nacional: 2006-2017)



Fonte: INE e cálculos dos autores.

Para o efeito, foram desenvolvidos 3 modelos logarítmicos (*OLS – Ordinary Least Squares*) que explicam o comportamento das referidas receitas fiscais. Desta forma, foi utilizado o software *EViews* para desenvolver tais regressões econométricas.

De acordo com os resultados, as variáveis escolhidas apresentam uma elevada capacidade explicativa da receita fiscal, onde o ritmo de crescimento da receita de IVA depende essencialmente do comportamento do consumo privado, o IRS da evolução da massa salarial e a receita de IRC do VAB contemporâneo. Por sua vez, a receita apresentou em todos os casos uma relação positiva com as suas taxas inerentes.

O artigo seguirá a seguinte estrutura. A secção 2 será dedicada à apresentação de cada um dos impostos, nomeadamente a sua base de incidência, taxas e contributos na literatura. Na secção 3, proceder-se-á à apresentação das metodologias, dados utilizados, e à análise dos resultados obtidos. Por fim, as principais conclusões do trabalho estão resumidas na secção 4.

2. Determinantes da Receita Fiscal

2.1. IVA

O IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado), consiste num imposto indireto introduzido no ano de 1986, cuja cobrança é efetuada no momento da venda, incidindo sobre o seu preço. Neste, o encargo fiscal transita do produtor (que deduz o valor do IVA dos seus inputs) para o comprador ao longo do processo de produção, até ao consumidor final. Assim, as declarações periódicas de IVA são enviadas por via eletrónica pelos sujeitos passivos para que, posteriormente, sejam verificadas e validadas pela Autoridade Tributária, sendo atribuído um código para que o sujeito passivo proceda ao seu pagamento. Atualmente, existem três escalões de IVA em Portugal continental, a taxa reduzida (6%), taxa intermédia (13%) e normal (23%), vigorando um regime especial para as regiões autónomas da Madeira e dos Açores.

Quadro 1 - Taxas de IVA em Portugal continental (1995-2018)

Continente			
Ano	Taxa Reduzida	Taxa Intermédia	Taxa Normal
1995	5	:	17
1996	5	12	17
1997	5	12	17
1998	5	12	17
1999	5	12	17
2000	5	12	17
2001	5	12	17
2002	5	12	19
2003	5	12	19
2004	5	12	19
2005	5	12	21
2006	5	12	21
2007	5	12	21
2008	5	12	20
2009	5	12	20
2010	6	13	21
2011	6	13	23
2012	6	13	23
2013	6	13	23
2014	6	13	23
2015	6	13	23
2016	6	13	23
2017	6	13	23
2018	6	13	23

Fonte: Autoridade Tributária (AT)

De acordo com Bikas e Rashkauskas (2011), o IVA vem continuamente ganhando relevância para o financiamento soberano, tornando-se na maior fonte de receita orçamental nos países onde vigora. Desta

forma, as taxas do IVA vêm apresentando uma tendência crescente⁸, dada a relação positiva encontrada entre a receita e a sua taxa (Bikas e Rashkauskas, 2011). Além disso, como argumentando em *Lejeune* (2010), a maioria dos países vem transitado o seu foco dos impostos diretos (IRS e IRC) para o IVA, nomeadamente através de uma simultânea redução do IRS com o aumento da taxa do IVA (combinando com medidas de combate à evasão fiscal) (Keen, 2013).

No entanto, Matthews e Lloyd-Williams (2000) alertam para a relação não linear entre a receita do IVA e as taxas inerentes, sugerindo a existência de uma Curva de *Laffer*, dado que a partir de um determinado valor (apontam para 20% no seu estudo)⁹, serão gerados incentivos para a fuga fiscal. Segundo os autores, existe uma relação direta (negativa) entre a dimensão da economia paralela e o volume de receitas do IVA.¹⁰

Encontra-se quase sempre referida na literatura a relação entre o crescimento do PIB e a receita do IVA, nomeadamente por via da elevação no nível emprego que estimulará consequentemente o rendimento disponível e o nível de consumo (Bikas e Rashkauskas, 2011). Ademais, um maior crescimento poderá estar associado a ganhos de eficiência. De acordo com Aizenman e Junjara (2008), existe uma correlação entre o PIB *per capita* e o *C-efficiency ratio* - indicador de eficiência medido pelo rácio entre a receita proveniente do consumo e a taxa normal de IVA.

O grau de abertura da economia também poderá explicar a evolução da receita, dado o maior controlo existente sob o comércio internacional (inibindo a economia paralela), e pela relação positiva existente entre a internacionalização e o nível de consumo privado (Ebrill et al, 2001).

De acordo com Pagán et al (2001) num estudo referente à receita fiscal mexicana, o comportamento da taxa de inflação, das taxas de IVA e da sua receita encontram-se relacionadas. Segundo o autor, à medida que o nível de preços aumenta, as taxas de IVA são ajustadas de forma a que o acréscimo na receita compense a elevação prevista para o nível de despesa nominal. De forma a testar a possibilidade de uma causalidade inversa entre a inflação e a receita, Le (2003) constatou que o imposto poderá permitir um ajustamento à política monetária, podendo até culminar num efeito deflacionário, a não ser que a sua introdução ocorra durante períodos de elevada inflação.

2.2. IRS

Introduzido no sistema fiscal português no ano de 1989, o IRS (Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares) incide sobre os rendimentos pessoais¹¹ de acordo com a sua categoria (entre eles, rendimentos provenientes de trabalho dependente, atividades comerciais, juros, dividendos, rendas e pensões)¹². Dado o seu carácter progressivo, o sistema de IRS português para 2018 encontra-se dividido em 7 escalões de rendimento, sendo consideradas as necessidades e rendimentos dos agregados familiares para efeitos de dedução¹³.

⁸ Tal tendência poderá não ter sido verificada em Portugal. Efetivamente, em 2016 existiu uma redução da taxa do IVA na restauração de 23% para 13%, podendo tal variação estar na origem de um ligeiro abrandamento no ritmo de crescimento da receita.

⁹ Segundo a Autoridade Tributária (AT), a taxa média ponderada de IVA em Portugal tem flutuado em torno de 18%.

¹⁰ De forma a reforçar o combate à evasão fiscal, foi implementado um conjunto de alterações e novas regras de comunicação de faturas e de controlo das obrigações em sede do IVA, IRS e IRC, das quais se destaca o impacto do *e-fatura*. Estas culminaram na redução do *Tax Gap* de 11% para 16% no período 2012-2015 (CASE, 2017) (Síntese das medidas do Plano Estratégico em https://www.portugal.gov.pt/media/3322199/20150129-mf-plano-combate-fraude-fiscal-2015_2017.pdf).

¹¹ “Ficam sujeitas a IRS as pessoas singulares que residam em território português e as que, nele não residindo, aqui obtenham rendimentos. Existindo agregado familiar, o imposto é devido pelo conjunto dos rendimentos das pessoas que o constituem, considerando-se como sujeitos passivos aquelas a quem incumbe a sua direção.” in Código do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)

¹² “O imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) incide sobre o valor anual dos rendimentos das categorias seguintes, mesmo quando provenientes de atos ilícitos, depois de efetuadas as correspondentes deduções e abatimentos: Categoria A - Rendimentos do trabalho dependente; Categoria B - Rendimentos empresariais e profissionais; Categoria E - Rendimentos de capitais; Categoria F - Rendimentos prediais; Categoria G - Incrementos patrimoniais; Categoria H - Pensões” in Código do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)

¹³ No início de 2018 foi eliminada, por completo, a sobretaxa extraordinária de IRS que vigorava em Portugal desde 2013.

Quadro 2 – Tabela de IRS para 2018 ¹⁴

IRS 2018		
Escalão	Rendimento	Taxa
1º	< 7091€	14,5%
2º	7 091€ - 10 700€	23,0%
3º	10 700€ - 20 261€	28,5%
4º	20 261€ - 25 000€	35,0%
5º	25 000€ - 36 856€	37,0%
6º	36 856€ - 80 640€	45,0%
7º	80 640€<	48,0%

Fonte: Autoridade Tributária (AT)

De acordo com Palić et al (2017), a receita do IRS depende essencialmente do salário médio mensal e do número de contribuintes, no qual a conjuntura económica tem um papel relevante para os seus comportamentos. Por sua vez, Aronmwan et al (2015) destacam a relevância da fuga fiscal para a receita, defendendo uma relação de dependência entre a receita, o cumprimento das obrigações fiscais e a opinião pública sobre os agentes políticos, nomeadamente no que concerne à sua utilização das receitas. Ainda neste contexto, Allingham e Sandmo (1972) argumentam que o cumprimento voluntário das obrigações fiscais será proporcional à probabilidade de um ato ilícito ser detetado e à sua penalidade inerente.

Segundo Neves e Sarmiento (2001), a receita do IRS para Portugal apresenta uma elasticidade de 1,69 em relação aos salários do setor privado e 1,0 relativamente ao emprego privado. King e McMorran (2002), relativamente à economia canadiana, apontam para uma elasticidade volátil e pró-cíclica da receita face à sua base fiscal, cujo valor ronda os 1,2. Os seus desvios face à média estão relacionados com choques inesperados na receita tais como flutuações cíclicas, efeitos progressivos, ou outros fatores idiossincráticos. Por sua vez, Cung e Zhou (2013), num estudo referente ao Vietnam, argumentam que o ritmo de crescimento da receita dependerá do ritmo de crescimento económico, qualidade da lei fiscal e da atuação da autoridade tributária, sendo a evolução do PIB (ou PIB per capita) o seu maior fator explicativo.

Como argumentado por Klemm et al (2018), as taxas marginais de IRS para os escalões mais elevados nos países da OCDE vêm apresentado uma tendência decrescente ao longo das últimas décadas. Segundo a *optimal tax theory* tal tendência poderá estar relacionada com uma maior elasticidade do rendimento tributável (está subjacente uma redução do rendimento dos trabalhadores em resposta a subidas na taxa marginal de impostos), como resultado da crescente globalização e progresso tecnológico, nomeadamente na redução dos custos de informação, de transações financeiras e de mobilidade internacional (Piketty e Saez, 2013).

2.3. IRC

O IRC (Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas) é um imposto incidente sobre os rendimentos das empresas (públicas e privadas) com sede ou direção efetiva no território nacional¹⁵. Atualmente vigora

¹⁴ Para consultar tabelas de retenção na fonte ver: Diário da República, 2.ª série — N.º 1 — 2 de janeiro de 2018 (<https://dre.pt/application/file/a/114440551>).

¹⁵ “O IRC incide sobre:

- a) O lucro das sociedades comerciais ou civis sob forma comercial, das cooperativas e das empresas públicas e o das demais pessoas coletivas ou entidades referidas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo anterior que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola;
 - b) O rendimento global, correspondente à soma algébrica dos rendimentos das diversas categorias consideradas para efeitos de IRS e, bem assim, dos incrementos patrimoniais obtidos a título gratuito, das pessoas coletivas ou entidades referidas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo anterior que não exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola;
 - c) O lucro imputável a estabelecimento estável situado em território português de entidades referidas na alínea c) do n.º 1 do artigo anterior;
 - d) Os rendimentos das diversas categorias, consideradas para efeitos de IRS e, bem assim, os incrementos patrimoniais obtidos a título gratuito por entidades mencionadas na alínea c) do n.º 1 do artigo anterior que não possuam estabelecimento estável ou que, possuindo-o, não lhe sejam imputáveis.
- 2 — Para efeitos do disposto no número anterior, o lucro consiste na diferença entre os valores do património líquido no fim e no início do período de tributação, com as correções estabelecidas neste Código.
- 3 — São componentes do lucro imputável ao estabelecimento estável, para efeitos da alínea c) do n.º 1, os rendimentos de qualquer natureza obtidos por seu intermédio, assim como os demais rendimentos obtidos em território português, provenientes de atividades idênticas ou similares às realizadas através desse estabelecimento estável, de que sejam titulares as entidades aí referidas.

a taxa de 21% para Portugal continental, existindo uma taxa acrescida de 9% para empresas com lucros superiores a 35 milhões de euros (derrama do IRC).

Quadro 3 – Taxas de IRC em Portugal continental (1995-2018)

IRC					
Ano	Taxa IRC	Derrama	Ano	Taxa IRC	Derrama
1995	36,0	:	2007	25,0	:
1996	36,0	:	2008	25,0	:
1997	34,0	:	2009	25,0	:
1998	34,0	:	2010	25,0	:
1999	34,0	:	2011	25,0	2,0
2000	32,0	:	2012	25,0	5,0
2001	32,0	:	2013	25,0	5,0
2002	30,0	:	2014	23,0	7,0
2003	30,0	:	2015	21,0	7,0
2004	25,0	:	2016	21,0	7,0
2005	25,0	:	2017	21,0	7,0
2006	25,0	:	2018	21,0	9,0

Fonte: Autoridade Tributária (AT)

Segundo Cullen e Gordon (2017), o IRC é o imposto que apresenta um impacto mais recessivo sobre o PIB, desencorajando a procura das empresas por maior produtividade.

De acordo com Karpowicz (2014), numa tentativa de compreender os determinantes da receita deste imposto na União Europeia, as receitas de IRC dos Estados Membros são determinadas não só pelas leis inerentes ao imposto, mas principalmente por normas regulamentares de cada Estado. Dentro das leis inerentes ao imposto, o autor identifica a base fiscal estabelecida e a sua taxa (que influenciam ambos positivamente a receita), e como fatores regulamentares: a rentabilidade das empresas, a intensidade do combate à evasão fiscal, o nível de globalização e o nível de encargos com o IRS.

Em Richardson e Lanis (2007) é salientada a relevância do ROA (*return on assets*) como indicador para a rentabilidade das empresas. No entanto, Zinn e Spengel (2012) apontam esta variável como meramente indicativa do planeamento fiscal, dado o frequente recurso das empresas a serviços de consultoria fiscal para reduzir os seus encargos com impostos.

Neste contexto, será relevante especificar a relação entre a dimensão da empresa e a sua taxa efetiva de imposto sobre os lucros, fruto de divergência na literatura. Enquanto autores tais como Zimmerman (1983) defendem uma relação positiva entre estas variáveis, dada a sua maior visibilidade e regulação, Siegfried (1972) argumenta que grandes empresas conseguem diminuir os seus encargos fiscais fruto do acesso a ferramentas estratégicas fora do alcance das mais pequenas. Segundo Bessa e Dias (2016), em Portugal no período compreendido entre 2013 e 2015, existiu uma diminuição da tributação das empresas em sede de IRC, apesar do acréscimo nas taxas para as grandes e médias empresas. Contudo, a taxa efetiva não depende apenas do tamanho da empresa como também das decisões de financiamento e investimento da empresa (legislação prevê dedutibilidades diferentes). Ademais, gastos em I&D, sendo dedutíveis, poderão estar associadas a uma redução da receita de IRC (Richard e Lanis, 2007).

3. Metodologia e Resultados

Tendo esta investigação como objetivo estudar as variáveis inerentes à variação da receita fiscal dos principais impostos (IVA, IRS e IRC – expressa em milhões de euros) em Portugal, através de uma aplicação ao período 1995-2017, seguiremos a simplista metodologia OLS de forma a analisar a significância, sinal e magnitude de cada uma das variáveis explicativas da variação na receita. Os ritmos de crescimento serão calculados através das variações nos logaritmos da receita.

4 — Para efeitos do disposto neste Código, são consideradas de natureza comercial, industrial ou agrícola todas as atividades que consistam na realização de operações económicas de carácter empresarial, incluindo as prestações de serviços." in Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

Desta forma, pretender-se-á obter uma equação geral do tipo:

$$\log(y_i) = \alpha + \sum_{i=1}^T \beta_i x_i + \varepsilon_i$$

Na equação acima apresentada, $\log(y_i)$ representa a variável endógena (ou explicada), α a constante inerente ao modelo, x_i é o termo representativo de uma variável exógena (ou explicativa), sendo β_i o seu parâmetro associado. Por fim, ε_i consiste no erro da regressão.

A descrição estatística dos dados utilizados para as variáveis contínuas está apresentada no Anexo I.

3.1. Estimação IVA

Como referido, este subtópico pretende analisar os determinantes da alteração na taxa de crescimento da receita do IVA. Para tal, o modelo terá como amostra a receita de IVA em contabilidade nacional (euros-tat) para o período 1995-2017, utilizando como variáveis explicativas a taxa média ponderada de IVA (dados AT)¹⁶, os logaritmos do consumo público, consumo privado e de investimento (contas nacionais anuais do INE) e uma variável *dummy* para os anos de crise – nos quais a receita do IVA apresentou um comportamento mais errático (2008-2014).

Assim, representamos a equação explicativa do ritmo de crescimento do IVA da seguinte forma:

$$\log(VAT_rev_cn)_i = \alpha + \beta_1 VAT_Tax_i + \beta_2 \log(Public_C)_i + \beta_3 \log(Private_C)_i + \beta_4 \log(Investment)_i + \beta_5 Crisis_i + \varepsilon_i$$

Quadro 4 – Estimação do logaritmo da receita de IVA

Variável Dependente:	log(VAT_rev)	
Constante	-3,701***	(0,887)
VAT_Tax	0,034***	(0,010)
log(Public_C)	-0,398**	(0,155)
log(Private_C)	1,207***	(0,178)
log(Investment)	0,272**	(0,103)
Crisis	-0,055***	(0,017)
Observações	22	
R-quadrado	0,991	

Nota: Desvios padrão apresentados entre parênteses;

*p-values: *** $p < 0,01$; ** $p < 0,05$; * $p < 0,10$.*

Observando os resultados obtidos, constatamos que o modelo tem elevada capacidade explicativa do logaritmo da receita de impostos, apresentando um R-quadrado de 0,991 (ver gráfico 3). Os logaritmos do investimento e do consumo público apresentam-se estatisticamente significativos a 5%, e as remanescentes variáveis explicativas são significativas a 1%.

A constante apresenta um valor de -3,70, pelo que perante a ausência de valor para as variáveis explicativas, a taxa de variação esperada para a receita do IVA seria de aproximadamente 0,03 ($=e^{-3,701}$). O coeficiente associado à taxa de média ponderada (modificada) de IVA é de 0,03 (variação do ritmo de crescimento face a uma variação unitária). Quanto à elasticidade da receita face ao consumo privado, a estimação aponta para um valor próximo de 1,21 (i.e. um acréscimo de 1 p.p. no consumo privado é espectável que resulte num acréscimo de 1,21 p.p. na receita de IVA), e a elasticidade do investimento é de 0,27 (note-se que parte do valor de investimento tributado será reembolsado). Relativamente à elasticidade do consumo público, o valor é surpreendentemente negativo (-0,40). No entanto, tal coeficiente poderá ser justificado pelo efeito da crise, onde existiu uma política expansionista até 2011 (com aumento dos gastos públicos) e pela intervenção externa nos anos subsequentes, ou ainda com uma eventual correla-

¹⁶ De forma a colmatar a ausência de dados para parte do horizonte temporal em análise, foram estimados os ponderadores inerentes aos anos disponíveis (taxa reduzida, intermédia e normal), e calculados para os anos em falta.

ção com o consumo privado¹⁷. Por fim, o coeficiente associado à *dummy* para o período de crise apresentou um valor negativo de -0,06.



Fonte: INE e cálculos dos autores.

Encontra-se presente no Anexo 2 uma breve análise do comportamento do consumo público durante os anos de crise, e a sua relação com o consumo privado e com a receita de IVA, de forma a melhor compreender o motivo subjacente ao sinal negativo do seu coeficiente no quadro 4.

3.2. Estimação IRS

Devido à falta de dados para a receita de impostos diretos em contabilidade nacional até 2006, para esta estimação foram utilizados valores em contabilidade pública (provenientes da DGO). No entanto, uma vez que a taxa de IRS utilizada como variável explicativa (*marginal personal income tax rate on gross labour income* da OCDE) apenas tem observações a partir de 2000, a presente estimação recairá sobre o período 2000-2017. Para além do já citado *proxy* para as taxas de IRS, o modelo terá também como variáveis explicativas a principal base de incidência do imposto, ou seja, o logaritmo da massa salarial (INE) e o logaritmo da receita de juros das famílias (INE). Foi ainda incorporado um termo *moving average* de 1 lag, para ajustar a correlação com os resíduos, culminando na seguinte regressão:

$$\log(PIT_rev)_i = \alpha + \beta_1 PIT_Tax_OECD_i + \beta_2 \log(Wages)_i + \beta_3 \log(Interest)_i + \beta_4 MA(1)_i + \varepsilon_i$$

Quadro 5 – Estimação do logaritmo da receita de IRS

Variável Dependente:	log(PIT_rev)	
Constante	-6,502***	(1,029)
PIT_Tax_OECD	0,055***	(0,001)
log(Wages)	1,233***	(0,110)
log(Interest)	0,074*	(0,042)
MA(1)	-0,924***	(0,078)
Observações	18	
R-quadrado	0,975	

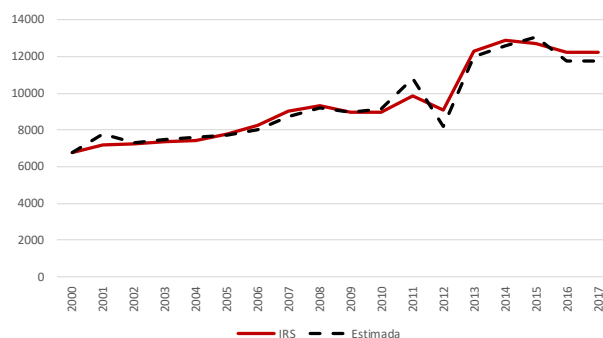
Nota: Desvios padrão apresentados entre parênteses;

p-values: *** $p < 0,01$; ** $p < 0,05$; * $p < 0,10$.

Analisando o output obtido, verificamos que uma vez mais as variáveis escolhidas têm elevada capacidade explicativa para a variação da receita de IRS (R-quadrado de 0,975). Neste, será expectável que perante uma variação unitária na taxa de imposto, o ritmo de crescimento da receita aumente 0,06 p.p., e que variações percentuais na massa salarial e nos rendimentos de juros resultem em acréscimos de 1,23 p.p. e 0,07 p.p., respetivamente. O logaritmo dos juros apresenta-se estatisticamente significativo a 10% e as restantes significativas a 1%.

O gráfico 4 é ilustrativo do fit da regressão face aos valores observáveis.

¹⁷ Entende-se por tal relação com o consumo privado: i) um hipotético efeito *crowding-out* e incentivos à poupança inerentes à teoria Ricardiana, estando subjacente uma pressão sobre as taxas de juro e a deterioração no sentimento de confiança do consumidor (devido ao agravamento do saldo orçamental), ou ii) um comportamento semelhante, seguindo o ciclo económico.

Gráfico 4 – Receita do IRS observada vs receita estimada

Fonte: DGO e cálculos dos autores.

3.3. Estimação IRC

Uma vez mais, devido à falta de dados para impostos diretos em contabilidade nacional até 2006, foram utilizados valores em contabilidade pública (DGO). Assim, no presente modelo (período 1995-2017), a receita de IRC será regredida sobre a taxa de IRC, a derrama de IRC, o VAB (Valor Acrescentado Bruto) contemporâneo (dados INE), e uma variável *dummy* para os anos de 2007, 2008 e 2011, refletindo medidas que levaram a comportamentos atípicos na receita, tais como alterações à tributação de dividendos (2007), aumento da base tributável em sede de IRC (2008) e a alteração dos limites aos benefícios fiscais (2011).

Assim, o modelo explicativo do comportamento do IRC segue a seguinte forma:

$$\log(CIT_rev)_i = \alpha + \beta_1 CIT_Tax_i + \beta_2 CIT_Surtax_i + \beta_3 \log(VAB)_i + \beta_4 Measures_i + \varepsilon_i$$

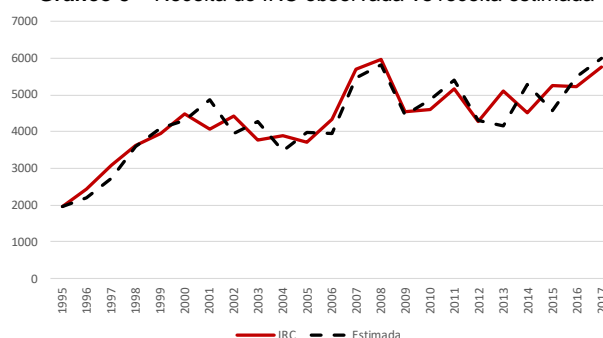
Quadro 6 – Estimação do logaritmo da receita de IRC

Variável Dependente:	log(CIT_rev)	
Constante	-41,683***	(6,486)
CIT_Tax	0,030***	(0,010)
CIT_Surtax	0,039***	(0,009)
log(VAB)	4,131***	(0,525)
Measures	0,147**	(0,056)
Observações	23	
R-quadrado	0,925	

Nota: Desvios padrão apresentados entre parênteses;

p-values: *** p<0,01; ** p<0,05; * p<0,10.

De acordo com os resultados obtidos, uma variação unitária na taxa de IRC e na sua derrama resultam, em média, em acréscimos de 0,03 p.p. e 0,04 p.p. no crescimento da receita de IRC, respetivamente. O logaritmo do VAB apresenta-se como o maior fator explicativo do comportamento da receita, com uma elasticidade manifestamente elevada de 4,1. Por sua vez, as medidas discricionárias aplicadas nos anos de 2007, 2008 e 2011, captadas pela variável *dummy*, resultaram, em média, em variações de 0,15 p.p. no crescimento da receita verificada nesses mesmos anos. Importa ressaltar que à exceção da variável *Measures* (5%), todas as variáveis apresentam-se estatisticamente significativas a 1%.

Gráfico 5 – Receita do IRC observada vs receita estimada

Fonte: DGO e cálculos dos autores.

No que concerne ao *fit* da estimação, o gráfico 5 evidencia alguma dificuldade em modelizar o comportamento volátil da receita do IVA (formato “dentes de serra”). A justificação para tal comportamento poderá passar pelo pagamento por conta de IRC pelas empresas, e medidas discricionárias, tais como fundos de investimento e perdão fiscal, que poderão distorcer a relação entre receita fiscal e a sua base tributável.

4. Conclusões

Com o intuito de compreender quais os principais drivers do crescimento na receita fiscal proveniente dos principais impostos em Portugal (IVA, IRS e IRC), as estimações apresentaram uma elevada capacidade explicativa do logaritmo da receita de cada imposto. Como expectável, o consumo privado apresenta-se como o principal determinante da receita de IVA, com uma elasticidade superior a 1,2. Porém, o consumo público apresentou um coeficiente surpreendentemente negativo. Quanto à receita de IRS, apresenta uma elasticidade de 1,2 face à massa salarial, sendo o seu principal determinante, no lugar que a receita de IRC apresenta uma elasticidade de 4,1 face ao VAB.

Será ainda relevante constatar que, apesar da reduzida magnitude, a correlação entre a receita de imposto e as suas taxas inerentes é, nas três estimações, positiva e estatisticamente significativa a 1%, com os coeficientes compreendidos entre 0,03 e 0,06.

5. Bibliografia

- Aizenman, J. e Jinjark, Y. (2008). “The Collection Efficiency of the Value Added Tax: Theory and International Evidence.” *The Journal of International Trade & Economic Development* 17 (3), 391-410;
- Allingham, M.G., e Sandmo, A. (1972). “Income Tax Evasion: A Theoretical Analysis,” *Journal of Public Economics* 1:323-338;
- Aronmwan, E., Imobhio, E. e Izedonmi, F. (2014). “Determinants of Personal Income Tax Compliance: Perception of Nigerian Tax Payers” *Research Journal of Finance and Accounting* 6 (1):81-99;
- Bessa, A. R. e Dias, P. (2016). “A taxa efetiva de imposto e a reforma do IRC de 2013”, *Dissertação de Mestrado em Contabilidade*. ISCTE-IUL;
- Bikas, E. e Rashkauskas, J. (2011). “Value Added Tax Dimension: The Case of Lithuania.” *Ekonomika* 90 (1), 22-38;
- CASE (2017). “Study and Reports on the VAT Gap in the EU-28 Member States: 2017 Final Report”, *Center for Social and Economic Research, TAXUD/2015/CC/131*;
- Cung, N. H. e Zhou, Q. (2013). “Determinants of Revenue of Personal Income Tax in Vietnam.” *Proceedings of 2013 4th International Asia Conference on Industrial Engineering and Management Innovation (IEMI2013)*, 267-277;
- Ebrill, L., Keen, M., Bodin, J. P. e Summers, V. (2001). “The Modern VAT.” *Washington: International Monetary Fund*;
- Karpowicz, A. (2014). “Determinants of Corporate Income Tax Revenues of European Union Member States” *PhD in Management and Economics’ dissertation. Collegium of World Economy*;
- Keen, M. (2013). “The Anatomy of the VAT” *IMF Working Paper No. 13/111*;
- King, P. e McMorran, R. (2002). “Understanding Personal Income Tax Revenue Fluctuations” *Department of Finance Working Paper 2002-07 – Economic and Fiscal Policy Branch*;
- Klemm, A., Liu, L., Mylonas, V. e Wingender, P. (2018). “Are Elasticities of Taxable Income Rising?” *IMF Working Paper No. 18/132*.
- Le, T. M. (2003). “Value Added Taxation: Mechanism, Design, and Policy Issues.” *Paper prepared for the World Bank course on Practical Issues of Tax Policy in Developing Countries*;
- Lejeune, I. (2010). “The EU VAT Experience: What Are the Lessons?” *The VAT Reader: What a Federal Consumption Tax Would Mean for America, Tax Analysts*;
- Matthews, K. e Lloyd-Williams, J. (2000). “Have VAT Rates Reached their Limit?: An Empirical Note.” *Applied Economic Letters* 7 (2), 111-115;

- Neves, P. e Sarmiento, L. (2001), "A utilização de saldos orçamentais ajustados do ciclo no Banco de Portugal", *Boletim Económico*, setembro, Banco de Portugal;
- Pagán, J. A., Soydemir, G. e Tijerina-Guardado, J. A. (2001). "The Evolution of VAT Rates and Government Tax Revenue in Mexico". *Contemporary Economic Policy* 19 (4), 424-433;
- Palić, I., Dumičić, K., e Grofelnik, B. (2017). "Analysis of Personal Income Taxation Determinants in Croatia in Long Run: Evidence from Cointegration Analysis." *Our Economy*, 63(3), 12-18;
- Piketty, T. e Saez, E. (2013). "Optimal Labor Income Taxation." *Handbook of Public Economics*, vol. 5, pp. 391-474;
- Richardson, G. e Lanis, R. (2007). "Determinants of the variability in corporate effective tax rates and tax reform: Evidence from Australia". *Journal of Accounting and Public Policy*, 26(6): 689–704;
- Siegfried, J. (1972). "The relationship between economic structure and the effect of political influence: Empirical evidence from the federal corporation income tax program." Ph.D. dissertation, University of Wisconsin;
- Silva, C. (2016). "The determinants of value added tax revenues in Portugal". *Dissertação de Mestrado em Finanças*. Instituto Superior de Economia e Gestão;
- Zimmerman, J.L. (1983). "Taxes and firm size." *Journal of Accounting and Economics*, 5: 119– 149;
- Zinn, B. e Spengel, C. (2012). "Book-tax Conformity: Empirical Evidence from Germany." *ZEW Discussion Papers* no. 12-051, Germany: Center for European Economic Research.

ANEXOS

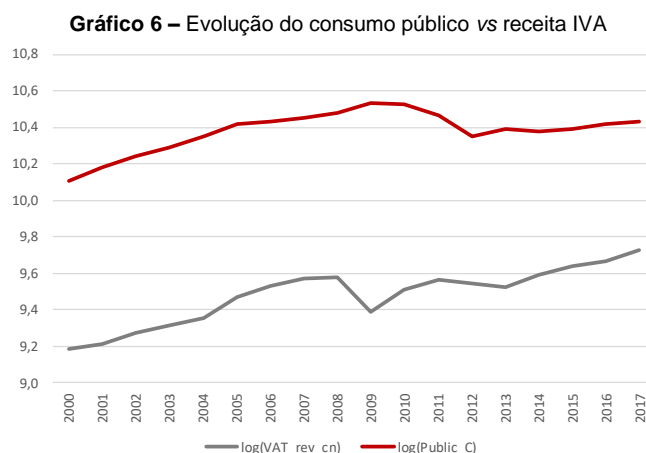
Anexo 1: Descrição estatística das variáveis contínuas

Variável:	Média	Mediana	Desvio Padrão	Máximo	Mínimo
Receita IVA	11974,99	13001,00	3088,45	16779,30	6074,60
Receita IRS	8518,28	8233,30	2559,81	12853,98	4587,94
Receita IRC	4337,83	4430,80	1001,31	5952,00	1945,81
Consumo Público	29364,38	32205,79	6717,47	37603,63	15638,27
Consumo Privado	98492,64	107303,30	21269,00	125633,50	57546,02
Investimento	32785,55	34537,56	5903,89	42153,09	21529,99
VAB	146195,40	148971,40	10542,97	157194,70	119576,30
Massa Salarial	55783,44	59080,89	10037,29	66956,80	33542,89
Juros	5564,98	5294,25	1199,14	8783,55	4102,33

Anexo 2: O coeficiente do consumo público

De forma a aferir o motivo por detrás do coeficiente negativo do consumo público (enquanto fator explicativo da receita de IVA), testámos duas hipóteses explicativas para este fenómeno: i) o coeficiente negativo deve-se a efeitos específicos inerentes ao período de crise, ou ii) deve-se à semelhança entre o comportamento do consumo público e privado, facto que poderá alterar o sinal e significância estatística desta variável.

Hipótese I: Segundo é possível constatar no gráfico 6, durante os primeiros anos de crise (até à intervenção externa) a evolução da despesa pública, na tentativa de gerar efeitos expansionistas sobre a atividade económica (política contra cíclica), apresentou uma evolução oposta da observada na receita do IVA, que caía por efeito do ciclo. Por sua vez, a partir de 2011 existiu uma redução no nível de consumo público combinado com um significativo aumento nas taxas do imposto, levando a que novamente as variáveis apresentassem comportamentos distintos.



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Desta feita, comparou-se o coeficiente associando ao consumo público durante o período de crise (2008-2014) e durante os anos de não crise (1995-2007; 2015-2017), associando a variável *dummy* ao período da amostra.

$$\log(VAT_rev_cn)_i = \alpha + \beta_1 VAT_Tax_i + \beta_2 \log(Public_C)_i + \beta_3 \log(Private_C)_i + \beta_4 \log(Investment)_i + \varepsilon_i$$

Quadro 7 – Análise do coeficiente do consumo público

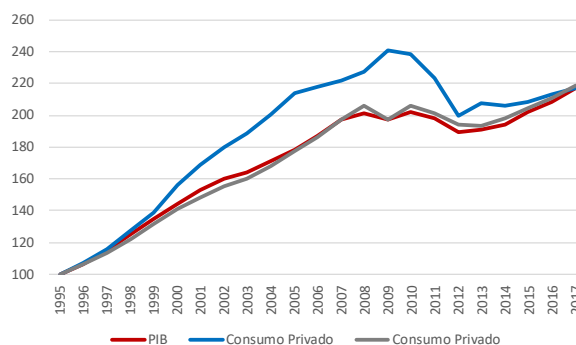
Variável Dependente:	log(VAT_rev)	
	Crisis=1	Crisis=0
Constante	-23,520*	-4,958***
	(6,862)	(0,622)
VAT_Tax	0,056	0,011
	(0,033)	(0,007)
log(Public_C)	-0,320	-0,176
	(0,427)	(0,108)
log(Private_C)	2,847**	1,281***
	(0,526)	(0,109)
log(Investment)	0,193	0,123
	(0,201)	(0,107)
Observações	7	15
R-quadrado	0,983	0,998

Nota: Desvios padrão apresentados entre parênteses;

p-values: *** $p < 0,01$; ** $p < 0,05$; * $p < 0,10$.

Pelo que é possível observar no quadro 7, apesar de se apresentar com um coeficiente mais negativo no período de crise, o logaritmo do consumo público apresenta-se com um sinal negativo nas duas amostras estimadas. Contudo, será relevante ressaltar que, dadas as poucas observações para cada estimação e a consequente não significância estatística das variáveis, não é possível retirar nenhuma conclusão robusta desta análise.

Hipótese II: seguindo esta hipótese, dado o comportamento semelhante do consumo público e do consumo privado, dado que as duas parecem seguir o comportamento do PIB (gráfico 8), o sinal do contributo do consumo público poderá não ser devidamente captado. Note-se que, parte do consumo público (despesas em salários) serão posteriormente refletidos como consumo privado.

Gráfico 7 – Evolução do consumo público, privado e PIB (nominal, 1995=100)

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Quadro 8 – Matriz de correlação entre variáveis¹⁸

	VAT_REV_CN	VAT_TAX	PRIVATE_C	PUBLIC_C	INVESTMENT	CRISIS
VAT_REV_CN	1,000					
VAT_TAX	0,916	1,000				
PRIVATE_C	0,974	0,889	1,000			
PUBLIC_C	0,877	0,765	0,945	1,000		
INVESTMENT	0,092	-0,230	0,158	0,379	1,000	
CRISIS	0,378	0,494	0,509	0,510	-0,107	1,000

Tendo em conta a correlação entre estas variáveis, repetiram-se as estimações com a utilização das variáveis log(Public_C) e log(Private_C) de forma alternada, no Quadro 8, para avaliar o impacto desta correlação nos resultados.

$$\log(VAT_rev_cn)_i = \alpha + \beta_1 VAT_Tax_i + \beta_2 \log(Public_C / Private_C)_i + \beta_3 \log(Investment)_i + \varepsilon_i$$

¹⁸ Dados os valores observados na matriz de correlação das variáveis, não se exclui a hipótese de existir cointegração entre as variáveis.

Quadro 9 – Análise da estimação com consumo público vs consumo privado

Variável Dependente:	log(VAT_rev)	
	log(Public_C)	log(Private_C)
Constante	1,634** (0,771)	-2,533** (0,876)
VAT_Tax	0,070** (0,015)	0,028** (0,011)
log(Public_C)	0,297 (0,221)	
log(Private_C)		0,904*** (0,154)
log(Investment)	0,356* (0,195)	0,110** (0,094)
Crisis	-0,053 (0,033)	-0,070*** (0,019)

Observações 22 22

R-quadrado 0,964 0,987

Nota: Desvios padrão apresentados entre parênteses;

p-values: *** $p < 0,01$; ** $p < 0,05$; * $p < 0,10$.

Coefficient Confidence Intervals (t-student)

Variável	Coeficiente	90% CL	
		Baixo	Alto
Consumo Público	0,297	-0,088	0,682

Segundo é possível aferir através do quadro 8, na ausência do logaritmo do consumo privado, o consumo público aparenta ter o sinal positivo, contudo apenas significativo a 20%. Desta forma, verificando que a um nível de confiança de 90% o coeficiente do consumo público poderá assumir valores negativos, dificilmente poderemos retirar qualquer tipo de ilação robusta sobre o seu sinal.

Comércio internacional de mercadorias de Portugal com a Rússia - 2014 a 2017 e janeiro-abril de 2017 e 2018 -

Walter Anatole Marques¹⁹

1. Nota introdutória

A Federação Russa, que designaremos aqui por Rússia, ocupou em 2017 o período de janeiro a abril de 2018 a 9ª e a 11ª posição entre os mercados de origem das importações portuguesas de mercadorias, respetivamente com 2,3% e 1,4% do total. Entre os mercados de destino das nossas exportações ocupou o 37º lugar em 2017, com 0,3% do total e o 34º no período em análise de 2018, também com 0,3% do total.

Depois de se apresentarem alguns dados estatísticos sobre o comércio externo da Rússia nos últimos quatro anos, de fonte *International Trade Centre* (ITC) baseados em estatísticas COMTRADE da ONU, vai-se neste trabalho analisar a evolução das importações e das exportações de mercadorias entre Portugal e a Rússia no período de 2014 a 2017 e primeiros quatro meses de 2017 e 2018, agora com base em dados estatísticos divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), com última atualização em 8 de Junho de 2018.

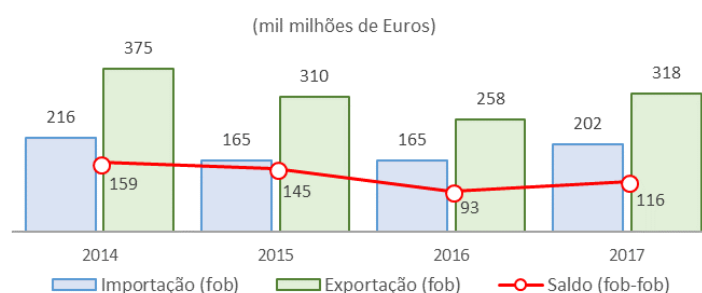
2. Alguns dados sobre o comércio externo da Rússia

De acordo com os dados disponíveis, medidos em euros, a Balança Comercial é favorável à Rússia, tendo o seu saldo decrescido sucessivamente entre 2014 e 2016, de 158,9 para 93,3 mil milhões de euros, para inverter essa tendência em 2017, atingindo +115,9 mil milhões de euros, com um grau de cobertura (fob/cif) das importações pelas exportações de 157,4%.

Balança Comercial de mercadorias da Rússia
-2014 a 2017 -
(milhões de Euros)

	2014	2015	2016	2017
Importação (cif)	215 647	164 669	164 685	202 012
t.v.h.	-	-23,6	0,0	22,7
Exportação (fob)	374 523	309 828	257 959	317 918
t.v.h.	-	-17,3	-16,7	23,2
Saldo (fob-cif)	158 875	145 159	93 274	115 906
t.v.h.	-	-9	-36	24
Cobertura (fob/cif)	173,7	188,2	156,6	157,4

Fonte: A partir de dados de base do "International Trade Centre" (ITC), baseados em estatísticas COMTRADE da ONU.



O principal parceiro da Rússia, em ambas as vertentes comerciais, é a China, com 21,2% das importações e 10,8% das exportações, em 2017.

¹⁹ Assessor Principal da Função Pública (AP). As opiniões aqui expressas não coincidem necessariamente com a posição do ME.

Peso dos 30 principais mercados de origem e de destino no comércio externo da Rússia em 2017 (%)

Importação		número de ordem	Exportação	
China	21,2	1	China	10,8
Alemanha	10,0	2	Países Baixos	9,9
EUA	5,6	3	Alemanha	7,2
Bielorrússia	5,0	4	Bielorrússia	5,4
Itália	4,3	5	Turquia	5,1
França	4,0	6	Itália	3,9
Japão	3,4	7	Coreia SL	3,4
Coreia SL	3,0	8	Cazaquistão	3,4
Ucrânia	2,2	9	Polónia	3,2
Cazaquistão	2,1	10	EUA	3,0
Polónia	2,0	11	Japão	2,9
Reino Unido	1,8	12	Reino Unido	2,4
Países Baixos	1,6	13	Finlândia	2,4
Turquia	1,5	14	Ucrânia	2,2
Finlândia	1,5	15	Bélgica	1,9
Vietname	1,5	16	Índia	1,8
Rep. Checa	1,4	17	Egipto	1,7
Brasil	1,4	18	França	1,6
Espanha	1,4	19	Letónia	1,3
Índia	1,3	20	Argélia	1,3
Indonésia	1,1	21	Rep. Checa	1,1
Suíça	1,0	22	Suíça	1,1
Bélgica	0,9	23	Grécia	1,0
Áustria	0,9	24	Taiwan	0,9
Suécia	0,9	25	Singapura	0,9
Hungria	0,9	26	Hungria	0,9
Taiwan	0,8	27	Eslováquia	0,9
Eslováquia	0,8	28	Dinamarca	0,8
Tailândia	0,8	29	Bulgária	0,8
Malásia	0,7	30	Lituânia	0,8
84,9			84,2	
<i>Por memória:</i>				
Portugal	0,2	57	Portugal	0,3

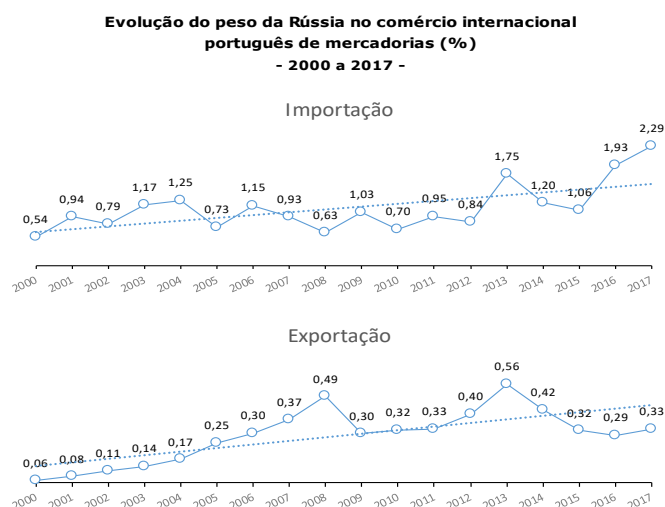
Fonte: A partir de dados de base do "International Trade Centre", baseados em estatísticas COMTRADE, da ONU.

No mesmo ano, Portugal representou apenas 0,2% das importações russas e 0,3% das exportações, tendo ocupado respetivamente a 57ª e a 50ª posição no respetivo "ranking".

3. Comércio de Portugal com a Rússia

3.1. Evolução do peso do Rússia nas importações e nas exportações globais (2000-2017)

Embora com expressão pouco significativa, não ultrapassando os 2,3% do total das importações portuguesas de mercadorias em 2017 e 0,6% das exportações, em 2013, as trocas comerciais com a Rússia desde o início do século são tendencialmente crescentes nas duas vertentes.



Fonte: A partir de dados de base do INE: 2000 a 2016 - definitivos; 2017 - preliminares, com última actualização em 08-06-2018 (<http://www.ine.pt>).

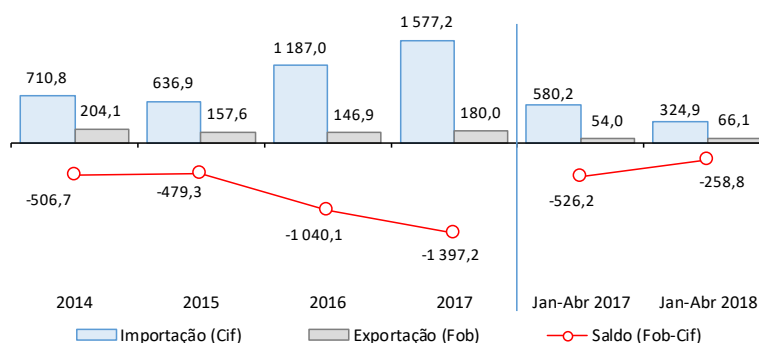
3.2. Balança Comercial

A Balança Comercial de Portugal com a Rússia é desfavorável a Portugal, tendo o défice aumentado ao longo dos últimos três anos, situando-se em -1,4 mil milhões de euros em 2017.

Nos primeiros quatro meses de 2018, face a igual período do ano anterior, o saldo negativo reduziu-se para cerca de metade, situando-se em -259 milhões de euros.

Balança Comercial Portugal-Rússia
(2014 a 2017 e Janeiro a Abril de 2017 e 2018)

	milhões de Euros					
	2014	2015	2016	2017	Jan-Abr	
					2017	2018
Importação (Cif)	710,8	636,9	1 187,0	1 577,2	580,2	324,9
TVH	-	-10,4	86,4	32,9	-	-44,0
Exportação (Fob)	204,1	157,6	146,9	180,0	54,0	66,1
TVH	-	-22,8	-6,8	22,5	-	22,4
Saldo (Fob-Cif)	-506,7	-479,3	-1 040,1	-1 397,2	-526,2	-258,8
TVH	-	-5,4	117,0	34,3	-	-50,8
Cobertura (Fob/Cif) (%)	28,7	24,7	12,4	11,4	9,3	20,3



Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE; 2014 a 2016 definitivos; 2017 e 2018 preliminares, com última actualização em 08-Jun-2018 (<http://www.ine.pt>)

3.3. Importações por grupos de produtos

Nos últimos quatro anos e período de janeiro a abril de 2018 as maiores importações incidiram no grupo de produtos “Energéticos” (ver conteúdo dos grupos em quadro anexo), que representou 73,7% do total no período em análise de 2018 (91,0% em igual período de 2017), essencialmente constituídos por petróleo bruto e alguns produtos refinados.

Seguiram-se, em 2018, os grupos “Agro-alimentares” (9,6% do total), principalmente peixe congelado, “Minérios e metais” (8,1%), com destaque para os laminados de ferro ou aço, “Químicos” (5,7%), principalmente compostos da função nitrilo e também alguns produtos da borracha, adubos e fertilizantes, e “Madeira, cortiça e papel” (2,1% do total), como madeira contraplacada ou folheada, papel e cartão “kraft” e papel de jornal.

Importações de mercadorias por grupos de produtos**Origem: Rússia**

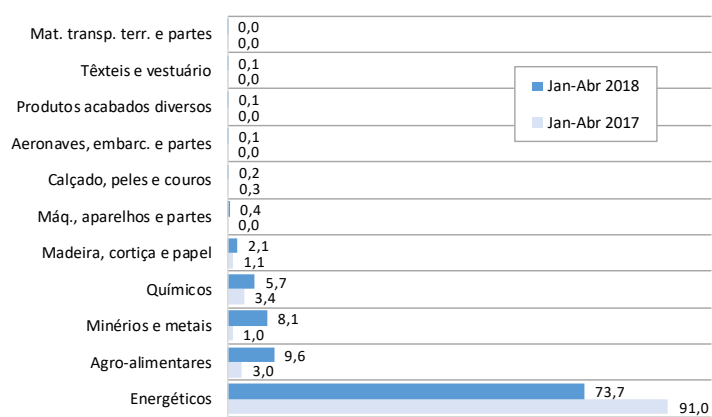
(2014 a 2017 e Janeiro-Abril 2017-2018)

milhares de Euros

Grupos de produtos	2014	2015	2016	2017	Jan-Abr	
					2017	2018
TOTAL	710 806	636 911	1 187 049	1 577 221	580 172	324 855
<i>t.v.h.</i>	-	-10,4	86,4	32,9	-	-44,0
A - Agro-alimentares	31 932	26 699	37 841	45 720	17 555	31 036
B - Energéticos	559 523	498 968	1 062 483	1 406 123	528 119	239 357
C - Químicos	69 563	48 689	38 088	54 826	19 931	18 445
D - Madeira, cortiça e papel	10 418	12 904	18 349	22 587	6 600	6 720
E - Têxteis e vestuário	100	216	129	443	65	258
F - Calçado, peles e couros	3 235	3 162	2 949	4 039	1 552	552
G - Minérios e metais	33 436	44 787	24 104	40 966	5 877	26 473
H - Máq., aparelhos e partes	1 618	354	1 289	998	160	1 254
I - Mat. transp. terr. e partes	48	107	48	115	0	49
J - Aeronaves, embarc. e partes	32	221	364	416	29	393
K - Produtos acabados diversos	900	803	1 406	988	285	317

Peso dos Grupos de Produtos no Total (%)

(Janeiro a Abril de 2017 e 2018)



Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE; 2014 a 2016 definitivos; 2017 e 2018 preliminares, com última actualização em 08-Jun-2018 (<http://www.ine.pt>)

Na figura seguinte os principais produtos transacionados no âmbito de cada grupo de produtos no período em análise de 2017 e 2018, encontram-se definidos a quatro dígitos da Nomenclatura Combinada (NC-4) em uso na União Europeia, coincidente a esse nível com o Sistema Harmonizado.

**Importações por grupos de produtos
desagregadas por posições NC-4/SH-4**

Origem: Rússia

- Janeiro a Abril de 2017 e 2018 -

(milhares de Euros)

	2017	2018
TOTAL	580 172	324 855
A Agro-alimentares	17 555	31 036
0303 Peixe congelado, excepto filetes	15 409	28 082
2303 Resíd amido/beterraba/bagaço cana/ceveja, outros	0	1 498
0305 Peixe seco/salg/salmoura/fumad/farinh/p/alim humana	2 120	1 304
% do Grupo >>>	99,9	99,5
B Energéticos	528 119	239 357
2709 Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos	443 337	202 985
2710 Óleos de petróleo (nafta/gasolina/jet/gasóleo/fuel/lubrif)	84 782	30 316
2701 Hulhas; briquetes e comb. sólidos obtidos partir da hulha	0	6 056
% do Grupo >>>	100,0	100,0
C Químicos	19 931	18 445
2926 Compostos de função nitrilo	12 234	13 222
4002 Borracha sintét/artific, em f.primárias/chapas/fls/tiras	4 323	2 764
3102 Adubos (fertilizantes) minerais/químicos, azotados	1 655	1 765
% do Grupo >>>	91,4	96,2
D Madeira, cortiça e papel	6 600	6 720
4412 Madeira contraplacada/compensada/folheada	4 256	3 942
4804 Papel e cartão Kraft, não revestido, em rolos ou folhas	543	1 527
4801 Papel de jornal, em rolos ou folhas	1 193	720
% do Grupo >>>	90,8	92,1
E Têxteis e vestuário	65	258
5402 Fios filament sint ã acondic, incl monof < 67 decitex	41	155
5205 Fios c/ 85% ou mais de algodão, não acondicionados	0	37
6204 Fatos/conj/casac/vestid/saias/calças/etc, de tecido, p/S	3	15
6203 Fatos/conj/casacos/calças/calções, de tecido, p/H	8	14
6110 Camisolas e pull-overs, cardigans e coletes, de malha	2	8
% do Grupo >>>	81,8	88,9
F Calçado, peles e couros	1 552	552
4104 Couros e peles curtidos de bovinos/equídeos, depilados	879	408
4107 Couros após cutimenta/secação de bovinos/equídeos	638	87
6403 Calçado sola borracha/plástico/couro e parte sup. couro	20	31
6404 Calçado sola borracha/plástico/couro e parte sup. têxteis	10	14
% do Grupo >>>	99,7	97,9

(continua)

milhares de Euros

	2017	2018
G Minérios e metais	5 877	26 473
7208 Laminados quente planos ferro/aço ã ligado, larg >= 600mm	0	21 807
7204 Desperdícios e sucata de ferro ou aço	3 858	4 080
7604 Barras e perfis de alumínio	94	180
7228 Barras/perfis de ligas de aço n.e.; barras ocas de aço	0	141
7215 Barras de ferro ou aço não ligado n.e.	0	138
7201 Ferro fundido em formas primárias	1 856	0
% do Grupo >>>	98,8	99,5
H Máquinas, aparelhos e partes	160	1 254
8545 Eléctrodos/escovas de carvão/artigos grafite	0	688
8537 Quadros/armários p/comando/distribuição de energia	0	109
8421 Centrifugadores, aparelhos p/filtrar líquidos/gases	0	69
8458 Tornos para metais	0	57
8501 Motores/geradores eléctric, excepto grupos electrogéneos	2	47
8462 Máq-ferram p/forjar/martelar/enrolar/dobrar metais	0	42
8456 Máq-ferramenta para desbaste (laser, ultra-sons, etc)	0	38
8419 Aparelh aquecimento/torrefação/esteriliz/secagem, etc	0	33
8480 Caixas fundição; moldes p/metais/vidro/borracha/plástico	72	24
8438 Outras máq p/preparar alimentos ou bebidas, excl óleos	40	5
8541 Díodos, transistores, outros dispositivos c/semicondutores	10	14
% do Grupo >>>	77,5	89,6
I Material transp. terrestre e partes	0	49
8704 Veículos automóveis para transporte de mercadorias	0	37
8716 Reboques; outros veículos não autopropulsores; s/partes	0	7
% do Grupo >>>	0,0	90,6
J Aeronaves, embarcações e partes	29	393
8803 Partes de veículos aéreos com e sem motor	29	393
% do Grupo >>>	100,0	100,0
K Produtos acabados diversos	285	317
9403 Mobiliário não médico nem cadeiras orientáveis, e partes	209	226
9031 Aparelh de medida/controlo n.e,	0	21
9030 Osciloscópios/espectrómetros/medidas eléctric e radiação	1	11
9405 Candeeiros/apar iluminação, anúncios luminosos, partes	3	8
9014 Bússulas e outros aparelhos de navegação	1	6
9013 Miras telescópicas p/armas; periscópios; lunetas p/máq	2	5
9506 Equip cultura física e desporto; jogos de ar livre; piscinas	0	5
7019 Fibras de vidro, incluída a lã de vidro, e suas obras	15	0
% do Grupo >>>	81,0	89,2

Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE: 2017 e 2018 preliminares, com última actualização em 8-6-2018 - (<http://www.ine.pt>)

3.4. Exportações por grupos de produtos

Nos primeiros quatro meses de 2018 as principais exportações para a Rússia inseriram-se no grupo de produtos "Agro-alimentares" (25,0% do total), com destaque para as tripas, bexigas e buchos, produtos hortícolas preparados, ovos, vinhos e tomate preparado.

Exportações de mercadorias por grupos de produtos

Destino: Rússia

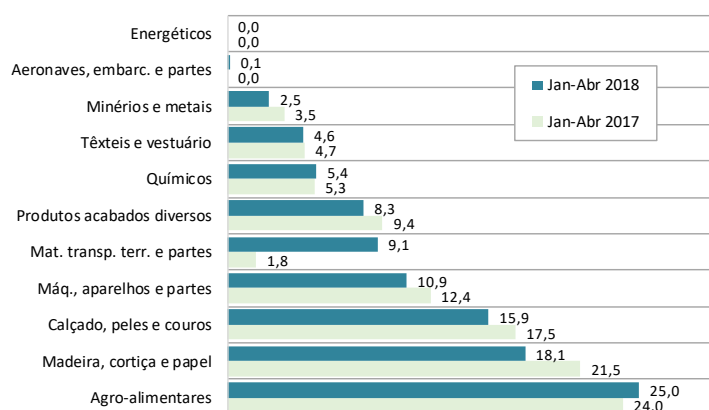
(2014 a 2017 e Janeiro-Abril 2017-2018)

milhares de Euros

Grupos de produtos	2014	2015	2016	2017	Jan-Abr	
					2017	2018
TOTAL	204 064	157 618	146 934	180 039	53 968	66 064
t.v.h.	-	-22,8	-6,8	22,5	-	22,4
A - Agro-alimentares	41 405	27 252	34 565	46 015	12 973	16 526
B - Energéticos	0	9	0	0	0	0
C - Químicos	14 329	10 204	13 062	9 146	2 853	3 573
D - Madeira, cortiça e papel	41 668	35 546	34 684	36 815	11 584	11 957
E - Têxteis e vestuário	9 117	5 861	6 271	9 225	2 530	3 040
F - Calçado, peles e couros	44 142	20 706	20 145	32 597	9 454	10 501
G - Minérios e metais	5 800	5 995	6 684	6 593	1 864	1 682
H - Máq., aparelhos e partes	31 203	33 866	18 066	20 108	6 666	7 202
I - Mat. transp. terr. e partes	3 323	2 816	1 570	3 334	949	6 026
J - Aeronaves, embarc. e partes	580	780	139	107	0	97
K - Produtos acabados diversos	12 496	14 582	11 747	16 098	5 095	5 460

Peso dos Grupos de Produtos no Total (%)

(Janeiro a Abril de 2017 e 2018)



Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE; 2014 a 2016 definitivos; 2017 e 2018 preliminares, com última actualização em 08-Jun-2018 (<http://www.ine.pt>)

Seguiram-se os grupos “Madeira, cortiça e papel” (21,5%), constituído principalmente por cortiça aglomerada e papel e cartão. e “Calçado, peles e couros” (15,9%), com destaque para o calçado de couro.

Seguiram-se os grupos “Máquinas, aparelhos e partes” (10,9%), muito diversificado, com predomínio dos moldes e caixas de fundição, “Material de transporte terrestre e partes” (9,1%), principalmente veículos automóveis para 10 passageiros ou mais, que não se haviam exportado no mesmo período do ano anterior, e “Produtos acabados diversos” (8,3%), com destaque para os assentos mesmo transformáveis em cama e outro mobiliário. De entre os restantes grupos de referir os “Químicos” (5,4%), “Têxteis e vestuário” (4,6%) e “Minérios e metais” (2,5%).

Na figura seguinte encontram-se definidos, a quatro dígitos da Nomenclatura Combinada (NC-4), os principais produtos transacionados no âmbito de cada grupo.

**Exportações por grupos de produtos
desagregadas por posições NC-4/SH-4**

Destino: Rússia

- Janeiro a Abril de 2017 e 2018 -

(milhares de Euros)

	2017	2018
TOTAL	53 968	66 064
A Agro-alimentares	12 973	16 526
0504 Tripas, bexigas e buchos, excepto de peixes	4 537	7 079
2005 Prod hortíc prep/conserv except vinagre, não congelados	2 392	3 959
0407 Ovos de aves c/ casca, frescos, conservados ou cozidos	1 555	1 434
2204 Vinhos de uvas frescas, memo enriquecidos com álcool	1 390	1 387
2002 Tomates preparados/conservados excepto em vinagre	2 027	1 308
0901 Café mesmo torrado/descafeinado, e sucedâneos	642	767
1509 Azeite de oliveira, mesmo refinado	200	249
1905 Prod padaria/pastelaria//cápsulas medicamentos/etc	52	107
% do Grupo >>>	98,6	98,6
B Energéticos	0	0
C Químicos	2 853	3 573
3004 Medicamentos fins terapêut/profilát, acondicionados	502	609
3901 Polímeros de etileno em formas primárias	35	459
3926 Outras obras de plástico (etileno/propileno//PVC/etc)	253	254
3003 Medicamentos fins terapêut/profilát, não acondicionados	0	242
4005 Borracha mistura ã vulcaniz, f.primárias/chapas/folhas	38	221
3917 Tubos/juntas/cotovelos/flanges/uniões, de plástico	418	218
3920 Outras chapas/folhas/lâminas, de plástico não alveolar	323	196
3922 Banheiras/chuveiros/lavatórios/bidés/outros de plástico	112	164
3506 Colas e adesivos preparados, n.e. nem incl noutras p.p.	274	164
3102 Adubos (fertilizantes) minerais/químicos, azotados	113	156
2921 Compostos de função amina	0	151
3806 Colofónias e ácidos resínicos; essências e óleos; gomas	81	125

(continua)

milhares de Euros

	2017	2018
3919 Chapas/folhas e outras formas de plástico, autoadesivas	0	91
3924 Serviços mesa/higiene/toucador/outros, de plástico	59	87
3809 Aceleradores tingimento/fixação mat corantes n.e.	107	74
3405 Pomadas p/calçado, prep. p/brilho pinturas/vidro/metais	57	72
3921 Outras chapas/folhas/ tiras/lâminas, de plástico	301	69
<i>% do Grupo >>></i>	<i>93,7</i>	<i>93,8</i>
D Madeira, cortiça e papel	11 584	11 957
4504 Cortiça aglomerada, com ou sem aglutinantes e obras	8 778	8 859
4802 Papel/cartão ã revest p/escrita/cartões/etc, em rolos/fls	1 752	1 129
4408 Folhas p/folhead/contraplac/mad. serrada espess <= 6 mm	429	920
4503 Obras de cortiça natural	394	587
4418 Obras de carpintaria para construções	115	344
<i>% do Grupo >>></i>	<i>99,0</i>	<i>99,0</i>
E Têxteis e vestuário	2 530	3 040
5903 Tecidos impregnados/revestidos/recobertos c/plástico	120	726
6116 Luvas e semelhantes, de malha	0	388
5515 Outros tecidos de fibras sintéticas descontínuas	482	325
6115 Meias-calças/meias, incluindo para varizes, de malha	112	206
5404 Monofil sintét >= 67 decitex, sec. < 1mm; lâminas larg < 5mm	0	176
5608 Redes de malhas c/nós; redes de pesca/outras de têxteis	332	138
5501 Cabos de filamentos sintéticos	54	133
5208 Tecidos c/ 85% ou mais de algodão, até 200g/m2	88	96
5607 Cordéis/cordas/cabos, revestidos de borracha ou plástico	48	86
5112 Tecidos de lã penteada ou de pêlos finos penteados	11	75
6203 Fatos/conj/casacos/calças/calções, de tecido, p/H	76	66
6302 Roupas de cama, mesa, toucador ou cozinha	256	66
6204 Fatos/conj/casac/vestid/saias/calças/etc, de tecido, p/S	39	62
6110 Camisolas e pull-overs, cardigans e coletes, de malha	69	50
6307 Outros artefactos, incluindo moldes para vestuário	1	41
6109 T-shirts e camisolas interiores, de malha	80	36
5407 Tecidos de fios de filamentos sintéticos	239	36
6506 Outros chapéus e artefactos semelh, mesmo guarneceidos	10	34
6112 Fatos treino/macacos/esqui/biquinis/etc, de malha	3	33
<i>% do Grupo >>></i>	<i>79,8</i>	<i>91,1</i>
F Calçado, peles e couros	9 454	10 501
6403 Calçado sola borracha/plástico/couro e parte sup. couro	8 833	9 943
6404 Calçado sola borracha/plástico/couro e parte sup. têxteis	467	402
4202 Malas/pastas/estojos/carteiras/etc, couro/têxteis/cartão	34	71
6402 Outro calçado c/sola e parte superior em borracha/plástico	59	42
<i>% do Grupo >>></i>	<i>99,4</i>	<i>99,6</i>
G Minérios e metais	1 864	1 682
7324 Artefactos para higiene ou toucador, em ferro ou aço	1 076	955
7323 Palha de aço, esfregões e luvas, em ferro ou aço	27	149
7114 Artefactos de ourivesaria, de metais preciosos/chapeados	8	149
7326 Obras de ferro ou aço n.e.	133	127
7321 Fogões/caldeiras/grelhadores uso doméstico, em ferro/aço	0	68
7314 Telas, redes e chapas distentidas, em ferro ou aço	76	53
7615 Artefactos higiene, esfregões, luvas e outros, em alumínio	21	45
8207 Ferramentas intercambiáveis manuais/máq-ferramenta	24	35
8209 Plaquetas/varetas/pontas de ferramentas, não montadas	128	32
<i>% do Grupo >>></i>	<i>80,1</i>	<i>95,8</i>

(continua)

milhares de Euros

	2017	2018
H Máquinas, aparelhos e partes	6 666	7 202
8480 Caixas fundição; moldes p/metais/vidro/borracha/plástico	629	2 761
8419 Aparelh aquecimento/torrefação/esteriliz/secagem, etc	1 912	1 867
8501 Motores/geradores eléctrico, excepto grupos electrogéneos	536	464
8481 Torneiras e válvulas	41	281
8426 Cábreas; guindastes; pontes rolantes; pórticos descarga	0	247
8529 Partes de emissores/radares/receptores rádio/TV	65	197
8504 Transformad/conversor, bobinas reactância/auto-indução	45	188
8477 Outras máq para trabalhar borracha ou plástico	13	139
8462 Máq-ferram p/forjar/martelar/enrolar/dobrar metais	320	110
8421 Centrifugadores, aparelhos p/filtrar líquidos/gases	282	105
8512 Aparelhos-auto de iluminação/sinalização, limpa-brisas	21	99
8422 Máq lavar louça/limpar/secar/encher/capsular/rotular/etc	0	86
8516 Aquecedores água/ambiente; outr electotérmicos domést	1	83
8443 Máquinas de impressão	1 624	69
8454 Cadinhos e outras máq p/metallurgia/aciaría/fundição	570	0
8531 Aparelh sinaliz acústica/visual (sirenes/alarmes)	134	0
% do Grupo >>>	92,9	93,0
I Material transp. terrestre e partes	949	6 026
8702 Veículos automóveis para 10 ou mais passageiros	0	5 054
8708 Partes e acessórios de tractores e veículos automóveis	504	462
8712 Bicicletas e triciclos, sem motor	261	406
8714 Partes/acess motocicletas/bicicletas/veíc para deficientes	116	104
% do Grupo >>>	92,8	100,0
J Aeronaves, embarcações e partes	0	97
8903 lates/barcos recreio ou desporto; barcos a remos e canoas	0	97
% do Grupo >>>	-	100,0
K Produtos acabados diversos	5 095	5 460
9401 Assentos mesmo transformáveis em cama e suas partes	1 605	2 402
9403 Mobiliário não médico nem cadeiras orientáveis, e partes	572	613
9029 Outros contadores (de voltas, taxímetros, velocímetros, etc)	282	465
6907 Ladrilhos cerâm/lajes/ mosaicos, ñ vidrados/esmaltados	836	420
9405 Candeeiros/apar iluminação, anúncios luminosos, partes	303	346
6802 Pedra cantária/construção, excepto ardósia, trabalhada	709	254
9930 Mercadorias declaradas como provisões de bordo	0	200
6912 Louça, artigos doméstic/higiene/toucadador, não porcelana	161	175
6805 Abrasivos em pó ou em grão, aplicados sobre um suporte	82	125
9506 Equip cultura física e desporto; jogos de ar livre; piscinas	67	85
9607 Fechos de correr e suas partes	39	58
7013 Objectos de vidro p/ mesa/cozinha/escritório/ornamentais	49	46
% do Grupo >>>	92,4	95,0

Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE: 2017 e 2018 preliminares, com última actualização em 8-6-2018 - (<http://www.ine.pt>)

ANEXO

Definição do conteúdo dos Grupos de Produtos com base na Nomenclatura Combinada

Grupos de Produtos	Capítulos da NC
A Agro- alimentares	01 a 24
B Energéticos	27
C Químicos	28 a 40
D Madeira, cortiça e papel	44 a 49
E Têxteis e vestuário	50 a 63, 65 a 67
F Calçado, peles e couros	41 a 43, 64
G Minérios e metais	25, 26, 71 a 83
H Máquinas, aparelhos e partes	84, 85
I Material de transp. terrestre e partes [1]	86, 87
J Aeronaves, embarcações e partes [2]	88,89
K Produtos acabados diversos	68 a 70, 90 a 99

[1] Veículos automóveis, tractores, ciclos, veículos e material para via férrea.

[2] Inclui estruturas flutuantes.

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
<p>Reunião Conselho ECOFIN</p> <p>22 de junho de 2018</p>	<p>Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 22 de junho de 2018 destacam-se os seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Recomendações do Conselho sobre os Programas Nacionais de Reformas para cada estado-membro e Parecer do Conselho sobre os Programas de Estabilidade ou Convergência de 2018: O Conselho aprovou, no âmbito do Semestre Europeu de 2018, recomendações para 27 estados-membros sobre as suas políticas económicas e orçamentais. As recomendações foram enviadas ao Conselho Europeu para aprovação na reunião de 28 e 29 de junho de 2018. O Conselho deverá adotá-las em 13 de julho de 2018. ▪ Decisões e recomendações do Conselho relativas à implementação do Pacto de Estabilidade e Crescimento: O Conselho adotou decisões e recomendações relativas à implementação do Pacto de Estabilidade e Crescimento, nomeadamente, revogou o procedimento relativo aos défices excessivos para França, confirmando a redução do seu défice para níveis inferiores a 3% do PIB, reconheceu que a Roménia não tomou, uma vez mais, medidas eficazes para corrigir um desvio orçamental significativo, tendo emitido uma nova recomendação, a terceira desde junho de 2017. Por último, recomendou à Hungria medidas para corrigir os seus desvios orçamentais. <p>Destaca-se também, no domínio dos serviços financeiros:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ A adoção pelo COREPER, no dia 27 de junho, da orientação geral do Conselho referente à proposta de Regulamento que altera o Regulamento (CE) n.º 924/2009 no que respeita a determinados encargos de pagamentos transfronteiriços na União e aos encargos de conversão cambial. ▪ A adoção pelo COREPER, no dia 19 de junho, da orientação geral do Conselho referente à proposta de Regulamento relativo a um Produto Individual de Reforma Pan-Europeu (PEPP). ▪ A adoção pelo COREPER, no dia 15 de junho, da orientação geral do Conselho referente à proposta de Regulamento que visa facilitar a distribuição transfronteiras de fundos de investimento coletivo e que altera os Regulamentos (UE) n.º 345/2013 e (UE) n.º 346/2013. <p>Destaca-se, ainda, a aprovação, sem debate:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Da proposta de regulamento relativa ao reforço da cooperação administrativa no domínio do IVA, discutida no ECOFIN de maio de 2018. ▪ Da proposta de diretiva que torna a taxa normal mínima de IVA de 15% uma característica permanente do sistema de IVA. ▪ Do acordo para estimular a cooperação em matéria de IVA com a Noruega.
<p>Reunião Conselho ECOFIN</p> <p>13 de julho de 2018</p>	<p>Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 13 de julho de 2018 destacam-se os seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Apresentação do Programa de Trabalho da Presidência austríaca (segundo semestre de 2018) : A Presidência austríaca identificou quatro principais prioridades para a área de economia e finanças: (i) alcançar acordo para completar a União Bancária e desenvolver uma União dos Mercados de Capitais, (ii) aprofundar e reforçar a coordenação das políticas económicas, reforçando a estabilidade, a resiliência e o cumprimento do pacto de estabilidade e crescimento, (iii) melhorar a eficiência e a justiça na tributação por

Iniciativa	Sumário
Educação Conselho de Ministros de 5 de julho de 2018	via do avanço nas negociações sobre o imposto digital, sobre a proposta da Comissão Europeia sobre a matéria coletável comum do imposto sobre as sociedades e sobre as propostas de modernização do imposto sobre o valor acrescentado e (iv) preparar o orçamento da União para 2019 e conseqüente disponibilização de recursos financeiros adequados.
Apoio às Empresas e à sua Internacionalização Conselho de Ministros de 12 de julho de 2018	Aprova um decreto-lei que cria o Fundo de Fundos para a Internacionalização, com um capital inicial de 100 milhões de euros. Este Fundo tem por objetivo a realização de operações de participação no capital de outros fundos, de natureza pública ou privada, em regime de coinvestimento, com vista à promoção da internacionalização da economia portuguesa. A constituição deste Fundo procura aumentar o investimento nas empresas portuguesas e potenciar as suas exportações.
Regulação Conselho de Ministros de 12 de julho de 2018	Aprova a alteração dos Estatutos da ERSE - Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, alargando a regulação aos setores do gás de petróleo liquefeito em todas as suas categorias, dos combustíveis derivados do petróleo e dos biocombustíveis.
Atividades de I&D Conselho de Ministros de 12 de julho de 2018	Aprovou o acordo entre Portugal e a República da Bielorrússia sobre Cooperação Económica, para os dois países desenvolverem e reforçarem as relações económicas, incluindo o incentivo às atividades de investimento e a cooperação em mercados terceiros.
Competitividade da economia Conselho de Ministros de 14 de julho de 2018	Aprovou a nova versão do Programa de Valorização do Interior e a primeira revisão do Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território, assumindo a valorização do território como um pilar fundamental para a criação de riqueza, para a competitividade da economia e para o desenvolvimento do país.
Programa de Captação de Investimentos para o Interior – Projetos Empresariais de Interesse Estratégico Conselho de Ministros de 14 de julho de 2018	Aprovou o Programa de Captação de Investimentos para o Interior, materializado num conjunto de apoios e incentivos dirigidos ao interior, incluindo uma Linha de Apoio Específica para o Interior para Projetos Empresariais de Interesse Estratégico;
Benefícios fiscais ao investimento Conselho de Ministros de 14 de julho de 2018	Aprovou uma medida de reforço dos benefícios fiscais ao investimento no Interior.
PT2020 – Apoio ao investimento empresarial Conselho de Ministros de 14 de julho de 2018	Criou, no âmbito do PT2020, uma programação de concursos para os territórios do Interior para apoiar 1700 M€ de investimento empresarial.
Obras Públicas Comunicado do Conselho de Ministros de 26 de julho de 2018	Aprovado, na generalidade, o decreto regulamentar que cria o Conselho Superior de Obras Públicas. Este Conselho irá coadjuvar o Governo na tomada de decisão sobre programas de investimento e projetos de grande relevância para o país, devendo emitir parecer obrigatório, não vinculativo, de caráter técnico, económico e financeiro sobre os programas de investimento e os projetos de valor superior a 75 milhões de euros, bem

Iniciativa	Sumário
	como aqueles que sejam submetidos à sua apreciação pelo membro do Governo responsável pela área das obras públicas.
Justiça Comunicado do Conselho de Ministros de 26 de julho de 2018	Aprovada a proposta de lei que altera a Lei da Organização do Sistema Judiciário. Através desta alteração, é estabelecido que as audiências de julgamentos dos processos de natureza cível da competência dos juízos locais cíveis e dos juízos de competência genérica são realizadas no juízo territorialmente competente, de acordo com as regras processuais aplicáveis.
Mercado Energético Comunicado do Conselho de Ministros de 26 de julho de 2018	Aprovada a reestruturação da Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis (ENMC), da Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG) e do Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG). Foi ainda redenominada a ENMC, passando a designar-se ENSE – Entidade Nacional para o Setor Energético. Esta reestruturação teve em consideração a não criação de novos serviços, a concentração de competências de fiscalização de todo o setor energético numa única entidade (ENSE) e a transferência das competências na área da pesquisa, prospeção e produção de hidrocarbonetos e licenciamento na área dos combustíveis e do GPL da ENMC (agora ENSE) para a DGEG.

2. Seleção de Medidas Legislativas

Assunto/Diploma	Descrição
Segurança Social Decreto Regulamentar n.º 6/2018 - Diário da República n.º 125/2018, Série I de 2018-07-02	Altera a regulamentação do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.
Balcão do Empreendedor Portaria n.º 193/2018 - Diário da República n.º 127/2018, Série I de 2018-07-04	Regula a integração do sistema informático que suporta os procedimentos do regime jurídico da urbanização e da edificação com o Balcão do Empreendedor.
Compras Públicas Portaria n.º 194/2018 - Diário da República n.º 127/2018, Série I de 2018-07-04	Estabelece critérios para as aquisições de serviços de viagens e alojamento realizadas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 30/2018, de 7 de maio.
Segurança Social Lei n.º 27/2018 - Diário da República n.º 128/2018, Série I de 2018-07-05	Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei n.º 95/2017, de 10 de agosto, que regula a transferência para a Caixa Geral de Aposentações, I. P., do encargo financeiro com os complementos de pensão dos trabalhadores da Carris.
Sistema Financeiro e Mercado de Capitais Decreto-Lei n.º 56/2018 - Diário da República n.º 130/2018, Série I de 2018-07-09	Altera o Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, o Regime Jurídico do Capital de Risco, do Empreendedorismo Social e do Investimento Especializado e as medidas de dinamização do mercado de capitais.
Avaliação prévia do impacto legislativo - Custa Quanto? Declaração de Retificação n.º 22/2018 - Diário da República n.º 131/2018, Série I de 2018-07-10	Retifica o Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, da Presidência do Conselho de Ministros que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2018, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 93, de 15 de maio de 2018.
Economia Circular Despacho n.º 6742/2018 - Diário da República n.º 132/2018, Série II de 2018-07-11	Altera o Aviso n.º 6147/2018, que aprovou o regulamento do programa «Apoiar a Economia Circular nas compras públicas (CIRCULAR - Compras públicas)», publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 90, de 10 de maio de 2018.
Alteração dos estatutos da ERSE Decreto-Lei n.º 57-A/2018 - Diário da República n.º 134/2018, 1º Suplemento, Série I de 2018-07-13	Altera os Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, alargando a regulação aos setores do gás de petróleo liquefeito em todas as suas categorias, dos combustíveis derivados.
Mercado de Arrendamento Lei n.º 30/2018 - Diário da República n.º 135/2018, Série I de 2018-07-16	Aprova um regime extraordinário e transitório para proteção de pessoas idosas ou com deficiência que sejam arrendatárias e residam no mesmo locado há mais de 15 anos.

Assunto/Diploma	Descrição
<p>Segurança Social Portaria n.º 208/2018 - Diário da República n.º 135/2018, Série I de 2018-07-16</p>	<p>Aprova os valores dos coeficientes de revalorização a aplicar na atualização das remunerações anuais registadas que servem de base de cálculo às pensões iniciadas durante o ano de 2018.</p>
<p>Sistema Financeiro Lei n.º 32/2018 - Diário da República n.º 137/2018, Série I de 2018-07-18</p>	<p>Institui a obrigatoriedade de as instituições bancárias refletirem totalmente a descida da taxa Euribor nos contratos de crédito à habitação, procedendo à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 74-A/2017, de 23 de junho.</p>
<p>Empresas, Competitividade e Internacionalização Portaria n.º 217/2018 - Diário da República n.º 138/2018, Série I de 2018-07-19</p>	<p>Altera (6ª alteração) o Regulamento Específico do Domínio da Competitividade e Internacionalização, aprovado pela Portaria n.º 57-A/2015, de 27 de fevereiro.</p>
<p>Sistema Financeiro Lei n.º 35/2018 - Diário da República n.º 139/2018, Série I de 2018-07-20</p>	<p>Altera as regras de comercialização de produtos financeiros e de organização dos intermediários financeiros, e transpõe as Diretivas 2014/65, 2016/1034 e 2017/593.</p>
<p>Produção de Cereais Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/2018 - Diário da República n.º 143/2018, Série I de 2018-07-26</p>	<p>Aprova a Estratégia Nacional para a Promoção da Produção de Cereais.</p>
<p>Segurança Alimentar Resolução do Conselho de Ministros n.º 103/2018 - Diário da República n.º 143/2018, Série I de 2018-07-26</p>	<p>Cria o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.</p>
<p>Operadores económicos Resolução da Assembleia da República n.º 213/2018 - Diário da República n.º 144/2018, Série I de 2018-07-27</p>	<p>Recomenda ao Governo a adoção de medidas que confirmem maior eficiência aos procedimentos inspetivos a operadores económicos.</p>
<p>«Estratégia Portugal 2030» Resolução da Assembleia da República n.º 215/2018 - Diário da República n.º 144/2018, Série I de 2018-07-27</p>	<p>Prorrogação do prazo de funcionamento da Comissão Eventual de Acompanhamento do Processo de Definição da «Estratégia Portugal 2030» até ao final de fevereiro de 2019.</p>
<p>Registo Nacional de Pessoas Coletivas Declaração de Retificação n.º 24/2018 - Diário da República n.º 145/2018, Série I de 2018-07-30</p>	<p>Retifica o Decreto-Lei n.º 52/2018, de 25 de junho, da Presidência do Conselho de Ministros, que altera o Registo Nacional de Pessoas Coletivas e cria a certidão <i>online</i> das Pessoas Coletivas, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 120, de 25 de junho de 2018.</p>

Lista de Acrónimos

Lista de Acrónimos

Siglas	Descrição	Siglas	Descrição
ACAP	Associação do Comércio Automóvel de Portugal	IUC	Imposto Único de Circulação
ADSE	Direção-geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública	IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
AL	Administração Local	MC	<i>Ministry of Commerce of China</i>
AR	Administração Regional	Michigan	Universidade de Michigan
BCE	Banco Central Europeu	NBSC	<i>National Bureau of Statistics of China</i>
BEA	<i>Bureau of Economic Analysis</i>	OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
BGFRS	<i>Board of Governors of the Federal Reserve System</i>	OE	Orçamento do Estado
BLS	<i>Bureau of Labour Statistic</i>	ONS	Instituto Nacional de Estatística do Reino Unido
BP	Banco de Portugal	OT	Obrigações do Tesouro
BT	Bilhetes do Tesouro	PIB	Produto Interno Bruto
BVLP	Bolsa de Valores de Lisboa e Porto	SDDS	<i>Special Data Dissemination Standard</i>
CE	Comissão Europeia	SFA	Serviços e Fundos Autónomos
CEDIC	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo	SNS	Serviço Nacional de Saúde
CGA	Caixa Geral de Aposentações	SS	Segurança Social
CMM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários	UE	União Europeia
COGJ	<i>Cabinet Office Government of Japan</i>	VAB	Valor Acrescentado Bruto
DGEG	Direção-geral de Energia e Geologia	Yahoo	<i>Finance Yahoo</i>
DGO	Direção-geral do Orçamento		
DGT	Direção-geral do Tesouro		
EPA	<i>Economic Planning Agency</i>		
Eurostat	Instituto de Estatística da UE		
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo		
FMI	Fundo Monetário Internacional		
FSO	Instituto Nacional de Estatística da Alemanha		
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia		
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças		
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional		
IGCP	Instituto de Gestão do Crédito Público		
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social		
IHPC	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		
INE	Instituto Nacional de Estatística		
INSEE	Instituto Nacional de Estatística da França		
IPC	Índice de Preços no Consumidor		
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas		
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares		
IS	Imposto do Selo		
ISM	<i>Institute for Supply Management</i>		
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos		
ISTAT	Instituto Nacional de Estatística da Itália		
ISV	Imposto sobre Veículos		

Siglas	Unidades
%	Porcentagem
p.p.	Pontos percentuais
p.b.	Pontos base
EUR/USD	Dólar americano por euros
EUR/GBP	Libra esterlina por euros
MM3	Médias móveis de três termos
SRE	Saldo de respostas extremas
VA	Valores acumulados
VC	Varição em cadeia
VCS	Valor corrigido de sazonalidade
VE	Valor efetivo
VH	Varição homóloga
VHA	Varição homóloga acumulada
VITA	Varição intertabelas anualizada. Refere-se a Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho publicados desde o início do ano até ao mês em referência e com início de eficácia no respetivo ano

Notas Gerais

Unidade – unidade/medida em que a série se encontra expressa.

: representa valor não disponível.

- não se aplica.